FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 102 ★ Nº 34.284 | SEGUNDA-FEIRA, 13 DE FEVEREIRO DE 2023 | R$ 6,00

esporte B5

Rihanna nas alturas

Em palco suspenso, que impressionou pela estrutura, a cantora encerrou hiato de 5 anos e se apresentou no intervalo do Super Bowl, em que o Kansas City Chiefs venceu o Philadelphia Eagles por 38 a 35.

esporte B5

Corinthians goleia Flamengo por 4 a 1 e é bicampeão da Supercopa feminina

ilustrada C1

Como A24, estúdio de 'Pearl', empilha indicações no Oscar e é xodó de cinéfilos

Grávida pela 2ª vez, Rihanna se apresenta no intervalo do Super Bowl, no Arizona (EUA) Gregory Shamus/Getty Images/AFP

Histórico de votação reforça base frágil de Lula na Câmara

Padrão em duas décadas de partidos hoje aliados do Planalto indica oposição a pautas apoiadas pelo PT

O histórico das votações na Câmara nas últimas duas décadas sugere que a fragilidade da base de apoio de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pode ser ainda maior.

Levantamento da **Folha** mostra que o arco de alianças do novo governo reúne partidos com retrospecto antagônico ao do PT no Legislativo, inclusive siglas situadas mais à esquerda.

O aceno a legendas cortejadas com ministérios para ampliar a sustentação governista tem efeito incerto. O PSD, que ganhou três pastas, tem adotado posições distantes dos petistas em projetos no Congresso. O padrão de oposição também aparece em outras siglas que apoiam formalmente o Planalto, como MDB, Avante, Solidariedade e Pros.

Somados, os partidos da base lulista chegam a 223 parlamentares. Mesmo que não haja divergências internas —algo improvável, como mostra o histórico—, o número ainda seria insuficiente para a aprovação de PEC (proposta de emenda à Constituição), que demanda 308 votos, ou mesmo de projetos de lei complementar (257 votos). Política A6

Mulheres festejando neste domingo (12) no bloco Confraria do Pasmado, que tomou as ruas do bairro de Pinheiros, na zona oeste de São Paulo Bruno Santos/Folhapress

Negros são menos de 15% nos governos estaduais

A análise do primeiro escalão das 27 unidades da Federação que tomou posse em janeiro mostra que o secretariado nos estados é majoritariamente composto por brancos. Dos cerca de 570 cargos de elite dos Executivos estaduais, apenas 14% são comandados por negros (pretos e pardos). Política A8

Ronaldo Lemos

Como lidar com discursos perigosos

O problema não é "desinformação", mas sim discursos capazes de levar a violência e ruptura política e social. O método de combate não deve ser a censura, que foca apenas a mensagem. Em sociedades democráticas, cala a boca não dá certo. Mercado A17

ENTREVISTA DA 2ª

Sevgil Musayeva

Todos sonham fazer algo para a Guerra da Ucrânia acabar

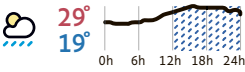
Editora do Ukrainska Pravda, a jornalista de 35 anos, uma das cem pessoas mais influentes do mundo pela lista da Time, afirma que conflito é pela verdade, já que a Rússia "usa armas de informação". Mundo A18

EDITORIAIS A2

Passado incerto
Sobre STF e insegurança jurídica na área tributária.

Anomalia militar
Acerca de órgãos do Judiciário para Forças Armadas.

ATMOSFERA

São Paulo hoje: 29° / 19° (0h 6h 12h 18h 24h)

Amanhã	Quarta	Quinta
20° 30°	20° 32°	21° 31°

Fonte: www.climatempo.com.br

ISSN 1414-5723
9 771414 572025 34284

Empresa lança no Brasil assinatura para usar ChatGPT sob alto fluxo A17

Renda fixa seguirá melhor opção para investir, diz setor

Com a aposta de que a taxa Selic vai continuar em patamar alto, a renda fixa, assim como em 2022, deve voltar a se destacar nas carteiras dos investidores neste ano, apontam analistas. Brasileiros têm aplicado mais nesse tipo de investimento no exterior. Mercado A12

Blocos arrastam multidões em SP com hits e manifestações

O pré-Carnaval de São Paulo mostrou sua força neste domingo com artistas de peso levando multidões às ruas. Também ocorreram manifestações políticas, com foliões celebrando a vitória de Lula na eleição presidencial e comemorando a vacina contra a Covid-19. Cotidiano B3

Prefeitura intensifica remoção de barracas de sem-teto no centro B1

Mortos passam de 33 mil na Turquia e na Síria

O terremoto que atingiu a Turquia e a Síria causou mais de 33 mil mortes, aponta balanço de ontem. Contagem turca se aproxima do número de vítimas de tremor de 1939. A10

Religião é fator-chave em eleição na Nigéria, onde cristãos são alvo A11

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Passado incerto

Decisão do Supremo acentua incerteza jurídica com a caótica legislação tributária do Brasil

Trouxe perplexidade a decisão do Supremo Tribunal Federal, na semana que passou, pela qual os contribuintes que obtiveram decisões transitadas em julgado pelo não recolhimento de CSLL estarão, agora, sujeitos ao pagamento retroativo à data em que a corte decidiu pela constitucionalidade do tributo.

O que estava em pauta no STF não era a legalidade da cobrança da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, tema já pacificado desde 2007, mas os limites da coisa julgada em matéria tributária.

Por unanimidade, o tribunal definiu que uma alteração do entendimento sobre a aplicação de um tributo cessa os efeitos de uma medida anterior em sentido contrário.

Até aí, não há controvérsia excessiva, na medida em que um direito adquirido por algum contribuinte não pode suplantar uma nova interpretação de repercussão geral por parte do Supremo.

A surpresa foi a decisão, por 6 votos a 5, de não aplicar uma modulação. Na prática, as pessoas jurídicas que contavam com decisão definitiva contrária à cobrança agora poderão ter de recolher a CSLL desde 2007, e não apenas a partir do momento atual.

Pior ainda, dada a complexidade do sistema tributário nacional, especialmente na parte de cobranças cumulativas de impostos e bases de incidência, o entendimento do STF abre espaço para que sentenças transitadas em julgado relativas a outros tributos também sejam reformadas sem modulação.

A incerteza jurídica e financeira pode ser avassaladora para muitas empresas nacionais.

O tema sem dúvida é complexo. De um lado, a inviolabilidade de uma sentença final, princípio basilar do direito e da Constituição que garante a segurança jurídica. De outro, a necessidade de isonomia econômica entre contribuintes, alguns sujeitos ao pagamento e outros beneficiados pelas decisões definitivas anteriores.

Era preciso compatibilizar as duas preocupações, ambas essenciais, mas o próprio Supremo tem parcela de culpa por deixar o problema crescer ao ponto atual.

A demora de quase duas décadas para esclarecer pontos tão cruciais não deveria resultar em pesados pagamentos retroativos. Quando a assimetria é contrária ao fisco, é frequente a corte adotar modulações. Não foi o caso agora.

Cobrar apenas para a frente traria menos riscos, não apenas nesse caso, mas principalmente para os outros que agora serão objeto de ainda mais controvérsia.

Fica demonstrado, assim, o estado de calamidade a que chegaram a legislação e a interpretação dos tribunais em matéria tributária. A difícil reforma, hoje de volta à pauta no Congresso, mostra-se novamente urgente.

Anomalia militar

STF procrastina na imposição de limites a tribunais fardados no julgamento de crimes contra civis

O Supremo Tribunal Federal voltou a debater o alcance dos poderes da Justiça Militar no país, tema que se arrasta injustificadamente desde 2013, quando a Procuradoria-Geral da República ingressou com ações a respeito na corte.

Espera-se que o STF decida, finalmente, se crimes cometidos por agentes das Forças Armadas em operações de segurança pública devem ser julgados por órgãos militares ou pela Justiça comum.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade ora analisada mira duas leis assinadas por Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 2004 e 2010, que conferem essa competência às cortes militares. Em 2017, o governo de Michel Temer (MDB) ainda incluiu o julgamento dos crimes dolosos contra a vida de civis praticados por militares nas operações.

Na contramão de países como a Argentina, que aboliu a Justiça Militar em 2009, o STF tarda em afirmar o princípio de que instituições da caserna não devem julgar violações cometidas por seus próprios pares, ainda mais contra civis.

Até o momento, o placar está em 3 a 2 para a manutenção da competência da Justiça Militar —com votos do ex-ministro Marco Aurélio Mello, relator do caso, e dos ministros Alexandre de Moraes e Roberto Barroso, ante os de Edson Fachin e Lewandowski.

Tribunais castrenses são, no Brasil, um misto de juízes togados e, em sua maioria, de agentes militares, privilegiando o espírito corporativista, não apenas a lei.

O Superior Tribunal Militar (STM), por exemplo, é composto majoritariamente por fardados e não exige formação jurídica, apenas respeito à disciplina das Forças Armadas. Tal configuração de uma instituição de justiça é inaceitável.

Casos ilustrativos foram as mortes do músico Evaldo Rosa dos Santos e do catador de material reciclável Luciano Macedo, fuzilados com mais de 200 tiros durante ação de soldados do Exército no Rio de Janeiro, em 2019.

Oito envolvidos foram condenados pela Justiça Militar, em 2021. Note-se, entretanto, o placar apertado (3 votos a 2) e a temeridade de se permitir, no regime democrático e republicano, que um crime praticado por militares contra civis seja julgado por oficiais da ativa que, muitas vezes, não possuem formação na área do direito.

Já passou da hora de restringir as cortes militares. Faria bem ao STF e ao Congresso revisitar a ideia basilar de que a Justiça, além de equidistante, não deve usar farda.

João Montanaro

O sexo das palavras

Lygia Maria

O STF declarou inconstitucional a lei de Rondônia que proíbe a linguagem neutra nas escolas. Segundo a Corte, de modo acertado, a lei viola a competência da União para editar diretrizes da educação.

A linguagem neutra visa adaptar o português para incluir pessoas não binárias —que não se identificam como mulheres ou homens e que, segundo a Nature, constituem 1,2% da população no Brasil e 2% no mundo. Adjetivos como "bonito" e "bonita" viram "bonite" ou "bonitx", e, além de "ele" e "ela", acrescenta-se o "elu".

Essa demanda do movimento LGBTQIA+ considera a língua como manifestação simbólica de opressões sociais. A língua segrega e ofende.

Mas tal visão apriorística desconsidera os contextos de interação na produção de sentido. A mera expressão "Bom dia a todos" não me agride como mulher, já que o masculino no português é genérico.

A língua não gira em torno dos indivíduos. É a história secular de uma sociedade, que foi construída com o trabalho criativo de escritores e de manifestações populares. Toda língua muda, sim, mas lentamente e não a partir de imposições de desejos de grupos ou do Estado. Caso contrário, estimula-se ainda mais preconceito, como acusar de homofobia quem não sabe usar o gênero com o qual o outro se identifica.

Ademais, tal mudança não é unanimidade entre especialistas. Como a neutralidade é estranha às línguas neolatinas, alterações nesse sentido causam impacto em toda cadeia terminológica —similar a uma engrenagem que entra em pane sem um parafuso. Alterar regras de gênero é como alterar formação do plural e conjugação dos verbos.

Mais do que resolver problemas sociais, o objetivo de uma língua é facilitar o fluxo cognitivo e comunicativo. Num país em que cerca de 70% dos jovens não sabem interpretar textos, a demanda pela linguagem neutra soa um tanto elitista. Talvez investir no ensino da língua portuguesa, que permite acesso ao conhecimento, seja uma medida mais eficaz e abrangente contra preconceitos.

Golpe de desigualdade

Ana Cristina Rosa

O patamar de desigualdade da sociedade brasileira chegou ao absurdo de transformar os atos golpistas do 8 de janeiro, que resultaram na depredação das sedes dos Três Poderes, em Brasília, simultaneamente em atentado ao Estado de Direito e demonstração do quanto o país ainda está longe do ideal democrático.

O que se viu na capital federal há pouco mais de um mês foi a desigualdade materializada em tentativa de golpe e de atos de terror. E há de se reconhecer que uma sociedade extremamente desigual não é exatamente democrática.

Embora muito associado à renda, o conceito de desigualdade social não se restringe a ela. Fatores como escolarização e acesso à saúde, segurança e cultura são fundamentais. Além, é claro, da íntima relação com a questão racial.

Não é novidade que as instituições brasileiras não funcionam do mesmo modo para todo mundo. Nesse cenário, insuflados por figuras irresignadas e confiantes na impunidade, milhares de autointitulados "cidadãos do bem" produziram cenas deploráveis e sem precedentes.

Sentiram-se confortáveis para levar ao extremo o exercício do privilégio que desfrutam em decorrência do elitismo, da filiação (partidária ou sanguínea), do cargo ou da cor da pele, elementos que costumeiramente os levam a ser tratados como "mais iguais" do que a maioria.

Verdade que o desfecho até aqui está sendo inédito. Nunca se viu tantas pessoas brancas capturadas ao mesmo tempo no Brasil. Mas a situação não teria chegado a esse ponto se todos os agentes do Estado tivessem cumprido com suas funções.

Além disso, já se perguntaram qual seria o epílogo se a Praça dos Três Poderes tivesse sido tomada por indígenas, por pessoas sem-teto, sem-terra ou por quilombolas?

Assim, não dá para afrouxar. É imprescindível esgotar todas as instâncias de investigação para alcançar, de cabo a rabo, os envolvidos nos atentados. Qualquer atitude que possa nutrir a impunidade terá efeitos catastróficos.

Vá ao sebo

Ruy Castro

Em coluna recente ("A irrelevância ao alcance de todos", 29/1), falei de livros típicos dos anos 60, como tratados "eruditos" sobre temas irrelevantes e vice-versa. E citei, entre outros, "A Ignorância ao Alcance de Todos", de Nestor de Hollanda, e "Tratado Geral dos Chatos", de Guilherme Figueiredo. Leitores perguntaram em que sebo procurá-los e alguém falou na Estante Virtual, o portal de comércio eletrônico com o acervo dos sebos do Brasil. Através dele, e por uma comissão, pode-se de fato achar qualquer livro —qualquer livro que exista num sebo, claro.

Uso muito a Estante Virtual para saber se tal ou qual livro existe e onde posso encontrá-lo. Encontrado o livro, prefiro lidar direto com o sebo, visitando-o para escarafunchar estantes, revirar pilhas e descobrir outros livros de que nem desconfiava. Já cansei de dizer que, quando morrer, não quero ir para o céu, quero ir para um sebo. É onde passei grande parte da vida. Deles saíram pelo menos metade dos livros que tenho em casa —a melhor metade.

No Rio, vou ao Mar de Histórias, em Copacabana; ao Berinjela, na avenida Rio Branco; à Academia do Saber, na avenida Passos; ao Letra Viva, na rua Luís de Camões; ao Elizart, na rua Marechal Floriano; ao Lima Barreto, em Ipanema; e a muitos outros. Sou amigo de seus funcionários, íntimo de seus gatos e, em alguns, até trato os ácaros pelo nome.

Em São Paulo, vou ao Buquineiro, ao Virtual Incunábulo e ao Brandão. Em Curitiba, ao Fígaro. Em Belo Horizonte, ao Crisálida. Em Porto Alegre, ao Avenida. E por aí vai.

Outro dia, tive uma grande experiência. Com Marcelo Dunlop e Luis Antonio Simas, participei da reabertura do Belle Époque, um sebo no Méier que foi devorado por um incêndio em 2022. A foto das chamas saindo pela porta era chocante. Mas seu proprietário Ivan Costa, com a ajuda dos amigos, o trouxe de volta. Os sebos fecham, mas não morrem.

'Casar com viúva'

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escreve às segundas

A crítica populista à democracia representativa tem longo pedigree à direita e à esquerda. Os que atuam entre o povo e os governos são seu alvo: os checks and balances, agências reguladoras independentes, Bancos Centrais, Supremas Cortes, instituições supranacionais (União Europeia) etc.

Tudo em nome de um majoritarismo iliberal e um suposto déficit democrático. Expressa-se no questionamento recorrente sobre quem teria eleito os titulares dessas instituições.

Enfim todos os agentes que se antepõem ou limitam a expressão majoritária da vontade popular, que o líder populista supostamente encarnaria. O líder é símbolo e se define pelo que é, não pelo que faz. Não há nesses modelos espaço para a "accountability" democrática: punir e premiar o desempenho de líderes populistas seria uma contradição em termos. Se falham, é porque forças ocultas lhes obstaculizam a ação.

O imbróglio recente envolvendo Lula e presidente do Banco Central se inscreve nesta dinâmica mais ampla e não começou agora: é um padrão. Em 2003, Lula atacou as agências reguladoras criadas no governo FHC e prometeu mudar o papel dos órgãos. "O Brasil foi terceirizado. As agências mandam no país."

Segundo ele, assumir o governo era como "casar com viúva": com o tempo, vai se descobrindo "manias e defeitos" que antes não eram sabidos. E ameaçou: "tudo isso [as decisões tomadas pelas agências sem interferência do governo] vai ser mudado, mas que é preciso tempo para mudar".

Não conseguiu.

Lula atacou reiteradamente o então presidente da Anatel, que renunciou ao cargo um ano antes do final de seu mandato. O ataque do governo foi concertado: Dilma, então ministra, interferiu na Aneel. A estratégia de neutralização das agências envolveu em muitos casos a não nomeação de diretorias, que desfalcadas não logravam atingir o quórum necessário para decisões, como mostramos no artigo em coautoria com colegas, Political interference and regulatory resilience, publicado em Governance and Regulation, 2019.

No trabalho demonstramos —com evidências empíricas robustas— que os ataques não lograram alterar a governança regulatória no país: a institucionalidade mostrou-se resiliente. (O mesmo aconteceu sob Bolsonaro quando a Anvisa foi objeto de ataques do presidente). A fonte da resiliência é a estrutura político-institucional mais ampla do país que garantiu a credibilidade aos arranjos setoriais existentes. Será provavelmente muito barulho para nada? Sim, mas há um alerta amarelo: um jabuti criando conselhos que esvaziam as agências reguladoras. Estará Lula 3 dobrando a aposta em um contexto em que é francamente minoritário no Congresso?

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Hora de passar o reconhecimento a limpo

Desatenção contribui para erros judiciários e altos índices de encarceramento

Marcelo Semer
Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo; autor de "Sentenciando Tráfico - O Papel dos Juízes no Grande Encarceramento" (Tirant lo Blanch) e "Os Paradoxos da Justiça: Judiciário e Política no Brasil" (ed. Contracorrente)

Sob o fundamento de que o erro judiciário mais comum, que contamina uma imensidão de prisões injustas, é a falha no reconhecimento pessoal, o Conselho Nacional de Justiça divulgou recentemente um substancioso relatório propondo condições mínimas para a sua execução.

O CNJ produziu um anteprojeto de lei, com paradigmas para a validade da diligência (como a necessidade de que quatro pessoas sejam perfiladas ao lado de quem está para ser reconhecido) e um compêndio de pesquisas sobre as precárias condições em que o ato vem sendo aceito pelos juízes.

O grupo de trabalho, capitaneado pelo ministro Rogério Schietti Cruz, partiu dos acórdãos do Superior Tribunal de Justiça, que proporcionaram uma guinada na jurisprudência ao decidir que as recomendações da lei (o art. 226, do Código de Processo Penal) deviam ser simplesmente cumpridas. Como a lei contém a expressão "se possível", as obrigações de solicitar à testemunha que descreva a pessoa a ser reconhecida e a de vê-la ao lado de outras vinham sendo solenemente ignoradas.

Embora não caiba ao CNJ fiscalizar ou corrigir questões jurisdicionais, verifica-se um esforço para a padronização de procedimentos cuja desatenção contribui para erros judiciários e a manutenção de altos índices de encarceramento. Não faz muito tempo, o órgão se empenhou em mutirões para julgamentos de pedidos de presos, firmou regras para controle de prisões provisórias e instalou audiências de custódia.

Mais recentemente, expediu resolução que condiciona a expedição de mandados de prisão à disponibilidade de vagas em regime semiaberto, para assim evitar o cumprimento de penas em regime mais grave —o que havia gerado a edição da súmula vinculante 56.

O relatório do CNJ põe o dedo na ferida de uma chaga do sistema penal. Os álbuns de suspeitos, com uma enorme predominância da população negra; o sugestionamento dos atos de reconhecimento, em que policiais fornecem antecipadamente fotos do suspeito; e reconhecimentos judiciais vitaminados pelo viés da confirmação.

O STJ, a seu turno, tem imposto uma nova jurisprudência em questões pungentes como a violação de domicílio, deslocando para a polícia a prova de sua legalidade (e, em razão disso, turbinando a utilização de câmeras corporais), ou a exigência de motivos mínimos para a realização de buscas pessoais.

O novo paradigma insta o juiz a exercer o seu papel de garantidor de direitos, não apenas sucumbir como um agente mantenedor da segurança. A crítica criminológica permitiu que se conhecesse as mazelas da aplicação da lei penal, vendida como um instrumento de proteção e liberdade, na lógica iluminista da razão e igualdade, mas que na prática se desenvolve com contundente seletividade.

Nada disso atua contra o fortalecimento dos mecanismos de segurança pública, em especial a recomposição da combalida investigação das polícias civis. Ao revés, a omissão dos juízes em apontar as insuficiências apenas desestimula a necessária atualização. O GT do Reconhecimento, aliás, é pródigo na proposição de protocolos modernos para a ação policial.

O governo e o Congresso tratarão de cobrir as lacunas que um evento como o 8 de janeiro costuma revelar, sobretudo em relação à adequação da Lei Antiterrorismo e os tipos penais da defesa do Estado democrático. Mas nada impede que também se aproveite uma situação inusitada, em que os mais rigorosos críticos dos direitos humanos e do garantismo são hoje os que mais forte reclamam pela contenção do poder punitivo e humanização do cárcere, ainda que por motivos particulares.

O acúmulo de lutas pela contenção de sistemas penais rígidos, seletivos e malcuidados justifica aproveitar essa janela de maior aceitação para se impor, por lei e por políticas públicas, um sistema mais humano a todos —o que implica também compromissos judiciários. A posição do Supremo Tribunal Federal, cujos membros devem ser renovados em cerca de um quarto no governo que entra, será um ponto essencial nessa trajetória.

[...]

O relatório do CNJ põe o dedo na ferida de uma chaga do sistema penal. Os álbuns de suspeitos, com uma enorme predominância da população negra; o sugestionamento dos atos de reconhecimento, em que policiais fornecem antecipadamente fotos do suspeito; e reconhecimentos judiciais vitaminados pelo viés da confirmação

Reorientar o Estado para reindustrializar o país

Tarefa é indispensável para recolocar o Brasil no caminho do desenvolvimento

O governo Lula chamou para si a tarefa de reindustrializar o país. O objetivo é bem-vindo e urgente, após 40 anos da mais grave desindustrialização precoce do mundo. Afinal, a indústria liderou os casos mais notórios de desenvolvimento econômico mundo afora.

A reindustrialização exigirá a volta das políticas industriais, mas implementá-las não é trivial. São necessários muitos dados, conhecimentos variados e know-how. Como essas políticas buscam a transformação da estrutura produtiva, elites que se beneficiam do status quo tendem a resistir a elas —ou até a capturá-las em benefício próprio. E há também a desarticulação e a falta de priorização das políticas públicas. Juros altos e o câmbio valorizado, por exemplo, limitaram o impacto das políticas industriais recentes.

Essas dificuldades só serão superadas com a reorientação da atuação do Estado.

A experiência internacional mostra que os casos de sucesso contaram com a presença de órgãos com autoridade superior, normalmente vinculados ao "centro de governo", como a Presidência da República. Isso sinaliza priorização do tema, estimula visão estratégica e sistêmica, autonomia frente a interesses setoriais e poder de articulação. Foi assim com o órgão que coordenou pesquisas científicas para fins militares nos EUA durante a Segunda Guerra e que foi decisivo para a construção dos ecossistemas de inovação do país. O mesmo ocorreu com a Coreia do Sul durante seu "milagre econômico".

Atualmente, na China, o órgão responsável pelos planos quinquenais responde diretamente ao Conselho de Estado. Nos EUA, Joe Biden elevou sua assessoria de ciência e tecnologia ao status de ministério e empoderou seu assessor econômico a coordenar o aumento da resiliência das cadeias produtivas do país, elemento central do Plano Biden.

Equipes precisam ser qualificadas. Juscelino Kubitschek atribuiu aos poucos órgãos que tinham maioria de servidores concursados a tarefa de implementar o Plano de Metas. Felizmente, avançamos muito na profissionalização da burocracia desde então, mas podemos fazer mais.

Atualmente, a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil possui dezenas de cargos de alto escalão para atrair os melhores profissionais para projetos de infraestrutura, mas reserva apenas 35% deles exclusivamente para servidores de carreira.

O Estado também precisará de informações e de apoio social para que as políticas sejam efetivas e sustentáveis. O Japão é um caso clássico de intercâmbios sistemáticos entre servidores e empresários em conselhos deliberativos, os quais, mesmo assim, submetiam-se a filtros técnicos e políticos até a tomada de decisão.

O ideal é que fóruns com a sociedade civil sejam consultivos e que a definição das políticas caiba a autoridades do governo, como na Câmara de Comércio Exterior. Aliás, nos EUA, tramita projeto de lei bipartidário criando um comitê de ministros para construir uma estratégia nacional de desenvolvimento a cada quatro anos.

Reindustrializar é um desafio extraordinário. Reorientar o Estado para essa tarefa é um passo indispensável para recolocar o Brasil no caminho do desenvolvimento.

[...]

A reindustrialização exigirá a volta das políticas industriais, mas implementá-las não é trivial. (...) Como essas políticas buscam a transformação da estrutura produtiva, elites que se beneficiam do status quo tendem a resistir a elas —ou até a capturá-las em benefício próprio

Felipe Augusto Machado, especialista em políticas públicas e gestão governamental (EPPGG); **Luis Felipe Giesteira**, EPPGG; **André Rafael Costa e Silva**, EPPGG; **Luciano Cunha de Sousa**, analista de comércio exterior (ACE); **Jackson De Toni**, analista de produtividade e inovação; **Gustavo dos Santos Galvão**, analista de desenvolvimento econômico e social; **Maycon David Stahelin**, ACE; **Gustavo Tavares da Costa**, ACE; e **Rafael Ramos Codeço**, ACE

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Disparo estático de 31 motores do Super Heavy B7 da SpaceX, primeiro estágio do veículo Starship SpaceX

Militares no banco dos réus

Dois privilégios que devem ser extirpados no Brasil: a justiça especial dos militares e o fórum especial para os parlamentares ("Julgamento de militares acusados de golpismo tem incerteza e pode opor Moraes e governo Lula", Política, 12/2).
Moacyr da Silva (São Paulo, SP)

*

Será que o Brasil vai perder de novo a chance de julgar os crimes militares? Uma vergonha se fizer isso.
Rosana Brito (Curitiba, PR)

*

Trocando em miúdos: não terá punição para fardados, principalmente das três Forças. Se tiver, será muito branda e será um erro muito grande!
Paulo da Silva Batista (Hidrolândia, GO)

Codevasf

Um absurdo o governo Lula manter o cérebro da corrupção instalada na Codevasf ("Governo Lula avalia manter chefe da Codevasf", Política, 12/2). É o momento de ungir verdadeiros líderes que não concordam com o desvio de verbas. Abra os olhos, povo nordestino. Vire as costas para a estirpe de coronéis que exploram a população há séculos.
Ezio Oliveira (Rio Verde, GO)

Representatividade

Existe alguma lei impedindo mulheres de ocupar cargos de liderança ("Mulheres ocuparam menos de 10% dos chefes do Congresso", Política, 12/2)? O eleitorado feminino poderia eleger mais representantes. Por que não o faz?
Marcelo Galvão de Oliveira (São Paulo, SP)

Saneamento básico

Deve ser muito difícil para a população que vive sem saneamento básico ("Apostas, vaivéns e erros: o trajeto do saneamento no Brasil em 5 capítulos", Mercado, 12/2). Mas ideólogos de plantão estão preocupados se o serviço será oferecido pela iniciativa privada. Qual o problema? Não importa a natureza —pública ou privada— desde que o serviço seja viável e funcione. O setor público está desde a Era Vargas para solucionar a questão.
Felipe Araújo Braga (Caieiras, SP)

*

Em tempo. Moro em Búzios (RJ). A cidade é atendida pela Prolagos há mais de duas décadas. O serviço prestado é caríssimo e péssimo. Eu pago água e esgoto. Água chega uma ou duas vezes por semana. Esgoto... não tem! A cidade fede!
Mônica Casarin Fernandes Elsen (Armação dos Búzios, RJ)

Fundo Amazônia

Quando se fala em verba destinada a fins lícitos, lembro do alto custo dos Três Poderes ("Brasil se decepciona com valor oferecido pelos EUA para Fundo Amazônia", Mundo, 11/2). Parlamento não é profissão, é prestação de serviço à causa pública. E o Judiciário se cala diante dos absurdos salariais.
Venancio Junior (Campinas, SP)

Religião e inteligência artificial

Enganadores têm à disposição mais uma ferramenta eficiente, não precisam mais se esforçar na retórica da mentira ("ChatGPT chega a igrejas, e pastores se perguntam: tem Deus ali?", Mercado, 12/2). O robô fará isso. Na concorrência para ganhar corações e bolsos incautos, a IA chegou para ficar.
Celso Acacioo Galaxe de Almeida (Campos dos Goytacazes, RJ)

Conquista do espaço

O que a SpaceX está fazendo no ramo espacial é coisa de ficção científica. Basta ver o sucesso do Falcon 9 levando tripulações e carga para a estação espacial e o lançamento dos satélites da rede Starlink ("SpaceX quer lançar em março o maior foguete da história", Salvador Nogueira, Folha Corrida, 12/2). Tudo isso com os foguetes que lançam as cargas e/ou tripulações, retornando à Terra e pousando no local do lançamento ou em balsas ao longo da costa. Simplesmente fantástico.
Antonio Pinheiro de Carvalho Filho (Rio de Janeiro, RJ)

Ombudsman

Muito oportuno este artigo ("O cercadinho do mercado", 12/2). Menos Escola Base no jornalismo e mais busca da verdade!
Marluce Martins de Aguiar (Vitória, ES)

*

Realmente está faltando ao jornalismo voltar a... fazer jornalismo! Os quatro anos do governo Jair Bolsonaro hipersensibilizaram todos. E é preciso botar a bola no chão e os fatos sob uma perspectiva mais serena.
Claudia Roveri (Blumenau, SC)

Até quando?

Perdoe-me o ministro da Defesa, mas os únicos inocentes são os índios, que têm sido mortos, estuprados, tendo a sua terra destruída, morrendo de desnutrição e doenças ("Garimpeiros continuam invasão de terra yanomami e demonstram resistência", Cotidiano, 12/2)! E o pior, o mais hediondo, com a anuência das autoridades que deveriam protegê-los! Vergonha!
Cristina Maria de Sobral Ferrari (Rio de Janeiro, RJ)

Balão no ar e artilharia pesada

Quem sabe? Talvez seja apenas um balão meteorológico, China ("China detecta objeto voador não identificado perto de cidade portuária, diz jornal", Mundo 12/2).
Marisa Coan (São Caetano do Sul, SP)

Colunista

Quero parabenizar a **Folha** por trazer um "olhar econômico" enviesado àquele que tem sido dogmático na grande mídia. A leitura das análises do economista André Roncaglia trouxe-me um alívio ("A abusiva autonomia do Banco Central", 10/2). Enfim alguém que pensa e faz pensar com argumentos outros!
Olga Maria Biaggioni Diniz (São Paulo, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

PRIMEIRA PÁGINA (11.FEV) A Vale estima em cerca de R$ 800 milhões, e não em R$ 2,3 bilhões, o valor que pode vir a ser cobrado retroativamente da empresa por impostos que não estava pagando devido a decisões judiciais anteriores.

MERCADO (12.FEV; A19) O ano da foto do reservatório da Consolação (SP) foi publicado com erro de digitação na reportagem "Apostas, vaivéns e erros: o trajeto do saneamento no Brasil em 5 capítulos". A imagem é de 1900.

MERCADO (12.FEV; A22) O anúncio de Sergio Rial como CEO da Americanas foi em 2022, e não em 1922, como grafado na arte que acompanhou o texto "Um mês depois, onde estão os ex-CEOs da Americanas".

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Diga que fico

Rodrigo Agostinho, futuro presidente do Ibama, afirma ter recursos para manter a operação contra o garimpo na Terra Indígena Yanomami pelo menos até o fim do ano. "Tenho orçamento para continuar presente por bastante tempo. O que for ilegal será combatido", diz. A **Folha** mostrou que o fluxo de barcos levando mantimentos para o garimpo continua, um indicativo de que infratores apostam na retirada do governo em breve. O histórico na região é de operações pontuais.

MINÚCIAS A adesão de filiados do Podemos ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não deve interromper as conversas para a formação de uma federação com o PSDB, já federado com o Cidadania e que se coloca como oposição.

SELETIVO De acordo o secretário-geral do PSDB Paulo Abi-Ackel (MG), o formato da federação ainda será discutido. Há dois modelos possíveis: um mais amplo, com unidade de posicionamento no Congresso e na relação com o governo, ou outro mais restrito, com mais ênfase na campanha municipal de 2024.

BATISMO O governo Lula vê a indicação de dois novos diretores do BC (Banco Central), cujos mandatos se encerram no dia 28, como o primeiro teste da base. Os nomes precisam ser aprovados no Senado, onde a oposição entregou 32 votos a Rogério Marinho (PL), correligionário do ex-presidente Jair Bolsonaro.

DEIXA QUIETO O Planalto trabalha para derrubar a MP (Medida Provisória) que diminui o de 25% para 6% o imposto para despesas de brasileiros com viagens no exterior. A ministra do Turismo, Daniela Carneiro, é a favor da proposta, mas o Planalto quer evitar o impacto financeiro.

HERANÇA MALDITA A articulação política também pretende deixar caducar a MP que desonera estrangeiros com investimentos em títulos privados no Brasil, cujo impacto é de R$ 450 milhões anuais. As duas medidas foram assinadas por Bolsonaro e perdem a validade em 1º de março.

PARCERIA O presidente Lula deve comparecer à cúpula da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) que se realizará em São Tomé e Príncipe, na costa africana, em julho. Deve ser a reestreia do brasileiro no continente que ele priorizou em seus dois governos anteriores.

REPETECO O petista quer novamente ter uma ação específica para a África, dentro de sua estratégia de articulação com o chamado Sul Global. Lula deve aproveitar a ida para visitar outros países, como Angola e África do Sul.

DÁ VOLTAS Coordenador do Prerrogativas, o advogado Marco Aurélio Carvalho rebate a crítica do deputado Aécio Neves (PSDB-MG) à provável ida da ex-presidente Dilma Rousseff para o banco dos Brics, na China. "Cruel é a forma como Aécio está terminando sua carreira. Muito triste e constrangedor para os que acreditaram um dia em sua capacidade de liderar o país."

ALÉM MAR Ao Painel, Aécio havia ironizado a distância que o PT manteve da ex-presidente durante a campanha em 2022 e dito que enviá-la para Xangai "chega a ser cruel".

CIDADANIA A Corregedoria do CNJ, em parceria com cartórios e corregedorias estaduais, organiza a primeira Semana Nacional de Identificação Civil em abril. O objetivo é garantir a certidão de nascimento para pessoas em situação de vulnerabilidade. O corregedor, Luis Felipe Salomão, reúne-se com os corregedores estaduais nesta semana para definir data e o melhor formato.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

Cláudio

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL PLANO MENSAL	Digital Ilimitado R$ 29,90		Digital Premium R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 942,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.618,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
344.969 exemplares (dezembro de 2022)

Vândalos invadem a sede do Supremo Tribunal Federal durante ação golpista em 8 de janeiro Gabriela Biló/Folhapress

STF e PGR buscam meio para julgar centenas de ações contra golpistas

Há preocupação para que processos não travem trabalhos dos órgãos; casos podem ser enviados à primeira instância

José Marques

BRASÍLIA Mais de um mês após a depredação das sedes dos três Poderes, o STF (Supremo Tribunal Federal) e a PGR (Procuradoria-Geral da República) ainda procuram soluções para que as centenas de ações penais contra os suspeitos de participarem e incentivarem os atos golpistas de 8 de janeiro não travem os trabalhos dos órgãos.

É consenso que, em qualquer cenário, haverá sobrecarga de serviços e uma provável necessidade de reforços.

Até agora, a PGR enviou ao STF denúncias contra mais de 650 pessoas. De acordo com o órgão, 49 têm como alvo pessoas classificadas como executores, uma é contra um agente público e 602 contra incitadores dos atos.

As ações são assinadas pelo subprocurador-geral da República Carlos Frederico Santos, que coordena o grupo da PGR que atua nos casos relacionados aos atos golpistas.

Informalmente, ele já tem consultado procuradores para reforçarem a equipe que atuará nas ações penais dos casos.

No Supremo, interlocutores do ministro Alexandre de Moraes, responsável pelos inquéritos, afirmam que a sua intenção inicial era manter os processos sob a tutela do tribunal, o que evita que eles fiquem parados —ou que haja decisões divergentes entre juízes de primeira instância.

Porém, não há uma equipe no Supremo que tenha condição de tocar a fase de instrução das ações, quando são apresentadas as provas materiais, como documentos, e ouvidas as testemunhas.

Uma possibilidade é a criação de uma força-tarefa, com convocação de juízes, para tocar essa fase dos processos.

Para as audiências de custódia —etapa mais simples, na qual magistrados fazem avaliação inicial das prisões—, já foi necessário um mutirão na Justiça. Moraes delegou a tarefa a juízes federais e distritais.

Há ainda outro problema. Segundo o regimento interno do Supremo, as ações penais que tramitam na corte devem ser julgadas em plenário pelos 11 ministros.

Isso, porém, pode ser feito de forma virtual, em um sistema no qual os integrantes da corte depositam os seus votos eletronicamente.

De 2014 a 2020, a competência para julgar as ações tinha sido deslocada para as turmas de cinco ministros.

O retorno ao plenário desses julgamentos, como foi no mensalão, aconteceu em 2020, na gestão do ministro Luiz Fux, sob a justificativa de que as restrições no foro especial diminuíram a quantidade de ações penais no Supremo.

À época, isso foi considerado um movimento de Fux em benefício da Lava Jato, já que os processos deixariam de ser julgados pela Segunda Turma, que vinha impondo sucessivas derrotas à operação.

Se a maioria dos processos não ficar no Supremo, é possível que o ministro Alexandre de Moraes envie os casos para a primeira instância após as denúncias serem aceitas.

No STF permaneceriam só ações relacionadas a pessoas com prerrogativa de foro, como deputados federais.

Como as suspeitas envolvem crimes federais ocorridos em Brasília, o caminho esperado é que eles sejam enviados para uma das varas criminais da Justiça Federal do Distrito Federal.

Mas isso também provocaria um problema: há apenas três varas criminais federais no DF, que ficariam superlotadas com os processos relacionados aos atos golpistas do dia 8 de janeiro.

Embora haja divergências entre os próprios ministros a respeito do que deve ser feito, o entendimento comum é o de que a solução final deverá ser apresentada pelo próprio Alexandre de Moraes, que tem um perfil centralizador e controlador com as suas ações.

Atualmente, sete inquéritos estão abertos no STF para apurar responsáveis pelos atos antidemocráticos que culminaram em depredação na praça dos Três Poderes, a pedido da PGR.

+ OAB QUER TRANSFERÊNCIA DE GOLPISTAS

A OAB pediu ao ministro Alexandre de Moraes, do STF, que os bolsonaristas presos após os ataques golpistas de 8 de janeiro sejam transferidos para as prisões dos seus estados de origem.

A entidade afirma que o aumento da massa carcerária causou impactos para o Distrito Federal.

Desde os ataques, ao menos 1.420 pessoas foram presas em flagrante ou durante operações deflagradas pela Polícia Federal.

Três desses inquéritos investigam a participação de deputados federais sob suspeita de terem instigado os atos: André Fernandes (PL-CE), Clarissa Tércio (PP-PE) e Silvia Waiãpi (PL-AP).

Em suas decisões, Moraes tem indicado que pretende atuar de forma rigorosa contra autoridades que tiveram relações com os atos.

Ele já disse, por exemplo, que "os agentes públicos (atuais e anteriores) que continuarem a se portar dolosamente dessa maneira, pactuando covardemente com a quebra da democracia e a instalação de um estado de exceção, serão responsabilizados".

"Absolutamente todos serão responsabilizados civil, política e criminalmente pelos atos atentatórios à democracia, ao Estado de Direito e às instituições, inclusive pela dolosa conivência —por ação ou omissão motivada pela ideologia, dinheiro, fraqueza, covardia, ignorância, má-fé ou mau-caratismo", afirmou.

Outros dois inquéritos tentam identificar os executores, os financiadores e pessoas que auxiliaram materialmente os atos.

Há, ainda, um que apura os autores intelectuais e instigadores. Nesse inquérito, Jair Bolsonaro (PL) é investigado.

O ex-presidente é suspeito de ter cometido incitação pública à prática de crime após ter postado no Facebook, dois dias após os ataques, um vídeo questionando as eleições e apagado depois.

Além disso, o sétimo inquérito aberto investiga suspeitas de ações e omissões do governador afastado do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), e do ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do DF Anderson Torres.

Desde 8 de janeiro, ao menos 1.420 pessoas foram presas em flagrante ou durante operações deflagradas pela Polícia Federal. Daqueles presos em flagrante, até a semana passada 916 tiveram a prisão convertida em preventiva (sem prazo determinado) e 464 obtiveram liberdade provisória.

APRESENTA

EstúdioFOLHA

Clara completa um ano no Brasil com soluções práticas na gestão de despesas corporativas

Fintech registra ritmo forte de crescimento no país, auxiliando mais de 1.100 clientes na implantação de procedimentos que facilitam e simplificam os processos de gastos; inovações seguem aceleradas

Divulgação/Clara

UM ANO DE INOVAÇÃO EM GESTÃO DE GASTOS NO BRASIL
Soluções tecnológicas da Clara dão eficiência operacional para as empresas

As empresas estão cada vez mais empenhadas em concentrar seus esforços nos negócios e, junto, reduzir o tempo e os recursos dispensados em atividades burocráticas. Para tanto, elas buscam soluções que facilitem processos internos e pagamentos, porém sem abdicar do controle de tais operações.

Prova disso é que a fintech Clara completou em dezembro de 2022 um ano de operações no Brasil auxiliando mais de 1.100 empresas a revolucionar a gestão de despesas. "O desempenho foi bem acima do esperado", diz Layon Costa, general manager da Clara no Brasil.

A empresa oferece cartões de crédito corporativos em parceria com a Mastercard, que podem ser emitidos pelo próprio usuário, na quantidade necessária e sem custos. Ela fornece também uma plataforma digital de controle de gastos que dá transparência, simplicidade e eficiência às transações.

Neste um ano de atividade no Brasil, foram emitidos mais de 27 mil cartões físicos e virtuais, com cerca de 500 mil transações processadas, num total de R$ 600 milhões anualizados.

O executivo ressalta que os negócios avançaram em ritmo forte ao mesmo tempo que a companhia era construída no Brasil, inclusive com atração de capital para investimentos. A performance positiva ocorreu em um período difícil para startups e também para grandes empresas de tecnologia ao redor do mundo.

"A Clara esteve alheia a essas dificuldades", afirma Costa. A plataforma torna o controle de gastos mais simples, transparente e eficiente. Num momento de incertezas econômicas, tal controle é essencial para dar eficiência operacional às empresas, evitando desperdícios.

GESTÃO FACILITADA

Ao mesmo tempo que permite aos gestores emitir quantos cartões a equipe precisar, fixar limites, categorias de uso, prazos, e acompanhar os gastos, o sistema da Clara dá aos colaboradores autonomia para adquirir os produtos e serviços que necessitam, sem autorizações ou preenchimento de papelada para o reembolso. Aliás, o uso da ferramenta, por si só, já garante uma boa economia de papel.

Entre os clientes da Clara estão marcas como Rappi, Amaro, Getninjas e Méliuz. As empresas utilizam os cartões e a plataforma para pagar e gerenciar despesas com viagens, anúncios publicitários, alimentação, mobilidade, compra de materiais diversos, aluguéis de espaços e assinaturas de softwares.

Os gastos são atualizados em tempo real no sistema - o usuário pode vincular as notas com uma foto - e é possível monitorar as operações por departamento e colaborador.

INOVAÇÃO

A Clara foi fundada em 2021 e opera em três países da América Latina: México, Colômbia e Brasil. A fintech prevê expansão para outros países da região, onde o Brasil passou a representar 30% do total dos negócios no último ano.

Um dos fatores que impulsionam o desempenho é a adaptabilidade do sistema. Em 2022, a empresa lançou 15 atualizações na plataforma voltadas ao público brasileiro.

As novas funcionalidades tornaram a ferramenta ainda mais perfeita para as necessidades das empresas brasileiras, isso porque foram incluídas com base no feedback dos próprios clientes. Como exemplos, Costa cita uma série de atributos que o produto tem aqui e que não tinha na versão mexicana, até por diferenças na cultura de negócios dos dois países, como a possibilidade de fazer compras parceladas nos cartões. "Os mexicanos não estão tão acostumados a usar, mas o Brasil ama cartões de crédito", comenta o executivo.

Outras novidades foram a introdução de um perfil de contador na plataforma, além de gerentes e diretores, o programa de fidelidade de Clara Pontos, que dá descontos em faturas, e a integração com outros sistemas de gestão utilizados pelas empresas, conhecidos pela sigla em inglês ERP.

"Promovemos vários desenvolvimentos de acordo com as demandas dos clientes", declara Costa. Em sua avaliação, as novas propriedades abrem espaço para que a Clara atraia o interesse de mais empresas.

RITMO ACELERADO

Ele acrescenta que as inovações vão continuar. A fintech pretende, por exemplo, incorporar pagamentos por PIX e boletos na plataforma.

"Nem todos os fornecedores aceitam cartão. Vamos permitir outras formas de pagamento pela plataforma, e a empresa poderá acompanhar os gastos independentemente do meio utilizado."

Em 2023, a Clara espera ultrapassar rapidamente a marca de R$ 1 bilhão em transações realizadas com suas ferramentas. A integração da plataforma com outros sistemas de gestão irá continuar. "Estamos preparados para atender a demanda das empresas que já têm sistemas internos de gestão", declara Costa.

As contratações também vão seguir. A empresa começou a operar no Brasil com 20 pessoas, agora já são 80 e há vagas abertas, principalmente na área de tecnologia.

"Nossos clientes são empresas que querem novas tecnologias, e não existe nada igual às soluções da Clara. Sem custos, elas garantem mais controle, mais autonomia e menos burocracia, além dos cartões de crédito", conclui o executivo.

Nossos clientes são empresas que querem novas tecnologias, e não existe nada igual às soluções da Clara. Sem custos, elas garantem mais controle, mais autonomia e menos burocracia, além dos cartões de crédito

LAYON COSTA,
GENERAL MANAGER DA CLARA NO BRASIL

FINTECH OFERECE

Emissão ilimitada de cartões de crédito corporativos

Sistema que permite acompanhamento em tempo real dos gastos

Maior controle de despesas sem tirar a autonomia da equipe

Transparência, simplicidade e agilidade nas transações

Eliminação de burocracia, papel e redução de custos operacionais

MAIS DE 15 INOVAÇÕES IMPLEMENTADAS

Integração com sistemas de gestão internos das empresas (ERPs)

Compras parceladas nos cartões corporativos

Restrição de cartões por uso

Conciliação de faturas

Introdução do perfil de contador na plataforma

Programa de fidelidade Clara Pontos

DESEMPENHO ACELERADO

Mais de 1.100 clientes em um ano de Brasil

Cartões físicos e virtuais emitidos superaram 27 mil

EM 2023, A TODO VAPOR

Introdução de pagamentos por PIX e boletos

Integração com mais ERPs

Programa de cashback

Mais contratações

Cartões da Clara devem ultrapassar R$ 1 bi em operações

política

Histórico de votações sugere base de Lula ainda mais frágil

Análise mostra que mesmo partidos de esquerda nem sempre estiveram ao lado do PT no plenário da Câmara

DELTAFOLHA

Daniel Mariani, Diana Yukari e Cristiano Martins

SÃO PAULO O histórico das votações na Câmara dos Deputados nas últimas duas décadas sugere que a fragilidade da base de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pode ser ainda maior do que parece à primeira vista.

Análise da **Folha** mostra que o arco de alianças do novo governo reúne partidos com retrospecto antagônico ao do PT no Legislativo. Isso vale não só para legendas de direita, como seria esperado, mas também para algumas de esquerda.

Um dos casos mais chamativos é o do PSD, legenda que Gilberto Kassab notabilizou ao dizer que não seria de esquerda, nem de direita, nem de centro.

O partido não apoiou Lula na campanha eleitoral de 2022, mas ganhou três ministérios como parte dos esforços do presidente para ampliar sua sustentação —o PSD soma 42 deputados à base do governo.

A julgar pelo passado do partido no Congresso, o aceno terá resultados incertos.

De acordo com o levantamento da **Folha**, os parlamentares do PSD até acompanharam o PT nas primeiras votações após sua criação, em 2011, mas logo adotaram distanciamento crescente em relação aos petistas.

O padrão de oposição ao PT, especialmente a partir do governo Dilma Rousseff (2011-2016), também aparece no histórico de outras siglas da base formal de Lula, como MDB, Avante, Solidariedade e Pros.

O presidente precisa recorrer a esses aliados instáveis porque a esquerda ocupa apenas um quarto das cadeiras na Câmara. Desde a eleição, Lula faz acordos com o centro e a direita para ampliar a governabilidade.

Somados, todos os partidos da base lulista chegam a 223 parlamentares. Mesmo que não haja divergências internas —algo improvável, como mostra o histórico—, o número ainda seria insuficiente para a aprovação de PECs (proposta de emenda à Constituição), que demanda 308 votos, ou mesmo de projetos de lei complementar (257 votos).

Para ganhar margem de manobra, o governo tenta fidelizar a União Brasil, legenda que rumina disputas internas e, apesar de ter recebido três ministérios, se declara independente.

Criada em 2021 a partir da fusão do PSL com o DEM, a União Brasil sempre se manteve distante do PT nas votações da Câmara dos Deputados. E o mesmo pode ser dito sobre os partidos que lhe deram origem.

O extinto PSL até votou junto com o PT nos primeiros mandatos de Lula, mas a composição e a ideologia da sigla mudaram de forma radical desde então —o partido cresceu na esteira do antipetismo e da eleição de Jair Bolsonaro (hoje no PL) em 2018.

O DEM, por sua vez, manteve um padrão muito claro: se o PT votava a favor de um projeto, o DEM seria contra, e vice-versa.

Não por acaso, líderes da União Brasil, do PSD e do MDB sustentam que o apoio ao governo Lula se dará de acordo com uma avaliação individual das pautas, caso a caso.

Dessa forma, Lula e seus articuladores seguem buscando aliados no centro e até na oposição. A avaliação é a de que haveria nesses setores parlamentares dispostos a aderir isoladamente ao governo.

PP e Republicanos, por exemplo, possuem bancadas numerosas e se declaram independentes —não de oposição. Embora tenham formado a base de Bolsonaro nos últimos quatro anos, ambos registraram padrões de votação próximos aos do PT no passado.

No caso do PP, o alinhamento ocorreu nos dois primeiros governos de Lula.

A estratégia petista para retomar esse apoio incluiu o endosso à reeleição do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Já a concordância do Republicanos foi registrada em meados do segundo mandato de Lula e se estenderam até a primeira gestão Dilma. Agora, o PT tenta atrair novamente os cardeais do partido para a base do governo em 2023.

Juntos, União Brasil (59), PP (49) e Republicanos (41) respondem por 149 dos 188 deputados ditos independentes, enquanto a oposição soma 102.

Naquele que foi o primeiro teste para Lula —ainda na legislatura anterior—, MDB, PSD, União Brasil e PP contribuíram com 144 votos para a aprovação da PEC da Transição. Isso equivale a 76% dos deputados dessas legendas.

A apreciação de medidas sensíveis no novo governo, contudo, tende a exigir negociações mais difíceis.

Por outro lado, a investida petista à direita pode gerar problemas com aliados de primeira hora em votações fundamentais, como a da reforma tributária.

Os deputados do PSOL, por exemplo, só começaram a votar em consonância com os petistas a partir da crise que resultou no impeachment de Dilma.

Nascido em 2004, fruto de dissidências no PT, o partido não se furtou de fazer oposição às primeiras gestões de Lula por questões ideológicas, marcando votos opostos aos da legenda governista.

Atualmente, o PSOL defende a cobrança de mais impostos dos ricos e critica a simplificação tributária prevista em propostas apoiadas pelo governo Lula em tramitação.

A medida de proximidade entre o PT e os demais partidos foi calculada pela **Folha** a partir dos resultados de 3.752 votações realizadas no plenário da Câmara ao longo das últimas duas décadas, de dezembro de 2001 a dezembro de 2022.

Os votos favoráveis recebem valor 1, e os contrários, 0. A métrica representa a distância entre o posicionamento de cada deputado e a média dos votos dos parlamentares petistas, nesta mesma escala.

Foram desconsideradas as abstenções e as votações unânimes, bem como aquelas que não tiveram a participação de nenhum parlamentar do PT.

Partidos da base de Lula têm padrão de votação distante do PT

Esquerda · Centro · Direita · Partidos extintos

Proximidade por governo

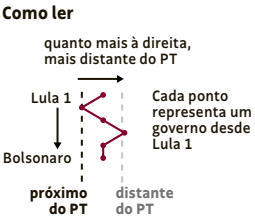
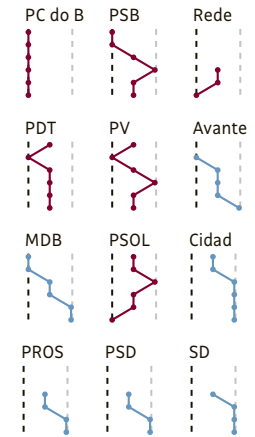
Como ler

quanto mais à direita, mais distante do PT

Lula 1 · Bolsonaro · próximo do PT · distante do PT

Cada ponto representa um governo desde Lula 1

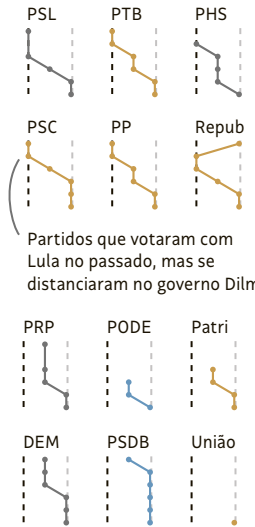
Base do governo

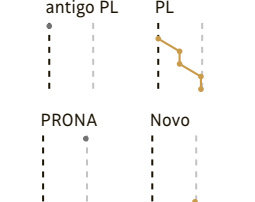
PC do B · PSB · Rede · PDT · PV · Avante · MDB · PSOL · Cidad · PROS · PSD · SD

Mesmo entre os partidos de esquerda, apenas PC do B nunca se afastou do PT

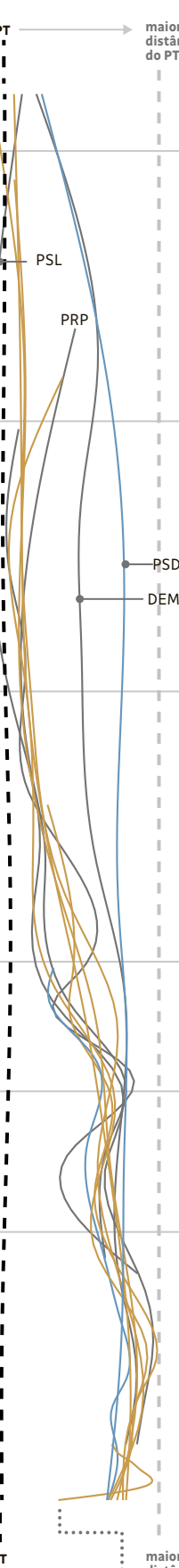
Partidos independentes

PSL · PTB · PHS · PSC · PP · Repub

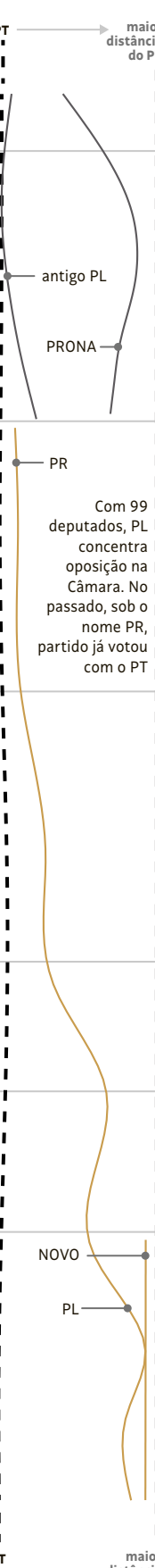
Partidos que votaram com Lula no passado, mas se distanciaram no governo Dilma

PRP · PODE · Patri · DEM · PSDB · União

Partidos de oposição

antigo PL · PL · PRONA · Novo

Histórico de proximidade

Base do governo atual na atual legislatura · **Partidos independentes** na atual legislatura · **Partidos na oposição** na atual legislatura

PT · maior distância do PT

Lula 1 · Lula 2 · Dilma 1 · Dilma 2 · Temer · Bolsonaro

MDB · PSOL · PDT · CIDADANIA · PSL · PRP · PSDB · DEM · antigo PL · PRONA · PR · NOVO · PL

Reeleição de Dilma consolida ruptura entre PT e partidos que hoje estão na base

Com 99 deputados, PL concentra oposição na Câmara. No passado, sob o nome PR, partido já votou com o PT

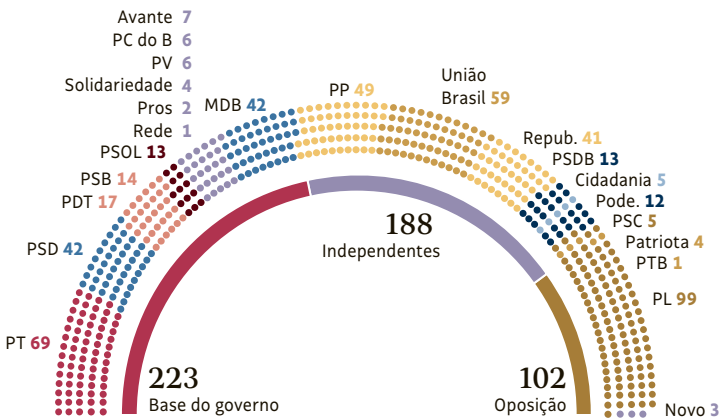
PSOL e Rede — PSOL e Rede se aproximaram do PT após impeachment de Dilma

SD e AVANTE

CIDAD e MDB — MDB e Cidadania são partidos da base com histórico recente de votações contrárias ao PT

DEM, PSL e União — PSL foi próximo ao PT no passado, mas cresceu na esteira do antipetismo. DEM sempre foi antagonista. Os dois se fundiram para criar a União Brasil

Fonte: Câmara dos Deputados

Base de Lula na Câmara

6 perguntas que você deve fazer para proteger sua privacidade

Especialistas alertam que é preciso analisar contexto e, muitas vezes, até a política de uso de informações das empresas antes de fornecer dados pessoais

Você já se perguntou por que precisa informar o CPF para utilizar um serviço gratuito de mobilidade urbana? E já questionou a necessidade de permitir a qualquer aplicativo o acesso à sua localização atual?

Quem nunca se preocupou com isso pode (mesmo sem perceber) já ter colocado sua privacidade e sua segurança em risco. "O questionamento sobre a razão da coleta das informações pessoais precisa ser feito a todo momento se quisermos nos tornar uma sociedade consciente e com uma cultura de proteção à privacidade", alerta Diana Goldstein Troper, Data Protection Officer (DPO) da Unico.

Como define Fabrício da Mota Alves, advogado especialista em Direito Digital, vivemos uma era em que as relações são cada vez mais informacionais, ou seja, caracterizadas pela alta troca de dados, inclusive pessoais. Isso significa que nossos dados são uma moeda de troca e, portanto, têm valor, tanto para empresas bem intencionadas quanto para as mal-intencionadas.

Daiana e Fabrício concordam que questionar – antes de informar – é uma das estratégias mais eficientes para manter a privacidade e evitar que informações pessoais sejam utilizadas de forma indevida. Confira a seguir seis perguntas que eles sugerem que você faça sempre que seus dados pessoais forem solicitados.

1. Como saber se as informações que me pedem realmente são necessárias?

Avaliar o contexto em que as informações pessoais são solicitadas é o primeiro passo para protegê-las. Por exemplo, para fazer o cadastro em uma plataforma de e-commerce e comprar um celular, é coerente que sejam solicitados nome, CPF, endereço e informações de pagamento. Por outro lado, será esquisito ser questionado sobre seu estado civil, seus hobbies ou se você é portador de alguma enfermidade. "Afinal, a princípio, não é possível estabelecer uma relação desses dados e a venda/entrega de um produto", diz Fabrício.

Segundo o especialista, na maior parte dos casos, o contexto define a necessidade. "Tecnicamente, os dados pessoais não são necessários quando não contribuem ou não são diretamente relevantes para alcançar determinada finalidade", afirma.

2. Posso dizer não quando pedem meus dados?

Se você se recusar a fornecer determinadas informações, é possível que tenha o acesso negado a produtos ou serviços oferecidos em troca desses dados. "A coleta e o tratamento de dados pessoais são essenciais para usufruirmos de direitos e serviços e não é escopo da lei impedir ou dificultar isso", afirma Diana, explicando que a ideia da regulação e da cultura de proteção de dados é garantir que o titular dos dados tenha controle sobre eles para evitar que sejam mal utilizados. "Não há nada condenável em uma empresa que processa pagamentos coletar informações pessoais necessárias para identificar o consumidor e operacionalizar a transação, por exemplo."

Se por algum motivo você se sentir pouco à vontade em fornecer alguma informação solicitada por uma empresa, um recurso interessante pode ser o de buscar identificar possíveis usos ilegais de seus dados pessoais. "Vale a pena ler o aviso ou a política de privacidade, que resume a forma como os dados pessoais serão tratados, com indicação das respectivas finalidades, tipos, duração do tratamento e outros aspectos relacionados, como o compartilhamento com outras entidades", diz Fabrício. Da mesma forma que Diana, ele ressalta que a preocupação central não deve ser impedir o uso dos seus dados, mas garantir que ele ocorra em conformidade com a lei. "Em especial, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)."

3. Em muitas situações as empresas pedem meu CPF. Quando devo realmente informar?

O CPF é o número de identificação mais utilizado no Brasil. Como é emitido por órgão federal (diferentemente do RG, que é emitido por entidades estaduais), ele é exigido para que empresas e órgãos públicos possam verificar a identidade de uma pessoa de forma confiável e com mínima chance de inexatidão ou erro para prevenir fraudes.

É compreensível, então, que a informação seja necessária em processos de autenticação, identificação ou operacionalização de pagamentos e benefícios. Ainda assim, vale um alerta: "é sempre importante checar para quais finalidades a empresa que coleta a informação declarou o seu uso", afirma Diana.

4. Vale a pena fazer a verificação em duas etapas?

A verificação em duas etapas é altamente recomendada porque a combinação de fatores reforça o processo de autenticação e, consequentemente, aumenta a complexidade de alguém conseguir se passar por você. Assim, em vez de a pessoa conseguir entrar na sua conta somente por meio de senha, é utilizada mais uma etapa de verificação, como um código enviado por e-mail ou mensagem de celular. "Como dificilmente um invasor terá acesso à combinação desses dois fatores, você se protege de riscos como clonagem de contas e vazamento ou furto de dados pessoais", afirma Fabricio. E, para se proteger ainda mais, ele recomenda adotar a autenticação multifator, que utiliza mais de dois fatores para acesso à conta.

5. Quando devo aceitar e/ou bloquear cookies? E o que são exatamente cookies?

Cookies são mecanismos que permitem o armazenamento de informações (pessoais ou não) para facilitar determinadas ações quando o titular visita novamente uma página de internet. Eles podem tanto melhorar a navegação quanto serem utilizados para publicidade.

Antes de aceitá-los, a dica é que você leia a política de cookies elaborada pela empresa ou ente público. "Não é possível afirmar categoricamente que o uso de cookies coloca suas informações em risco, mas alguns deles permitem que seus dados sejam compartilhados com terceiros, o que pode levar à perda do controle sobre suas informações pessoais", alerta Fabrício.

6. Tudo bem fornecer acesso à minha localização para utilizar um app?

Antes de decidir, vale pesquisar se os dados de geolocalização fazem sentido para a prestação daquele serviço pela empresa ou entidade pública. "É novamente aquela questão de contexto", lembra Fabrício.

Para aplicativos de trânsito ou transporte, por exemplo, é fácil entender que essas informações sejam essenciais. Por outro lado, não é possível estabelecer relação imediata entre a sua localização e o acesso a uma calculadora virtual. Entende a diferença?

"É importante compreender que, embora os dados geográficos não sejam considerados dados pessoais sensíveis pela LGPD, são informações que requerem um nível maior de cuidado porque podem ser utilizadas por agentes mal-intencionados para aplicação de golpes, roubos ou até crimes de cunho sexual", alerta o advogado.

A dica? Ponderar muito bem os riscos, pesquisar a credibilidade do fornecedor e calcular o custo e o benefício antes de fornecer essa informação em troca do acesso a qualquer tipo de serviço.

JOGO RÁPIDO PARA PROTEGER SEUS DADOS PESSOAIS*

Avalie o contexto em que as informações são solicitadas

- Para comprar um notebook em uma loja online, por exemplo, faz sentido que sejam solicitados nome completo, CPF, endereço e informações do cartão de crédito.
- Afinal, a loja online precisa verificar sua identidade, processar o pagamento e realizar a entrega do notebook.
- Não faz sentido, porém, solicitar informações sobre seu time de futebol, sua orientação sexual ou suas eventuais enfermidades.
- Não há qualquer relação entre esses dados e a compra de um eletrônico, certo?
- Quando se deparar com uma situação desse tipo, você pode tentar fornecer apenas informações que estejam realmente relacionadas ao seu objetivo, que, neste exemplo, é a compra do notebook.
- Se a transação for concluída, a questão estará resolvida.

Se não for possível concluir a compra dessa forma, há basicamente duas alternativas:

1. Você pode simplesmente desistir e buscar outro vendedor.
2. Pode ler atentamente a política de privacidade da loja online.

Esse documento deve indicar como seus dados pessoais serão utilizados e se serão compartilhados com terceiros. É importante verificar se o aviso de privacidade está disponível em local de fácil acesso e se há dados de contato da pessoa responsável pelo tratamento das informações.

2.a Se você concordar com o que indica o aviso e se sentir à vontade para compartilhar suas informações, pode ainda monitorar se a empresa está utilizando os dados da forma descrita no documento.
2.b Se você não concordar ou achar que o documento não está claro, possivelmente o melhor seja desistir da compra e procurar outra loja.

*Importante observar que estamos considerando apenas a decisão sobre o fornecimento de dados pessoais e não sobre a idoneidade e/ou a confiabilidade de quem solicita as informações.

Ilustração Henrique Assale/Estúdio Folha

Negros são menos de 15% no 1º escalão dos governos estaduais

Proporção de pretos e pardos entre secretários fica bem abaixo dos 56% na população brasileira

Ranier Bragon e Lucas Marchesini

BRASÍLIA A análise do primeiro escalão das 27 unidades da Federação que tomaram posse em janeiro mostra que, assim como a quase totalidade dos demais postos de comando na política brasileira, o secretariado nos estados é majoritariamente branco.

Dos cerca de 570 cargos de elite dos Executivos estaduais, apenas 14% são comandados por negros (pretos e pardos) ou por pessoas que, embora tenham características físicas de brancos, se declaram pardas. Algumas unidades da Federação ainda estão em processo de reestruturação das pastas.

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 56% da população brasileira se declara preta (9%) ou parda (47%).

Dos 27 governadores e governadoras, 18 são brancos, 8 se declaram pardos e 1, Jerônimo Rodrigues (PT-BA), indígena.

O caso dos chefes dos Executivos estaduais é ilustrativo de como, na prática, a presença negra nos postos de comando da política tende a ser ainda menor do que a declarada.

O governador afastado do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), por exemplo, tem fenótipo de uma pessoa branca —e assim se declarou na disputa eleitoral de 2018. Mas em 2022 trocou sua autodeclaração para pardo.

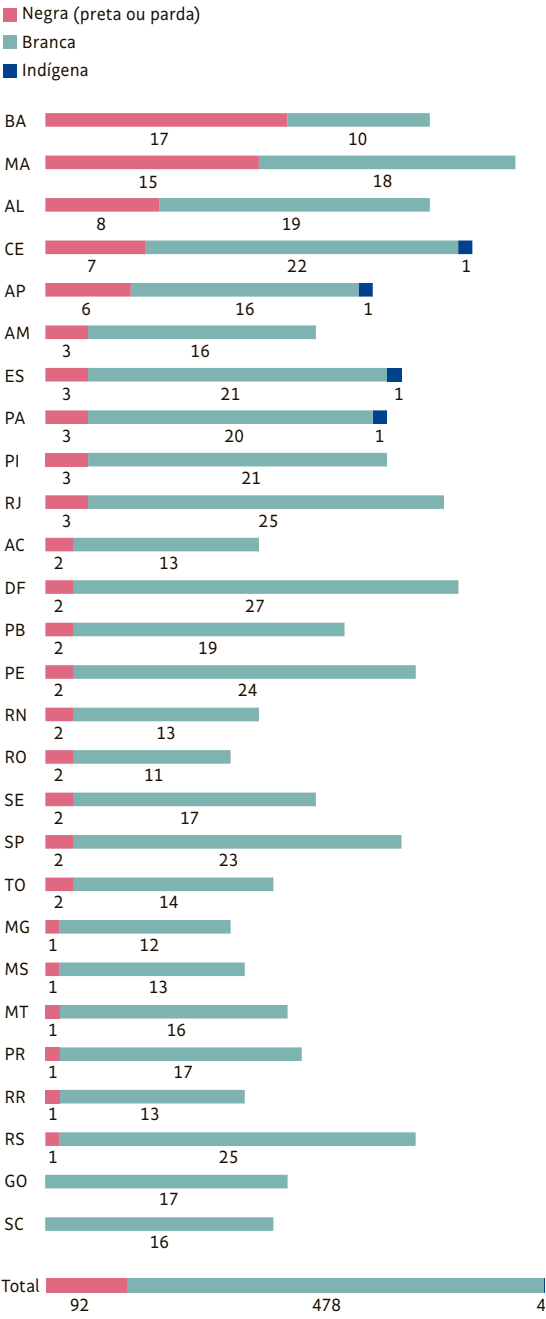
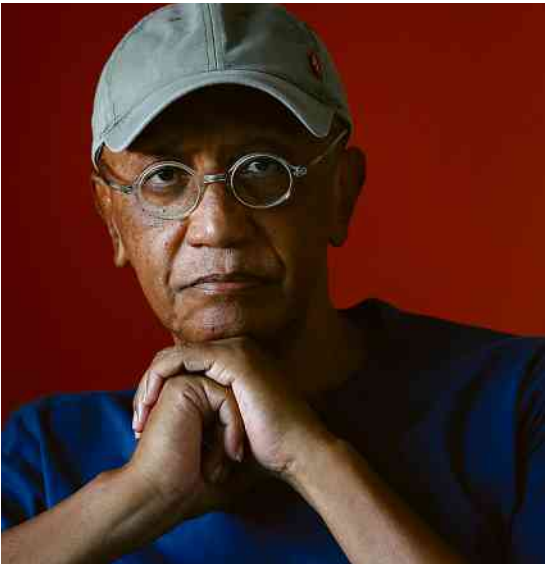
No caso dos secretários de estado, a **Folha** considerou os principais cargos de primeiro escalão, usou dados disponíveis de autodeclaração (no caso de secretários que se candidataram nas eleições de 2022) e fez análise da característica física dos demais, tendo enviado os dados coletados para a assessoria de todos os governos estaduais.

Uma das maiores referências do ativismo pela igualdade racial no Brasil, o professor e escritor Helio Santos afirma que o número real de negros ocupando secretarias de estado certamente é menor e que, se eles fossem submetidos a uma banca de heteroidentificação (usada em algumas instituições onde há cotas raciais para validar ou não a autodeclaração das pessoas), boa parte não seria aprovada.

"Quando se fala que as cotas raciais estão sob ameaça, digo que, na minha avaliação, elas sempre estiveram. De todas as formas de racismo, e há várias delas, a mais vil é quando a sociedade desenvolve e aprova políticas para reparação e várias pessoas não negras dizem: 'Olha, existe essa política que beneficia os negros, mas eu posso fraudá-las porque eu tenho o privilégio da impunidade'", diz.

De acordo com Santos, que é presidente dos conselhos deliberativos da Oxfam Brasil e do Cedra, um sinal positivo ocorreria se ao menos 30% das secretarias estaduais fossem comandadas efetivamente por negros.

"Para causar um mínimo impacto, isso jamais deveria ser inferior a 30%, cerca de metade da população negra [56%]. Estamos em 2023, após o black lives matter, depois da eleição de uma vice-presidente negra [Kamala Harris] nos Estados Unidos e de uma vice-presidente negra [Francia Márquez] na Colômbia. Imaginava-se um avanço maior no Brasil, que é pioneiro na América Latina nas políticas de promoção da igualdade racial."

A Bahia, com 80% da população é negra, é o único estado em que mais da metade do secretariado se declara preto ou pardo (17, contra 10 brancos).

Região onde há a maior concentração proporcional de brancos no Brasil (75%), o Sul é também onde a presença de negros em postos de comando dos Executivos estaduais é menor.

Há apenas dois negros, o secretário de Fazenda do Paraná, Renê de Oliveira Garcia Júnior, e a secretária extraordinária de Inclusão Digital do Rio Grande do Sul, Lisiane Lemos.

Presidente nacional do Tucanafro (núcleo da militância negra do PSDB), Gabriela Cruz diz que a ainda maciça predominância de brancos na titularidade de secretarias de estado contrasta não só com o espelho da população, mas com a quantidade "de negros e negras que têm competência e qualificação para trabalhar não só nas áreas de igualdade racial, mas em diversas áreas de conhecimento".

Gabriela —que integrou a equipe de transição do governo Lula (PT) e hoje é diretora na Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo do governo Eduardo Leite (PSDB-RS)— afirma, porém, ver avanços, e cita seu estado como exemplo.

"Tanto no Legislativo quanto no Executivo do Rio Grande do Sul, pela primeira vez na história há uma presença massiva de representatividade negra", diz, referindo, entre outros exemplos, à nomeação de Lisiane, à presença de outros negros e negras em postos de comando no Executivo e à histórica eleição das primeiras parlamentares negras para a Assembleia Legislativa, Bruna Rodrigues (PC do B) e Laura Sito (PT).

"Evidente que ainda falta muito, mas é um avanço ver a presença negra em um mural de secretários onde nunca se viu nenhuma cara preta."

A **Folha** mostrou na última sexta-feira (10) que a indicação dos secretários de estado também deixa a desejar na questão de gênero.

Os novos governos dos 26 estados e do Distrito Federal terão, em média, 28% dos cargos de primeiro escalão ocupados por mulheres, apesar de elas serem maioria na população (51,1%).

Dos governadores eleitos, há apenas duas mulheres, Raquel Lyra (PSDB-PE), e Fátima Bezerra (PT-RN).

O estado de São Paulo reflete essa realidade em relação a negros e mulheres. O primeiro escalão de Tarcísio de Freitas (Republicanos) tem apenas 5 mulheres e 2 pessoas negras para as 25 secretarias estaduais.

No governo Lula, das 37 pastas, 10 são ocupadas por autodeclarados negros, incluindo Juscelino Filho (Comunicações), que tem fenótipo de branco e assim se declarou à Justiça Eleitoral em 2014 a 2018. Em 2022, mudou a declaração de sua cor/raça para pardo. Há ainda dois autodeclarados indígenas, Wellington Dias (Desenvolvimento Social) e Sônia Guajajara (Povos Originários). São 26 homens e 11 mulheres.

A falta de diversidade racial e de gênero nos legislativos também é uma realidade, apesar da criação de cotas e incentivos à inserção de negros e mulheres na política.

Em 2022, apenas cerca de 25% dos congressistas eleitos se declararam pretos ou pardos, isso sem contar os vários casos controversos. Já as mulheres são cerca de 15% no Senado e 20% na Câmara.

Secretários dos governos estaduais por raça/cor

Fontes: TSE (Tribunal Superior Eleitoral), governos dos estados e, em casos sem declaração oficial, análise do fenótipo feita pela **Folha**

O professor e escritor Helio Santos Rafael Martins-16.jun.21/Folhapress

> Para causar um mínimo impacto, isso [a proporção de negros e negras no 1º escalão] jamais deveria ser inferior a 30%, cerca de metade da população negra [56%]
>
> **Helio Santos**
> professor e escritor

> Evidente que ainda falta muito, mas é um avanço ver a presença negra em um mural de secretários onde nunca se viu nenhuma cara preta
>
> **Gabriela Cruz**
> diretora da Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo do Governo do RS

Governos estaduais afirmam valorizar a diversidade

O Governo do Rio Grande do Sul afirmou que "a diversidade e a representatividade negras, bem como de outros recortes sociais, é pauta permanente, que não se encerra apenas na composição do primeiro escalão".

Santa Catarina disse que "a avaliação para cada posição de liderança dentro do governo estadual levou em consideração apenas experiência e competência técnicas", resposta similar ao de Roraima, segundo quem "os critérios para a composição do primeiro escalão de governo levam em consideração quesitos técnicos".

São Paulo afirmou que investe "na valorização da diversidade em todas as esferas e em todos os sentidos", trabalhando para que "todos os 46 milhões de paulistas se sintam representados e acolhidos nas escolas, no serviço de saúde, nas delegacias, sem distinção de raça, gênero, religião ou orientação sexual".

O Executivo de Minas disse ser um desejo da atual gestão a ampliação "da participação das minorias representativas em cargos de liderança".

"Vale dizer que, em março de 2019, o Governo de Minas lançou o Transforma Minas, ferramenta de renovação do processo seletivo para vagas de liderança e cargos estratégicos da administração pública", priorizando critérios técnicos em detrimento de indicações políticas.

O Governo da Bahia listou autodeclarados indígenas (como o próprio governador) e negros em pastas e órgãos que concentram algumas das principais atividades do estado.

Espírito Santo afirmou que preza pela diversidade de gênero e raça na composição da equipe, "tanto que o secretariado é formado por homens, mulheres, brancos (as), negros (as) e indígenas", o que ocorre nas demais esferas da administração.

O Acre disse que nos primeiros quatro anos do governo Gladson Cameli foram adotadas políticas de diversidade e direitos humanos. "Na nova gestão, todas essas políticas serão reforçadas, assegurando os direitos e garantias das liberdades individuais, equidade, justiça social e respeito a mulher, aos negros, índios e ao público LGBTQIA+."

Maranhão afirmou que a composição do secretariado ainda não é definitiva e que deve passar por reforma administrativa em março, com prováveis novos nomes à frente das pastas.

O Governo de Sergipe afirmou não ter ainda como quantificar a quantidade de negros no primeiro escalão porque a autodeclaração de cada um ainda está sendo recebida.

O Pará disse que "não realiza questionamentos sobre identidade de gênero, cor ou raça no processo de nomeação dos servidores do estado para não ocorrer distinção de pessoas".

Os demais governos de estado não responderam às tentativas de contato.

Angela Alonso
Excepcionalmente, hoje a coluna não é publicada

Amazonino Mendes Avener Prado-26.out.17/Folhapress

Amazonino Mendes, governador por 4 vezes, morre aos 83

Rosiene Carvalho

MANAUS Amazonino Mendes, que comandou o estado do Amazonas por quatro mandatos, morreu neste domingo (12), aos 83 anos. Ele estava internado no hospital Sírio Libanês, em São Paulo, desde dezembro.

"Foi uma vida vitoriosa dedicada com muito amor à família e ao povo do Amazonas. Amazonino deixa um legado incomparável, como homem e político", diz nota publicada em sua página em rede social.

A família não divulgou a causa da morte.

Amazonino concorreu na última eleição ao governo como líder das pesquisas eleitorais até o início da campanha e terminou a disputa em terceiro lugar, atrás de Wilson Lima (União Brasil) e do senador Eduardo Braga (MDB), que ficou em segundo lugar.

Os problemas de saúde limitaram a campanha de Amazonino em Manaus e a anularam no interior do estado, que exige deslocamentos de candidatos a locais de difícil acesso. Já na convenção, Amazonino interrompeu o discurso, pediu para se sentar e saiu amparado por aliados.

Diabético, cardíaco e paciente de hemodiálise, Amazonino estava no grupo de risco da Covid. Ainda assim, no auge da pandemia, disputou a Prefeitura de Manaus, ficando em segundo lugar. Sua participação em eventos era precedida de rigorosas sanitizações dos locais.

"O que faz um homem de 80 anos de idade se expor? O que eu quero? Não quero mais nada. Não estou atrás de honraria. Já fui governador quatro vezes. Não estou atrás de dinheiro. Não sou candidato a correr a maratona", disse em 2020.

Após a eleição de 2022, Amazonino passou por algumas internações em São Paulo. A última começou no dia 20 de dezembro e durou até este domingo.

De acordo com sua assessoria, a família irá atender a um pedido de Amazonino para cremar o corpo.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou, nas redes sociais, que ele tinha gosto e vocação política e disse ter orgulho pelo apoio que recebeu dele no segundo turno das eleições.

Amazonino foi governador de 1987 a 1990; 1995 a 1998, 1999 a 2002; o último mandato foi de 15 meses, após sair vencedor da eleição tampão de 2017, quando José Melo foi cassado. Também foi prefeito de Manaus três vezes.

Nascido em 1939 em Eirunepé, Amazonino participou do movimento estudantil antes e durante a ditadura militar. Após entrar para a política partidária, acumulou quase 40 anos de disputas eleitorais vitoriosas. As derrotas nas urnas e suas articulações políticas eram ingredientes das vitórias nas eleições seguintes.

Tarcísio elege Xerife do Consumidor como líder

Escolha de Jorge Wilson, do Republicanos, como líder de governo na Alesp gerou críticas veladas de colegas

Carolina Linhares, Joelmir Tavares e Paula Soprana

SÃO PAULO Com um cabelo mullet e performando o hit de lambada Marcianita, o cantor Jorge Wilson foi vencedor no programa Qual é a Música, de Silvio Santos, na década de 1980 —por seis edições, diz ele. Na época, enfrentou nomes como Erasmo Carlos, Silvio Brito e Sidney Magal.

Sua fama, no entanto, não viria da música, mas da atuação como Xerife do Consumidor na TV Record, seguindo a escola Celso Russomanno (Republicanos-SP) de jornalismo e política, que o levou ao terceiro mandato de deputado estadual na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Para a surpresa dos colegas, que apostavam em alguém com mais experiência e atuação na Casa, o deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor (Republicanos), 59, foi escolhido líder de governo por Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Instado a contemplar seu partido com a liderança de governo, já que a presidência da Alesp deve ficar com o PL, Tarcísio preteriu os deputados diretamente vinculados à Igreja Universal do Reino de Deus, à qual o Republicanos é ligado.

Na oposição, a escolha do deputado de menor expressão foi interpretada como uma estratégia de Tarcísio para direcionar a atuação do aliado sem o risco de maiores entraves.

Jorge Wilson tem uma atuação descrita por pares como discreta e individual, "sem embates nem debates". Até mesmo na área que o projetou, a defesa do consumidor, seu trabalho é tido como irregular e pouco combativo.

O deputado preside a Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor. No ano passado, a maior parte das reuniões do órgão foi cancelada ou não teve quórum. À **Folha** ele diz que o órgão é atuante e que convocou 10 encontros em 2022, sendo que 4 foram suspensos devido a "conflito de agendas com compromissos a serviço do mandato".

Outra crítica de aliados é que Jorge Wilson não se empenhou na campanha de Tarcísio. O parlamentar nega.

Por outro lado, deputados afirmam que Jorge Wilson é alguém de trato fácil e que conversa com todos os parlamentares, o que deve ajudar na função.

Russomanno diz que não teve interferência na escolha.

Os dois se conheceram no SBT, nos anos 1990. À época, Russomanno era repórter de defesa do consumidor no Aqui Agora.

Quando Jorge Wilson se candidatou pela primeira vez a vereador em Guarulhos (SP), em 2000, Russomanno já era deputado federal.

Desde então, Jorge Wilson foi candidato nove vezes. Passou pelo PRP, pelo PP e pelo PSD antes de entrar no Republicanos, em 2013.

Fez dobradinhas com Russomanno —um candidato a deputado estadual, o outro federal— e conseguiu sua primeira vitória eleitoral somente em 2014, quando obteve uma cadeira na Alesp.

Em 2022, conquistou o terceiro mandato, com 177.614 votos —exatos 200 eleitores a mais do que em 2018.

No último dia 7, a Procuradoria Regional Eleitoral se manifestou pela desaprovação de suas contas de campanha, seguindo a área técnica do Tribunal Regional Eleitoral, que também opinou pela desaprovação e cobrança de R$ 444 mil —o gasto total foi de R$ 1,27 milhão.

O deputado diz que a prestação ocorreu de forma transparente, que não houve julgamento e que confia na Justiça.

Além da sua empresa de comunicação, de R$ 100 mil, o deputado tem uma firma de criação de animais e comércio de laticínios em Juquitiba (SP), no valor de R$ 150 mil. O patrimônio declarado na eleição foi de R$ 2,28 milhões.

No Xerife do Consumidor, o deputado aparece ao vivo para expor e cobrar empresas que lesaram clientes. Por causa do programa, respondeu a duas ações de danos morais, mas teve sentença favorável em ambos os casos.

No seu quadro, cujo canal de YouTube tem 141 mil inscritos, ele se propõe a denunciar casos de diferentes gravidades, do supermercado que vendeu comida estragada à mulher que fingiu queda na loja para receber vantagens. O deputado acumula 2,4 milhões de seguidores no Instagram.

A franquia de Jorge Wilson e Russomanno se expandiu no ano passado, quando Jorge Wilson Filho (Republicanos), o Xerifinho, 23, assumiu cargo de vereador em São Paulo.

Neste ano, ao escolher a vereadora bolsonarista Sonaira Fernandes (Republicanos) como secretária da Mulher, Tarcísio abriu caminho para Xerifinho, que era suplente, assumir a vaga na Câmara. No ano passado, ele já havia a substituído por cerca de três meses.

Russomanno (esq.) e Jorge Wilson Roberto Navarro-19.jun.15/Alesp

mundo

Terremoto já soma 33 mil mortes, e Turquia se aproxima de marca de 1939

Grupos rebeldes dificultam chegada de ajuda enviada pelo regime para regiões afetadas na Síria

ANTÁQUIA (TURQUIA) | REUTERS E AFP O número de mortos do terremoto que devastou partes da Turquia e da Síria chegou a mais de 33 mil neste domingo (12), de acordo com dados divulgados por autoridades de ambos os países.

Até o momento, o tremor de magnitude 7,8 deixou 29.695 mortos no sul da Turquia, segundo a agência pública de gestão de catástrofes, aos quais se somam ao menos 3.500 óbitos registrados na nação vizinha, onde as cifras não têm sido atualizadas há dois dias.

Assim, a Turquia se aproxima de seu recorde histórico —33 mil perderam suas vidas num sismo em 1939, que, assim como o tremor de agora, também teve magnitude 7,8.

Quase uma semana após a tragédia, as equipes de resgate ainda tentam encontrar sobreviventes sob os escombros, e as autoridades turcas iniciaram ações legais contra empreiteiros de prédios que desabaram.

Neste domingo, um pai e uma filha, um bebê e uma menina de 10 anos de idade estavam entre os resgatados que foram retirados das ruínas de prédios desabados na província de Hatay. Vídeo divulgado pela Prefeitura de Istambul mostrou equipes de socorro puxando Cudi, 10, por um buraco no chão de um edifício danificado antes de carregá-la em uma maca. Ela ficou enterrada por 147 horas.

Entretanto, cenas assim se tornam cada vez mais raras à medida que o número de mortos aumenta implacavelmente.

Ao longo da estrada principal que leva à cidade de Antáquia, onde os poucos prédios que restaram apresentavam grandes rachaduras ou fachadas desmoronadas, o tráfego ocasionalmente parava enquanto as equipes de resgate pediam silêncio para detectar sinais de vida remanescente sob as ruínas.

A qualidade das construções num país localizado em meio a várias falhas sísmicas entrou em pauta após o tremor. O vice-presidente Fuat Oktay disse que, até agora, 131 pessoas foram identificadas como suspeitas pelo desabamento de alguns dos milhares de edifícios colapsados nas dez províncias afetadas.

"Vamos acompanhar isso meticulosamente, até que o processo judicial necessário seja concluído, em especial para edifícios que sofreram danos pesados e causaram mortes e feridos", afirmou.

Num cenário em que cidades viraram pó, os sobreviventes montaram barracas o mais próximo possível de suas casas danificadas, para evitar que fossem saqueadas. Gizem, socorrista em Sanliurfa, no sudeste do país, disse ter visto saqueadores na cidade de Antáquia. "Não podemos intervir, a maioria carrega facas."

Um morador de Kahramanmaras disse que joias foram roubadas de sua casa, e na cidade portuária de Iskenderun a polícia se posicionou em cruzamentos de ruas comerciais. O presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, pressionado devido à criticada resposta do governo à tragédia, prometeu punir os saqueadores.

O terremoto ocorreu às portas das eleições presidenciais e parlamentares deste ano, na qual Erdogan concorre a um novo mandato. Mesmo antes do desastre, sua popularidade estava caindo devido à alta da inflação e à desvalorização da moeda turca.

Alguns dos afetados pelo sismo, além de políticos da oposição, acusam o governo de lentidão nos esforços de socorro. Críticos questionam por que o Exército, que desempenhou papel fundamental após o trágico terremoto de 1999, não foi convocado antes.

Erdogan reconheceu os problemas, como na entrega de ajuda —apesar das estradas e ruas danificadas—, mas disse que a situação foi controlada.

Na vizinha Síria, rebeldes da guerra civil que assola o país há 12 anos agora atrapalham o trabalho de socorro.

O desastre atingiu mais fortemente o noroeste sírio, controlado por opositores à ditadura de Bashar al-Assad, deixando desabrigadas outra vez muitas pessoas que já haviam sido deslocadas em outras oportunidades ao longo do conflito. A região recebeu pouca ajuda em comparação com as áreas controladas pelo governo.

Segundo a ONU neste domingo, porém, a ajuda enviada de zonas controladas pelo regime para áreas sob o comando de grupos radicais de oposição foi retida por problemas de aprovação com o grupo islâmico Hayat Tahrir al-Sham (HTS), responsável por grande parte da área afetada pelo terremoto.

Uma fonte do HTS em Idlib afirmou que o grupo não permitiria nenhuma carga vinda do governo e que o auxílio viria da Turquia, pelo norte. Segundo a fonte, Ancara abriu todas as estradas, e o grupo não permitirá que o regime sírio se aproveite da situação para mostrar que está ajudando.

O enviado da União Europeia para a Síria, Dan Stoenescu, instou as autoridades em Damasco a "se envolverem de boa fé" com os trabalhadores humanitários. "É importante permitir o acesso desimpedido para que a ajuda chegue a todas as áreas onde ela é necessária", afirmou ele.

Vários países árabes deram apoio a Assad depois do terremoto. Já os países ocidentais, que tentam isolar Assad desde a repressão aos protestos em 2011 e a eclosão da guerra civil, contribuem com os esforços de socorro da ONU na Síria, mas forneceram pouca ajuda direta a Damasco. O primeiro carregamento de ajuda europeia para partes do país controladas pelo governo chegou à capital neste domingo.

O coordenador de ajuda emergencial da ONU, Martin Griffiths, que no Twitter reconheceu que a organização que representa "falhou com as pessoas do noroeste da Síria", viajará para Aleppo nesta segunda (13) para avaliar os danos. Em Damasco, Geir Pedersen, enviado da ONU para o país, pediu que a política seja colocada de lado. "O momento é de unidade para ajudar a população."

O terremoto é o sexto desastre natural mais letal do mundo neste século. Na Turquia, 80 mil feridos estão internados em hospitais e mais de 1 milhão de desabrigados estão em instalações temporárias.

Mulher empurra carrinho de bebê em Adiyaman, na Turquia Sertac Kayar/Reuters

Homem e garoto sírios observam destruição em Jindaris, na Síria Bakr Alkasem/AFP

Moradores e socorristas sobre destroços de prédios colapsados em Hatay, na Turquia Bulent Kilic/AFP

Saqueadores aproveitam caos pós-tremor e invadem lojas e casas

ANTÁQUIA (TURQUIA) | AFP No corredor de um antigo bazar em Antáquia, cidade atingida pelo devastador terremoto que atingiu o sul da Turquia, um jovem corre com a cabeça ensanguentada, perseguido por um comerciante com uma barra de ferro que o acusa de saquear uma loja. Nessa cidade milenar, as ruas estão vazias e cheias de poeira após o tremor de magnitude 7,8 que destruiu partes do país e da Síria, deixando mais de 33 mil mortos.

Aproveitando a destruição e a fuga dos moradores, saqueadores quebraram vitrines e derrubaram as grades que protegiam algumas lojas. A situação ficou tensa repentinamente neste sábado (11). Assim, comerciantes e policiais decidiram ficar de guarda, prontos para reagir a qualquer suspeita.

Há poucos dias, famílias esvaziaram mercados para se alimentar. Mas os saques também afetaram lojas de telefonia, informática e roupas. Num estabelecimento de tecnologia, permanecem só os letreiros com o nome das marcas de celulares. O resto está vazio, com algumas caixas dos aparelhos roubados no chão.

Na loja ao lado, os manequins caídos já não têm roupas. Os caixas eletrônicos também não foram poupados. Quatro deles foram arrancados de seus lugares e esvaziados.

De acordo com os serviços de segurança, pelo menos 48 pessoas foram presas por saques em oito das dez províncias atingidas pelo terremoto, 42 das quais apenas em Hatay, onde fica a cidade de Antáquia.

Quando foram detidos, os suspeitos levavam grandes quantias de dinheiro, além de celulares, computadores, armas, joias e cartões bancários.

"Estamos vigiando nossos carros e casas", disse a moradora Aylin Kabasakal. "Os saqueadores também chegam às casas. Não sei o que dizer, estamos destruídos, em estado de choque, é um pesadelo", acrescentou a mulher. "Nossas autoridades devem nos proteger."

Nesta província fronteiriça com a Síria, que em 2021 contava com mais de 430 mil refugiados do país vizinho, os dedos turcos apontam para os "estrangeiros". As redes sociais estão repletas de ameaças a saqueadores, com vídeos mostrando cenas em que pessoas são espancadas.

Um vendedor de eletrodomésticos, Nizamettin Bilmez, levanta um contraponto: "Os turcos também podem fazer isso". A entrada de sua loja ficou parcialmente coberta após um prédio próximo desabar, o que protegeu parte de seus aspiradores de pó dos saqueadores. Bilmez diz acreditar que o que se vê nos mercados agora é normal. "As pessoas precisavam de comida, de fraldas. A ajuda não chegava."

Diante do caos, o Estado tenta agir. Decreto publicado neste sábado permite que promotores detenham suspeitos de saques por sete dias, não quatro.

Em Diyarbakir, no sudeste do país, o presidente Recep Tayyip Erdogan lembrou que a Turquia está sob estado de emergência. "Significa que, a partir de agora, as pessoas envolvidas em saques ou sequestros devem saber que a mão firme do Estado estará sobre elas."

O discurso do Estado da (des)União

Presidentes culpam rivais pelos problemas e então fazem um chamado por união

David Wiswell
Escritor, roteirista e comediante americano

Na semana passada, Joe Biden fez o discurso anual do Estado da União. Tradicionalmente, é o momento em que nosso presidente fala da confusão na qual o país está e de suas ideias terríveis para consertá-lo.

Em geral, os presidentes manobram a narrativa para apresentá-la sob o prisma de seu partido e, de modo passivo-agressivo, culpam o lado oposto por todos os problemas, para então... fazer um chamado por união.

Os discursos do Estado da União de Trump não passavam muito de Estados da União Soviética, porque eram frios, era preciso vodca para ouvi-los e em vários momentos ele parecia estar reverenciando seu líder supremo, Stal... — quer dizer, Putin. Já Biden começou em tom mais leve, parabenizando Kevin McCarthy por ter conquistado a presidência da Câmara, para então falar das realizações de seu governo.

Biden alardeou um desemprego de 3,4%, o nível mais baixo em 50 anos, salários em alta e suas vitórias legislativas, como o pacote de infraestrutura de US$ 1,75 trilhão, a lei de Chips e Ciência e a lei de energia verde. Em seguida, falou de sua agenda contra a mudança climática, proibições de armas de assalto, direitos do aborto, expansão do sistema de saúde, reforma tributária e da polícia e solidariedade com a Ucrânia. Logo, quem sabe, um Lênin diante de Trump como Stálin.

É um prazer ouvir sobre essas legislações, mas será mais difícil aprová-las do que expelir um cálculo renal —procedimento que, graças à Big Pharma, você teria que vender um rim para poder pagar.

Rompendo com seus apelos por união (o que te falei?), Biden atiçou os republicanos, acusando-os de transformar as negociações sobre o teto da dívida em reféns para obrigá-lo a fazer cortes no Medicare e na previdência social. Assim, quando eles o vaiaram para acalmar sua base de renda mais baixa, Biden pôde dizer: "Então todos concordamos que esses cortes estão excluídos?", acreditando falsamente que o partido que é ao mesmo tempo pró-liberdade de escolha e anti-poder-de-optar-pelo-aborto não exerceria sua liberdade de abortar essas convicções falsas e usar os cortes como trunfo de barganha.

A governadora do Arkansas, Sarah Sanders, fez o discurso de réplica dos republicanos. Foi como quando nossos pais brigam e um deles desce para a sala para fazer de conta que está tudo bem, enquanto o outro continua a gritar sobre as falhas na cama e como companheiro.

Os discursos dela fustigou a libido presidencial, descrevendo as palavras de Biden como obra de ficção, atribuindo-se o crédito por uma economia que já estava se recuperando e culpando o presidente pela crise de opiáceos, pela inflação galopante, pela promoção de uma agenda esquerdista radical e chamando-o de "velho rabugento". Já que os velhos rabugentos são conhecidos sobretudo por sua pauta esquerdista radical e o gosto por opiáceos.

Mesmo um cínico como eu tem que admitir que Biden proferiu um grande discurso. Mas com pesquisas indicando que 37% dos democratas acham que ele deve se candidatar novamente e 41% dos americanos dizendo sentir que estão em situação pior desde seu mandato, será que o discurso bastou para modificar a opinião pública? Ou seu partido está disposto a apostar num jovem rabugento? Sei o que você está pensando e... sim, topo!

Tradução de Clara Allain

| DOM. Sylvia Colombo | SEG. David Wiswell | **QUI. Lúcia Guimarães** | SÁB. Igor Patrick

EUA derrubam 3º objeto voador em 3 dias

Pentágono afirma que artefato sobrevoou locais militares; China detecta item na cidade portuária de Qingdao

WASHINGTON | REUTERS Os EUA abateram neste domingo (12) o terceiro objeto voador não identificado em três dias. Desta vez, o artefato sobrevoava o Lago Huron, na fronteira com o Canadá. O item, que segundo uma autoridade americana tinha uma estrutura octogonal, foi visto pela primeira vez no estado de Montana, no sábado.

O episódio faz parte de uma saga que começou no início do mês, quando um balão chinês foi visto no céu de Billings, em Montana, onde há uma base militar com silos de mísseis balísticos intercontinentais.

Washington sustenta que o balão foi enviado pela China para espionagem. Já Pequim diz que se tratava de um instrumento de monitoramento para fins meteorológicos. Agora, o Pentágono afirma que o artefato derrubado neste domingo passou por locais militares e tinha potenciais capacidades de monitoramento.

A tensão levou EUA e Canadá a entrarem em alerta máximo para invasões aéreas. Em 24 horas, as autoridades americanas fecharam duas vezes o espaço aéreo, e os canadenses tomaram a mesma medida neste domingo em Ontário.

Na sexta (10), um segundo objeto de alta altitude que sobrevoava o território americano já havia sido derrubado. O item, que passava pelo estado do Alasca, segundo Washington, foi detectado na quinta e voava a 12 km de altitude, trazendo riscos à aviação civil.

No sábado, um outro artefato foi abatido, dessa vez em um esforço conjunto. EUA e Canadá, com um caça americano F-22, derrubaram o objeto que sobrevoava Yukon, na região norte do país.

Um porta-voz do Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca afirmou que os objetos não se parecem com o balão chinês derrubado no início do mês e se recusou a caracterizá-los até que os destroços sejam recuperados.

Também neste domingo, um objeto voador não identificado foi detectado perto de Qingdao, no norte da China, segundo o jornal The Paper, de Xangai. As autoridades estavam em vias de derrubá-lo, segundo o diário, e o Departamento de Desenvolvimento Marinho da cidade enviou um alerta aos barcos de pesca da região para que evitassem riscos, de acordo com a publicação, que não disse quando o item foi avistado.

Os casos recentes contribuíram para deteriorar as relações sino-americanas e para o adiamento de uma visita do responsável pela diplomacia americana, o secretário Antony Blinken, à China. Pesa também a expansão da presença militar dos Estados Unidos no Sudeste Asiático, que acontece de forma paralela às ameaças da China contra Taiwan, ilha que Pequim considera uma província rebelde.

Na última quinta-feira, a China disse ter recusado um telefonema do secretário da Defesa dos EUA, Lloyd Austin. Ele queria falar com seu homólogo chinês, Wei Fenghe, após o primeiro balão ser derrubado. Pequim justificou a decisão dizendo que a medida foi irresponsável e não criou um clima "propício ao diálogo".

Religião volta a ser fator-chave em eleições na Nigéria

Mayara Paixão

SÃO PAULO Foi curto o tempo em que religião e região de origem, fatores definidores da sociedade civil na Nigéria, foram coadjuvantes. Nas eleições de 2019, de maneira inédita, eles ficaram à margem. Agora, para o pleito do próximo dia 25, esses dois elementos voltaram para o centro do caldeirão político.

O estopim para a insatisfação foi provocado pelo partido governista Congresso dos Progressistas. Rompendo com uma tradição de apresentar uma chapa com um candidato cristão e outro muçulmano, a legenda anunciou uma dobradinha de dois muçulmanos do norte do país para presidente e vice.

O anúncio despertou críticas volumosas de comunidades cristãs, que se viram marginalizadas, e ajudou Peter Obi, do Partido Trabalhista, a colher um importante capital político —representante de uma inédita terceira via, ele é o único cristão na linha de frente da disputa eleitoral deste ano.

Vencer o pleito interrompendo a hegemonia das siglas tradicionais não é fácil. Para ganhar, é preciso obter 25% dos votos válidos e terminar à frente em dois terços dos 36 estados do país e na capital, Abuja. O partido governista detém 22 dos estados, o que ajuda a dimensionar sua força.

A insatisfação espelha outro desafio que ganha destaque nas eleições: a violência. Segundo relatório da ONG Portas Abertas, a Nigéria é o país que mais mata cristãos: foram 5.014 em 2022, número que representa quase 90% de todas as mortes de adeptos dessa religião nos 50 países analisados pela ONG.

Mas esse não é o único problema. No último ano, mais de 4.000 casos violentos, como ataques a bombas e a tiros, deixaram quase 11,4 mil mortos no país, de acordo com um monitor desenvolvido pelo Projeto de Localização de Conflitos Armados e pelo Centro pela Democracia e pelo Desenvolvimento (CDD).

"A insegurança é galopante em toda a Nigéria, com insurgências islâmicas no nordeste, banditismo no noroeste, separatistas no sudeste e confrontos entre fazendeiros e pastores nos estados centrais", afirma Uche Igwe, pesquisador visitante da London School of Economics.

O cenário é um desdobramento da atuação de grupos terroristas, como o Boko Haram e o Estado Islâmico, assim como de conflitos comunitários envolvendo disputas por terras cultiváveis, além de episódios de separatistas da região do Biafra, palco de uma guerra civil entre 1967 e 1970.

Raio-X da Nigéria

Área: 924 mil km² (pouco maior que o Mato Grosso)

População: 223,8 milhões (pouco maior que a do Brasil)

PIB: US$ 440,8 bilhões (do Brasil é US$ 1,6 tri)

PIB per capita*: US$ 5.408 (do Brasil é US$ 16 mil)

IDH: 163ª posição (Brasil é 87º)

*Considerando paridade do poder de compra
Fontes: Banco Mundial, IBGE e Unesco

Homem passa por muro com propaganda eleitoral em Lagos, na Nigéria Temilade Adelaja - 31.jan.23/Reuters

O fracasso do presidente Muhammadu Buhari em combater a violência catapultou a insatisfação, diz Idayat Hassan, diretora do CDD. "O país fez de si um Estado do direito, não um Estado de Direito [um jogo de palavras com os termos "rule of law" e "rule by law", em inglês], o que permite a impunidade."

Dois dos casos mais recentes que chocaram o país foram um ataque a uma igreja na cidade de Owo, em junho, que deixou mais de 50 mortos e, meses antes, em março, a ação em um trem em Abuja, em que pelo menos sete pessoas foram mortas, e dezenas de passageiros, sequestrados.

Episódios do tipo se multiplicam. No último dia 3, 41 pessoas morreram em um confronto no estado de Katsina, no norte do país, terra natal de Buhari. Uma gangue roubou gado e ovelhas de fazendeiros da região, e um grupo de vigilantes se mobilizou para perseguir os homens, o que terminou em troca de tiros.

Segundo Igwe, mais de 20 governos do norte do país são hoje controlados por grupos insurgentes. "Tecnicamente, não podem ser tidos como território nigeriano, e a pergunta que fica é como participarão das eleições", afirma o pesquisador, que se divide entre Abuja e Londres.

"Isso significa que a luta contra a insegurança não tem sido bem-sucedida; por isso tantos nigerianos estão perguntando o que os atuais candidatos farão de diferente", completa. Em geral, os postulantes propõem aumentar o efetivo policial, algo que Igwe e Hassan dizem que já se revelou pouco eficaz.

A violência generalizada leva ainda a um êxodo crescente na Nigéria, hoje o sexto país mais populoso do mundo, com 223,8 milhões de pessoas. Segundo o Acnur, o Alto Comissariado da ONU para Refugiados, há ao menos 400 mil refugiados nigerianos em todo o mundo, especialmente em países como os vizinhos Níger e Camarões. Há, ainda, 3,1 milhões de deslocados internos por conflitos.

A migração nigeriana também é expressiva para o Brasil. Dados obtidos pela **Folha** junto ao Ministério da Justiça mostram que, nos últimos dez anos, ao menos 2.244 nigerianos solicitaram refúgio no país —sendo, assim, a oitava nacionalidade com mais pedidos, atrás de Venezuela, Haiti, Cuba, Angola, China, Bangladesh e Senegal. Em 2022, foram 513 solicitações de nigerianos, maior cifra da série histórica.

Tido como o pleito mais importante da história recente da Nigéria, as atuais eleições são marcadas também por uma fatia da população que vai às urnas com a esperança de resgatar a democracia.

Hoje o país é considerado por institutos como o sueco V-Dem uma autocracia eleitoral —tem eleições multipartidárias, mas fica aquém em outros pilares da democracia.

Desde 2015, indicadores como presença de eleições limpas, liberdade de associação para partidos e ONGs, liberdade de expressão e disponibilidade de fontes alternativas de informação vêm sendo limitados no gigante africano.

A corrupção também é expressiva. No mais recente Índice de Percepção da Corrupção, lançado pela Transparência Internacional em janeiro, o país aparece com pontuação 24 —quanto mais perto de 0, pior, e quanto mais perto de 100, melhor. A Nigéria está na posição 150 em uma lista que classifica 180 nações, da menos corrupta, Dinamarca, até a mais, Somália. O Brasil é o 94º.

folhainvest

JUROS EM ALTA NOS EUA AFETAM ATIVOS NO MUNDO Painel reflete preços de ativos em Hong Kong, cujo mercado de ações fechou em baixa na semana passada, por causa de uma retomada pós-Covid mais lenta que a esperada e pelos juros americanos ainda em alta; movimento semelhante ocorreu na Bolsa chinesa Bobby Yip/Reuters

Renda fixa continua a melhor opção em 2023, dizem analistas

Títulos pós-fixados que acompanham Selic e indexados à inflação são opções mais recomendadas

Lucas Bombana

SÃO PAULO Com a taxa Selic mantida no patamar de 13,75% e a aposta do mercado de que ela prossiga nos dois dígitos durante boa parte do ano, o investimento em renda fixa, assim como em 2022, deve voltar a se destacar nas carteiras.

Títulos públicos, bancários e emitidos por grandes empresas do tipo pós-fixado, que acompanham o rendimento da taxa básica de juros, e os indexados à inflação, que oferecem uma taxa prefixada mais a variação do IPCA, estão entre os mais recomendados por especialistas de mercado frente ao cenário de incerteza econômica e política esperado à frente.

Já em relação à Bolsa de Valores e os investimentos no exterior, a avaliação é a de que se trata de alternativas que não devem ser completamente descartadas dentro de um portfólio de investimento bem diversificado, embora necessitem de uma atenção maior na hora de fazer a seleção (leia mais nesta página).

"2022 foi um ano forte para a renda fixa, e a expectativa para 2023 é que essa tendência continue. Considerando as projeções do mercado, não tem como não falar que não será de novo marcado como um cenário bom para a renda fixa", diz Renato Ramos, sócio e diretor de renda fixa da gestora Empírica Investimentos.

"Em 2023 devemos ter um cenário parecido com esse, com a renda fixa novamente como destaque, ainda que talvez em um volume menor", afirma Erick Scott Hood, responsável pela área de produtos e portfólios do Inter.

Ramos, da Empírica, lembra que a mudança de governo e as definições em andamento acerca da política fiscal devem manter um grau de incerteza elevado nos mercados, que já tem reflexo nas expectativas de inflação. Segundo o relatório Focus, o IPCA deve ficar em 5,78% em 2023. >

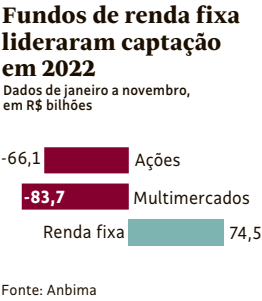
A pressão inflacionária persistente, por sua vez, deve dificultar o trabalho do BC (Banco Central) de iniciar a redução dos juros, afirma Ramos. No Focus, os economistas consultados pelo BC preveem a Selic em 12,50% no final de dezembro de 2023.

As sinalizações de expansão dos gastos públicos pelo governo eleito de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não apenas dificultam uma queda da Selic, como colocam no radar de parte dos investidores a possibilidade de novos aumentos de juros.

"As taxas esperadas pelo mercado são o ponto de partida para os rendimentos dos títulos de renda fixa. Sendo assim, esperamos mais um ano de protagonismo da classe [de renda fixa], com retornos elevados", avaliam os analistas da XP Investimentos, que projetam a taxa Selic estável em 13,75% até o final de 2023.

O diretor da Empírica acrescenta que, no cenário global, os países desenvolvidos seguirão em sua batalha para domar os preços em níveis historicamente elevados, com uma possível contaminação ao Brasil por meio de uma espécie de inflação importada.

Segundo Ramos, nesse cenário, os títulos pós-fixados, que têm por característica a alta liquidez e uma volatilidade menor que a média, representam a melhor alternativa para o dinheiro que o investidor quer manter tendo como foco o curto prazo, para fazer frente às contas do dia a dia ou eventuais emergências.

Já se a intenção é manter os recursos aplicados por um pouco mais de tempo, o diretor da Empírica recomenda os títulos indexados à inflação, que oferecem um retorno real na casa dos 6% ao ano e proteção frente ao risco de aumento dos preços por causa das incertezas econômicas e fiscais nos próximos anos.

Na mesma linha, Rafaela Vitória, economista-chefe do Inter, afirma que, frente às incertezas no atual cenário de transição, recomenda a alocação em renda fixa distribuída principalmente entre pós fixados atrelados ao CDI e indexados à inflação.

"As taxas dos títulos NTN-Bs [indexados à inflação] acima de 6% estão em patamar bastante elevado, já refletindo o cenário de maior risco, além de oferecer proteção contra uma inflação mais persistente", diz a especialista, acrescentando que títulos de crédito privado de empresas sólidas e com isenção de IR (Imposto de Renda) também são boas opções.

Hood afirma que, em uma primeira alocação na renda fixa, os investidores de perfil mais conservador costumam buscar opções como os títulos públicos do Tesouro Direto e os CDBs de grandes instituições financeiras cobertos pelo FGC (Fundo Garantidor de Crédito).

Para aqueles de perfil já um pouco mais arrojado, títulos de crédito privado podem trazer um retorno adicional em torno de 0,50 ponto percentual na comparação com os prêmios dos títulos no Tesouro, a depender das características específicas de cada operação, diz o executivo do Inter.

"O investidor nunca pode entrar em uma emissão de crédito privado para ganhar menos do que no Tesouro."

Já a Bolsa exige cautela, mas não deve ser esquecida, defendem especialistas.

Em relação ao investimento em ações, a avaliação majoritária dos especialistas é que a Bolsa deve seguir ainda sob intensa volatilidade, em um cenário de juros altos que seguirá pressionando o valor justo das ações. Em 2022, o índice Ibovespa acumulou alta de 4,69%.

Destinar uma parte menor da carteira às ações é importante para se obter uma boa diversificação dos investimentos, até para o investidor não correr o risco de perder algum movimento inesperado de forte e rápida recuperação dos mercados, afirma Hood.

"Sempre defendemos a diversificação, mas claro que dando mais espaço para a classe de ativo que deve ter uma performance melhor, que agora é a renda fixa."

O banco tem uma projeção de 118 mil para o Ibovespa em dezembro de 2023, o que implica um potencial de valorização de 7,5% em relação ao fechamento de 2022.

O Inter avalia que, para o ano que vem, as expectativas positivas seguem voltadas para setores mais defensivos e que devem ser menos afetados pelo ambiente de juros altos, como energia elétrica e saneamento (utilities), bancos e seguradoras.

Um pouco mais otimistas, a equipe de analistas da XP projeta o Ibovespa aos 125 mil pontos ao final do próximo ano, o que corresponde a uma alta de 14%.

Entre as preferências na Bolsa, os analistas da XP citam as exportadoras de commodities, em especial o setor de petróleo e gás.

"Seguimos otimistas com os preços de petróleo e gás. Acreditamos que estamos em um 'bull market' [mercado de alta prolongada] de alguns anos, em sua essência causado por anos de subinvestimento no setor", apontam os analistas da XP, que indicavam as ações da PetroRio na carteira recomendada de ações para dezembro.

Apesar do cenário global desafiador, analistas defendem alocação em ativos no exterior

Os especialistas assinalam ainda que, apesar de 2023 se desenhar como um ano de desafios no cenário internacional, com a alta de juros pelos bancos centrais trazendo a reboque o risco de uma recessão, o investimento em dólar ou em ativos no exterior deve fazer parte do planejamento dos investidores.

Hood, do Inter, afirma que, independentemente do quadro nos mercados globais, a indicação passada aos clientes é a de que sempre tenham algum pedaço do portfólio entre 5% e 10% destinado ao exterior, seja via alocação direta em dólar ou por meio de fundos de investimento em ações globais. "Defendemos a diversificação da carteira não apenas no mercado local, como também geograficamente, até como forma de proteção", afirma.

Os analistas da XP dizem ainda que identificar o momento exato para entrar e sair do mercado de ações é quase impossível, e que, estando fora, o investidor corre o risco de perder parte relevante da rentabilidade.

"Aqueles que acreditam na recuperação do mercado ganham por continuar investidos, já que períodos de queda consolidam alguns dos principais dias para a recuperação. Quem não ganha dinheiro é quem não está investido ou tenta acertar o tempo do mercado, com chances de errar tanto o ponto de entrada quanto o de saída."

Fundos de renda fixa lideraram captação em 2022

Dados de janeiro a novembro, em R$ bilhões

Fonte: Anbima

> "Sempre defendemos a diversificação, mas claro que dando mais espaço para a classe de ativo que deve ter uma performance melhor, que agora é a renda fixa
>
> **Erick Scott Hood**
> responsável pela área de produtos e portfólios do Inter

Brasileiro investe mais em renda fixa no exterior, atento ao risco cambial

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Em um ano marcado pela forte desvalorização de diversos ativos no exterior, os brasileiros aumentaram os investimentos em produtos de renda fixa fora do país. Ao mesmo tempo, reduziram as aplicações em renda variável e sacaram de fundos de investimento.

Para 2023, a expectativa de diversas instituições é de aumento da demanda por diversificação. Em geral, a recomendação é ter cerca de 10% da carteira atrelada ao mercado externo. Isso pode ser feito por meio de aplicações fora ou dentro do país, com ou sem risco cambial, a depender do produto.

Dados do Banco Central mostram que o estoque de investimento em ações no exterior caiu cerca de 20%, para US$ 40 bilhões em 2022. O valor aplicado em títulos de dívida cresceu quase 25%, para US$ 13,5 bilhões.

No ano passado, as aplicações em juros apresentaram o melhor resultado em moeda estrangeira em muitos anos, com o banco central dos EUA elevando as taxas para combater a inflação.

Igor Rongel, chefe de investimentos do C6 Bank, afirma que mesmo a elevação da taxa básica brasileira para os atuais 13,75% ao ano não freou o interesse pelos produtos no exterior.

"A gente teve uma combinação de três fatores: um público que já vinha estudando alguma diversificação e proteção em moeda forte desde os juros baixos, o pessoal que começou a ver que o Brasil poderia ter um risco fiscal maior, e ampliação do portfólio em renda fixa."

Felipe Bottino, diretor da Inter Invest, diz que a instituição terminou o ano passado com 1 milhão de contas globais, utilizadas para transferência de valores e pagamentos no exterior, e 250 mil contas para investimento em uma parceria do banco com a plataforma Apex.

Segundo ele, a instituição opta por fazer uma seleção que envolve não apenas o tamanho do patrimônio, mas também o conhecimento do cliente. "Fomos surpreendidos com uma demanda muito alta. Há uma busca por diversificação internacional de investimentos, mais de renda fixa. Mas a gente chama muito a atenção dos clientes para as questões de taxa de câmbio, tributária e regulatória", afirma Bottino.

O risco cambial é um fator que afeta até mesmo ativos adquiridos no Brasil, como ETFs da Bolsa americana ou recibos de empresas estrangeiras negociados na Bolsa brasileira. São aplicações que podem ser feitas no Brasil, sem envio de dinheiro para fora, e que ficam sujeitas ao valor do ativo em dólar e também à taxa de câmbio.

Há também produtos que buscam eliminar o efeito da variação da moeda.

Sergio Rhein Schirato é sócio-fundador da Daemon Investments, que possui um fundo multimercado que opera no Brasil e aplica em cotas de um fundo da mesma instituição nos EUA. O veículo nacional possui proteção contra a variação do câmbio por meio de operações de "hedge" (proteção).

"A gente quis gerar a experiência de investir no exterior, mas sem se expor ao risco cambial." O fundo é restrito ao investidor qualificado, aquele que possui pelo menos R$ 1 milhão em aplicações. Ele destaca se tratar de um produto mais sofisticado e uma opção para que esse tipo de investidor possa diversificar suas aplicações.

O chefe de investimentos do C6 também afirma que a atuação nesse mercado requer muita orientação e que o banco tem reforçado a equipe de assessoria. "O investidor já se perde no mercado nacional. No internacional, se perde mais."

No C6, o investimento no exterior é feito por meio de um fundo sediado nas Bahamas, o que garante pagamento de imposto somente na saída dos recursos. São oferecidos três produtos de renda fixa: certificados de depósito do próprio banco, títulos de empresas americanas e papéis do Tesouro dos EUA.

A aplicação mínima é de US$ 500 (cerca de R$ 2.500), mas a recomendação é que o investimento inicial seja em torno de US$ 3.000 (acima de R$ 15 mil), para compensar os custos de manutenção. A ideia é que esse valor represente cerca de 10% do investimento total do cliente.

Para quem quer investir menos e sem tirar o dinheiro do Brasil, as principais opções são fundos de investimento, ETFs que seguem o índice americano S&P 500 (IVVB e SPXI), BDRs emitidos no Brasil que representam ações de companhias do exterior e COEs (Certificados de Operações Estruturadas), estratégia que pode ter ganho ligado a uma ação ou índice no exterior.

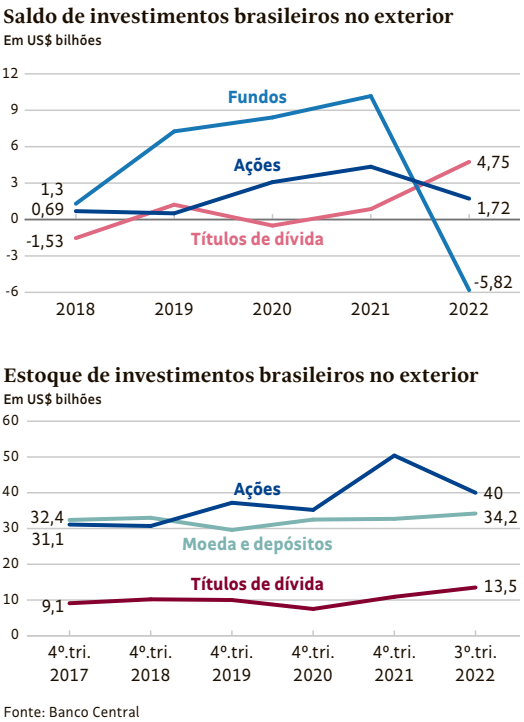
Cresce investimento em renda fixa no exterior

Saldo de investimentos brasileiros no exterior

Em US$ bilhões

Estoque de investimentos brasileiros no exterior

Em US$ bilhões

Fonte: Banco Central

Após dois anos, open finance esbarra em falta de educação financeira

BC se prepara para implementar nova fase do sistema, que possui 15 milhões de clientes, cerca de 8% dos 188 milhões de bancarizados

Nathalia Garcia

BRASÍLIA O open finance — ecossistema que permite o compartilhamento de dados pessoais, bancários e financeiros entre instituições, mediante autorização— completa dois anos em operação com 15 milhões de clientes, segundo dados do Banco Central.

A adesão, ainda tímida e equivalente a cerca de 8% dos 188 milhões de brasileiros que possuem conta bancária no país, reflete a falta de educação financeira da população e a complexa implementação operacional do sistema.

O objetivo do open finance é incentivar a inovação e estimular a concorrência de forma a ampliar e baratear a oferta de serviços financeiros.

Hoje, são cerca de 800 instituições participantes, incluindo bancos, cooperativas de crédito e fintechs, e 22 milhões de consentimentos ativos.

O número de consentimentos é superior à quantidade de usuários porque o compartilhamento de dados depende da autorização dos clientes para cada finalidade específica pelo período de tempo escolhido.

Ou seja, uma pessoa pode dar mais de um consentimento para determinada instituição e revogá-lo a qualquer momento.

João André Pereira, chefe do departamento de regulação do sistema financeiro do BC, reconhece que o temor da população quanto ao compartilhamento de informações é um desafio para a consolidação do open finance.

Mas ele diz acreditar que esse obstáculo será superado conforme os benefícios se tornem palpáveis aos olhos dos clientes.

"A tendência é crescer na medida em que a gente for superando todas as etapas de implementação. As funcionalidades vão entrando, as instituições financeiras vão pensando novos produtos, oferecendo benefícios", argumenta ele. "O que importa para uma pessoa fazer o compartilhamento? Entender que tem um benefício por trás, que ao compartilhar seus dados, vai ter acesso a tais oportunidades."

Segundo levantamento feito pela Febraban (Federação Brasileira de Bancos) com participantes do open finance, 45 produtos e serviços já são oferecidos aos clientes, incluindo, por exemplo, agregadores financeiros e soluções por melhores condições de crédito.

A iniciação de pagamentos —função que entrou em vigor na terceira fase de implementação e permite que o usuário movimente sua conta a partir de diferentes plataformas— é vista por Marcelo Martins, diretor executivo da ABFintechs (Associação Brasileira de Fintechs), como um chamariz para o sistema.

"Quando a gente olha 2022, foi um ano de descoberta, de novas funcionalidades, agora 2023 é o ano da consolidação. Já existem casos de uso, uma tecnologia minimamente estável. A gente vai ver no mercado aparecer vários casos de uso, chamo a atenção para a iniciação do pagamento. Acredito que essa será a primeira porta de entrada para o usuário comum no open finance", diz.

A expectativa do BC e das instituições é que o ecossistema ganhe mais robustez neste ano com a implementação da quarta fase do projeto, que englobará participantes de variados setores, incluindo seguradoras, corretoras de investimentos, câmbio e previdência.

"Será o momento que o sistema vira open finance de verdade", sintetiza Martins.

O lançamento oficial do open finance, ou sistema financeiro aberto, foi aprovado em uma resolução pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) em 24 de março de 2022. Mas o cronograma de implementação sofreu mudanças devido à necessidade de adequações operacionais e regulatórias.

Ele faz parte da agenda evolutiva da infraestrutura batizada como open banking, que teve seu pontapé inicial dado em 1º de fevereiro de 2021 e envolvia apenas os participantes bancários em um primeiro momento.

Os dados dos clientes começaram a ser compartilhados, de fato, entre as instituições financeiras na segunda fase, que foi implementada de forma escalonada. Em uma primeira etapa, tratava-se de informações cadastrais, como endereço, renda e dados pessoais e, em um segundo momento, dados sobre operações de crédito e cartões de crédito.

Em julho de 2022, o diretor Otavio Damaso, da área de Regulação, disse que o open finance ainda não estava funcionando "a pleno vapor" e que alguns entraves na comunicação entre as instituições financeiras haviam sido identificados.

"A gente ainda tem alguns problemas de inconsistências, que a área de supervisão está tratando caso a caso. Mas essas informações já estão circulando, e os bancos já estão usufruindo dessas informações para entender cada vez melhor o comportamento e as demandas do seu cliente", afirmou na ocasião.

No evento, Damaso reconheceu que o prazo estipulado para a implementação do sistema foi "apertado" e ainda destacou que as APIs (interfaces de comunicação por meio que as instituições se comunicam) precisavam estar "100% ajeitadas" para a informação dos clientes fluir com qualidade.

De acordo com o chefe do departamento de regulação do sistema financeiro do BC, foi feito um "freio de arrumação" nos últimos meses, o que fez a taxa de sucesso da comunicação entre os participantes do sistema saltar de cerca de 40% para 97%.

"Quando os problemas de interconectividade começaram a aparecer, as instituições resolviam bilateralmente. Mas, para dar certo, não adianta ter soluções bilaterais, precisa ser [uma resolução] global. Foi feito um grande esforço dentro da estrutura de governança para conseguir organizar todas essas questões", diz.

A autoridade monetária enfatiza que o open finance foi concebido como um projeto de prazos mais longos, dada a complexidade da estruturação tecnológica e conceitual de sua infraestrutura. "A gente sempre tem de lembrar que o open finance não é um produto, é uma grande rede", afirma Pereira.

Segundo ele, os principais efeitos do sistema, como a redução da assimetria de informações entre as instituições e o impulsionamento da concorrência, serão percebidos ao longo do tempo e de forma gradual.

"O decolar do open finance é algo de médio e longo prazo, mesmo com menos produtos mirabolantes e inovadores, já vimos um crescimento muito grande desde o início comparado com outras jurisdições. Diria que já decolou, agora a tendência é só melhorar", acrescenta.

Segundo relatório divulgado pela Open Banking Excellence, em parceria com a Universidade de Oxford, o Brasil tende a ultrapassar o Reino Unido, que foi pioneiro na implementação do sistema, e os brasileiros devem assumir a liderança global do ecossistema.

Evolução no compartilhamento de dados mostra crescimento gradual

Fonte: Banco Central

> **O decolar do open finance é algo de médio e longo prazo, mesmo com menos produtos mirabolantes e inovadores, já vimos um crescimento muito grande desde o início**

> **O que importa para uma pessoa fazer o compartilhamento? Entender que tem um benefício por trás, que ao compartilhar seus dados, vai ter acesso a tais oportunidades**
>
> **João André Pereira**
> chefe do departamento de regulação do sistema financeiro do BC

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Pingente

Depois da exposição da crise dos yanomami, atingidos pelo garimpo ilegal, a gigante da mineração AngloGold Ashanti diz que foi procurada por joalherias interessadas em comprar o ouro diretamente da mineradora. Hoje, a empresa tem contrato apenas com a Vivara para vender ouro, mas o número pode aumentar. O varejo de joias busca elevar a compra de ouro de mineradoras que tenham a cadeia de extração certificada por órgãos de fiscalização, considerada mais segura.

ANÉIS O IBGM (instituto de gemas e metais preciosos, que reúne marcas como Vivara e HStern) também diz ter verificado o movimento. Segundo a presidente da entidade, Carla Pinheiro, as negociações ainda são iniciais e esbarram em questões como tributação, logística de distribuição e volume mínimo de compra.

BRINCOS Atualmente, as joalherias compram o ouro de DTVMs (distribuidoras de títulos e valores mobiliários). Apesar de contarem com certificações, a emissão de notas e rastreabilidade do ouro são consideradas precárias.

BALANÇA O IBGM diz que vai buscar, junto ao governo federal, uma forma de rediscutir a tributação em operações com ouro e tornar o negócio com joalherias mais atrativo para as mineradoras. O alto valor do ouro é outro problema, já que as pequenas marcas têm dificuldade em desembolsar cerca de R$ 320 mil em um quilo do metal, estimulando a compra em quantidades inferiores fora das mineradoras.

RADAR Segundo Lauro Amorim, vice-presidente de sustentabilidade e assuntos corporativos da AngloGold, a mineradora está empenhada na proposta do Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração) de avançar com o controle de origem do ouro. A ideia é aumentar a rastreabilidade do material, o que pode ajudar no combate ao garimpo ilegal.

IDENTIDADE O COB (Comitê Olímpico do Brasil) quer mudar o nome do Parque Villa Lobos, em São Paulo, durante o período dos Jogos Olímpicos de Paris, entre julho e agosto de 2024. O projeto muda o nome do parque para Parque Villa Olímpica na primeira Fan Fest olímpica do país, que vai chamar Festival Olímpico.

PALCO Segundo o COB, o evento abrange shows, exposição do acervo olímpico nacional com mais de 3.000 itens e clínicas esportivas com medalhistas olímpicos entre as atividades. Uma delas será o Museu Sensorial do COB com a história do movimento olímpico brasileiro. A ação será lançada nesta segunda (13) e o comitê pretende usar 15 equipamentos esportivos do Villa Lobos.

GORJETA Presidente do SindimotoSP e uma das lideranças que participa das conversas com o governo sobre a regulação dos serviços de entrega por aplicativo, Gil Almeida dos Santos afirma que Lula terá de separar o que é proposta séria e o que é proposta fabricada se quiser contemplar os direitos da categoria.

CAPACETE Ele afirma que a pauta da seguridade, defendida por empresas como Uber e iFood, é a "gorjeta da entrega" e não o tema principal a ser discutido com o governo.

ASFALTO O movimento quer debater acordos coletivos, salário mínimo, reajuste anual dos salários, redução de jornada de trabalho, adicional de periculosidade, valor de entrega por quilômetro, contratação por hora, fim do bloqueio feito pelos apps sem aviso prévio e outros pontos.

VITRINE O empresário Flavio Rocha, dono da Riachuelo, tem visto com ceticismo a evolução das previsões do novo governo para o avanço da reforma tributária.

SMARTPHONE Rocha, que foi uma das vozes de peso do empresariado no entorno da gestão Bolsonaro, é crítico da PEC 45, elaborada pelo hoje secretário especial para o assunto, Bernard Appy. Na opinião do empresário, as versões que tramitam no Congresso Nacional não alcançam "a nova economia uberizada".

BOLSO "As propostas que estão aí oneram ainda mais a economia ética formal, que vende com nota e registra funcionário, e deixa à parte os Airbnb, os iFood da vida", diz. Rocha defende modelo que resgataria um tributo nos moldes da antiga CPMF para desonerar a folha.

SPAM Logo depois que a demissão de funcionários do Google começou, na sexta (10), profissionais dispensados se queixaram de ter recebido o comunicado por email, antes do horário comercial. Procurado pelo Painel S.A., o Google não comentou. A empresa não revela o número de pessoas que perderam o emprego no Brasil. A operação brasileira tem cerca de 1.800 funcionários, segundo a big tech.

com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

INDICADORES

Juros

Fonte: Procon-SP

Contribuição à Previdência

Competência janeiro

Autônomo e facultativo			
Valor mín.	R$ 1.302,00	20%	R$ 260,40
Valor máx.	R$ 7.507,49	20%	R$ 1.501,49

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo pode contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15.fev

MEI (Microempreendedor)			
Valor mín.	R$ 1.302	5%	R$ 65,10

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.302,00	7,5%
De R$ 1.302,01 até R$ 2.571,29	9%
De R$ 2.571,30 até R$ 3.856,94	12%
De R$ 3.856,95 até R$ 7.507,49	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 17.fev. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

Imposto de Renda

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Empregados domésticos

Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.433,73	Valor, em R$
Empregado	109,50
Empregador	286,71

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico venceu em 7.fev. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho.
A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Catarina Pignato

Plano pela internet e pagamento por Pix já chegam à Previdência

Transformação digital mudou forma de comprar, vender e também de investir; veja os cuidados necessários

Felipe Nunes

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO A internet transformou a experiência de comprar produtos, contratar serviços e consumir conteúdo também na área das finanças pessoais, com tudo a poucos cliques de distância.

O avanço tecnológico e a disseminação das plataformas digitais também democratizaram o acesso à informação. Aprender sobre investimentos e fazer a escolha mais acertada ao seu perfil de investidor tornou-se mais prático.

Já é possível contratar planos de previdência privada por meio de corretoras digitais, conhecidas como savetechs.

Mas até que ponto é recomendável realizar de forma online um investimento considerado altamente estratégico e de longo prazo?

Paulo Carvalho, advogado do grupo previdenciário do Trench Rossi Watanabe, explica que as savetechs funcionam de forma parecida com as fintechs. Ambas não inventaram novos produtos financeiros, mas simplificaram e digitalizaram o acesso a esses produtos.

"Em termos práticos, as savetechs pretendem estender e simplificar o acesso, principalmente, aos produtos de previdência privada", afirma.

No Brasil, a Saks afirma ter sido a primeira startup deste setor a entrar em atuação. Entre os diferenciais oferecidos, estão opções de pagar as parcelas da previdência privada usando cartão de crédito ou via Pix.

Segundo a plataforma, é possível contratar um plano de previdência privada em menos de cinco minutos.

Outras startups surgiram no mercado e oferecem a possibilidade de contratar planos de previdência privada, individual ou empresarial, de forma 100% digital.

Para especialistas, a digitalização dos contratos é uma tendência e deve ser seguida também por corretoras mais tradicionais e instituições bancárias.

No entanto, mesmo toda essa praticidade não descarta a necessidade de buscar informações e, quando necessário, a ajuda de especialistas.

Com o salto do uso da tecnologia durante a pandemia, as pessoas passaram a se sentir mais confortáveis em realizar operações digitais e remotas, afirmam consultores de finanças.

Para Fábio Garcia, diretor comercial da Lifetime Investimentos, foi também neste momento que os investidores menos informatizados passaram a buscar mais informação nos canais eletrônicos.

Segundo Garcia, as plataformas são adequadas para fazer as aplicações de recursos, para consultar os planos e para fazer a avaliação periódica sobre ter ou não atingido os objetivos.

Para Francisco Reis Jr, head de previdência privada da MAG Seguros, a inovação é vantajosa para o investidor, já que a internet permite o acesso a uma ampla gama de informações que podem ajudá-lo a entender as alternativas existentes, entre elas a previdência privada.

"Caso a pessoa já tenha conhecimento de como funciona um plano e suas possibilidades, é bem possível a contratação [online]. Se pensarmos do ponto de vista estratégico, atualmente, o mercado inclusive apresenta ferramentas de comparação que ajudam a fazer uma escolha mais eficiente e consolidada", afirma.

Especialista em gestão de negócios e de patrimônio financeiro da W Financial, Paco Fazito defende já ser possível contratar um plano de previdência privada de forma virtual com toda a segurança.

Ele acredita que a tendência é, no futuro, os processos operacionais manuais caírem em desuso, mas não descarta a necessidade de uma orientação adequada, independente da forma de contratação.

"É fundamental a participação e orientação de um profissional especializado para orientar na escolha da previdência privada e, se possível, que não tenha conflitos de interesses."

Um alerta dos assessores de investimentos, porém, é o de que é fundamental pesquisar antes de contratar produtos.

O investidor precisa tomar cuidado em alguns aspectos antes de fechar um plano de previdência privada. O primeiro deles é na escolha da seguradora, sendo ela digital ou não.

Por serem corretoras, as savetechs estão sujeitas à regulamentação do mercado conforme as normas da Susep (Superintendência de Seguros Privados).

Segundo o advogado, vale ter uma preocupação em pesquisar se a empresa por trás do aplicativo é real e idônea, para evitar qualquer tipo de golpe ou aventura financeira.

Para o especialista da W Financial, outros pontos que precisam ser observados pelos investidores são: valores de taxas e prazos de resgate.

Dependendo do plano contratado, o resgate feito antes de dois anos pode sofrer uma tributação de até 35% do Imposto de Renda.

O head de previdência privada da MAG Seguros destaca que o investidor precisa checar se o plano oferecido atende o perfil de declaração do Imposto de Renda que ele faz (se pelo modelo completo, que permite deduções, ou pelo simplificado, com desconto padrão).

Ele também diz ser preciso conhecer a experiência e os serviços da seguradora em previdência e fazer uma análise financeira pessoal para determinar qual valor é o mais apropriado para investir mensal ou esporadicamente.

"Quanto maior a disciplina de poupança e a eficiência de performance, maior o sucesso na missão de alcançar a independência financeira."

Também é fundamental prestar atenção à cobrança, pois elas afetam o rendimento final.

Um plano de previdência privada pode cobrar mensalmente uma taxa de carregamento —que serve para cobrir custos de administração e corretagem— e uma taxa de administração, que incide sobre o valor total do patrimônio aplicado.

Normalmente, as taxas de administração ficam entre 1% e 2% e as de carregamento podem variar entre 3% e 5%.

Segundo Paco Fazito, não há uma regulamentação que defina um limite na taxa cobrada e o percentual pode variar de acordo com o fundo escolhido pelo gestor da seguradora.

"Tem fundos com taxas baixas e performance ruim. Já alguns fundos têm taxas maiores, com boas performances e, por isso, valem a pena. O ideal é achar fundos que tenham uma taxa menor e boa performance, mas isso quem provavelmente vai conseguir instruir o cliente é um profissional especializado."

Para o superintendente da MAG Seguros, é preciso ter um olhar mais atento para a taxa de administração, já que interfere diretamente na rentabilidade final.

"Estas despesas podem impactar os valores investidos seja na entrada, seja na performance dos investimentos. O ideal é sempre escolher o fundo que ofereça boa combinação de custos baixos e performance sólida, dentro de um patamar de riscos compatível com seu perfil. Não adianta oferecer apenas taxa de administração baixa se os resultados não são satisfatórios. É sempre importante a melhor combinação possível desses fatores."

Todas as taxas aplicáveis, e a regra de Imposto de Renda a ser escolhida, precisam ser previamente apresentadas ao investidor e devem constar do contrato que formaliza a adesão ao PGBL ou ao VGBL.

O investidor deve comparar as taxas oferecidas e as estimativas de rentabilidade.

Outro ponto importante é o da cobrança do Imposto de Renda.

Na tabela progressiva, as alíquotas são definidas com base na renda total do investidor. Ou seja, 15% na fonte e o restante na declaração de ajuste do Imposto de Renda entregue no ano seguinte.

Já na tabela regressiva, a tributação é feita diretamente na fonte e varia de acordo com o tempo em que o dinheiro ficou aplicado, variando de 35% (no resgate até dois anos) a 10% (após dez anos).

Por causa dessa complexidade, nem sempre é recomendado que o investidor faça a escolha do plano de previdência privada sozinho. "A orientação de profissionais isentos de conflitos de interesses é fundamental", afirma o especialista da W Financial.

"Quem vende procurando apenas bater a meta da instituição pela qual trabalha pode provocar prejuízos ao cliente. Infelizmente, isso é frequente no mercado do país."

+ O que saber antes de contratar um plano de previdência privada online

Savetechs, o que são? São startups que funcionam como corretoras de seguros digitais. Permitem contratar planos de previdência privada pela internet, de maneira rápida, e pagar as parcelas com cartão de crédito ou via Pix.

É seguro contratar um plano pela internet? De acordo com especialistas, há medidas de segurança e essa forma de contrato é uma tendência para o futuro.

Quais cuidados antes de fechar um contrato? Conferir se a empresa por trás do aplicativo é real e idônea, entender como funcionam os planos de previdência privada antes de fechar o contrato e pesquisar sobre os valores de taxas e prazos de resgate.

Como saber qual o melhor plano para o meu perfil? É indicado fazer uma análise financeira pessoal para determinar qual valor é o mais apropriado para investir mensal ou esporadicamente.

É importante falar com um profissional? Sim, caso esteja em dúvida é importante consultar profissionais isentos de conflitos de interesses, que possam ajudar a entender se a previdência privada é um bom investimento para você.

Fonte: Trench Rossi Watanabe; W Financial; MAG Seguros e reportagem

FIIs terão teste de fogo em 2023

Dívidas contraídas na última janela de captação começarão a ser cobradas

Marcos de Vasconcellos

Jornalista, assessor de investimentos e fundador do Monitor do Mercado

Pode parecer uma eternidade —o que muito se deve a termos passado por uma pandemia—, mas há dois anos vivíamos com uma taxa básica de juros (Selic) de 2% ao ano. Foi em março de 2021 que começou a escalada para os atuais 13,75%.

E sabe o que aconteceu quando o dinheiro estava "barato"? Quem tinha planos para tirar projetos do papel foi lá e fez. Com isso, tivemos a chamada "janela de IPOs", em 2020 e 2021, com o aumento de empresas que abriram seu capital em Bolsa. Mas não foram só elas. Os fundos imobiliários (FIIs) também tiveram sua fase de ouro da captação neste período.

Hoje, temos cerca de 430 fundos imobiliários listados em Bolsa. Quase 15% desses fizeram o IPO (a primeira oferta pública na Bolsa) naqueles dois anos. Com dinheiro "barato", foi fácil captar investidores. Com grana no bolso, as gestoras foram às compras de imóveis.

Galpões logísticos, lajes comerciais e shoppings entraram na dança das grandes negociações. E, ao contrário do que se recomenda no orçamento doméstico, no mundo dos FIIs é comum (muitas vezes, recomendável) que se aproveite a época de bonança para pegar mais crédito, contrair novas dívidas e aumentar o portfólio de imóveis do fundo — a chamada alavancagem.

Isso porque os investidores que compram FIIs, em sua grande maioria, escolhem de acordo com os dividendos pagos por cada fundo (o indicador para ver isso chama-se Dividend Yield), provenientes dos aluguéis recebidos.

Assim, para tornar seus FIIs mais atraentes, os gestores correm para aumentar a quantidade de imóveis e, consequentemente, de aluguéis a receber.

Acontece que muitas das dívidas contraídas por FIIs na última boa janela de captação, tinham carência de dois anos. Fazendo as contas, serão cobradas a partir deste ano.

Em alguns casos, são parcelas mensais, que começarão a corroer o caixa dos fundos. Em outros, o FII será obrigado a pagar a primeira chamada "parcela balão" — união de parcelas acumuladas por um período (normalmente, um ano).

Em resumo: agora vai ficar claro para o investidor quem se alavancou (contraiu dívidas) com planejamento e quem só pegou dinheiro porque estava na mesa, mas não se preocupou com o futuro.

Com os altíssimos juros atuais (Selic em 13,75%), emitir novos títulos de dívida para pagar a anterior parece um mau negócio. Fazer uma nova emissão de cotas também não é uma boa ideia, já que estamos longe de uma boa janela de captação. O que sobra, então, é vender imóveis ou, como se diz no mercado, mudar o portfólio do fundo.

Com dívidas batendo à porta, os fundos que não se planejaram bem terão que vender imóveis a preço de promoção, já que têm pressa, penalizando os investidores que confiaram em seus gestores. Ao mesmo tempo, aqueles gestores que souberam onde pisar, verão uma onda de ofertas de imóveis abaixo do preço de mercado.

Para o investidor, será hora do teste de fogo para quem só olhou para o dividend yield na hora de escolher onde investir. Agora é hora de dar um passo além e entender o que os gestores estão fazendo com o seu dinheiro. Vender um imóvel às pressas é sinônimo de mau negócio, em qualquer mercado.

|DOM. Samuel Pessôa |SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos |**TER.** Michael França, **Cecília Machado** |QUA. Bernardo Guimarães |QUI. Solange Srour |SEX. André Roncaglia |SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, faz apresentação sobre conjuntura em almoço da Febraban Mathilde Missioneiro - 25.nov.2022/Folhapress

Lula e PT tropeçam nos argumentos ao criticar 'parcialidade' do Banco Central

Embora BC faça mais alertas agora do que sob Bolsonaro, discurso petista tem imprecisões

Lucas Marchesini e Fábio Pupo

BRASÍLIA Além de pressionar as expectativas de inflação e a curva de juros, causando um efeito reverso ao pretendido, as declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do PT contra o Banco Central (BC) têm sido permeadas por imprecisões e exageros.

Apesar de a autoridade monetária fazer mais referências à área fiscal agora do que sob Bolsonaro —mais até que durante o primeiro ano da pandemia de Covid-19, quando as contas públicas registraram um rombo sem precedentes—, citações a números errados, reclamações de que a autarquia supostamente teria se calado no governo anterior e a desconsideração sobre o risco inflacionário na artilharia contra os juros representam tropeços que minam o discurso do partido.

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, falou nos últimos dias que o BC não deu "um pio" no ano passado sobre a elevação de gastos do governo Bolsonaro na corrida eleitoral. Mas as decisões do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, comandado por Roberto Campos Neto, e as atas mostram o contrário.

Na verdade, ao longo de 2022 o BC fez diferentes alertas sobre o cenário fiscal, a ponto de gerar reclamações do então ministro Paulo Guedes (Economia), e ainda elevou cinco vezes a taxa de juros (de 9,25% para 13,75%, percentual visto até hoje). Desde o começo daquele ano, o Copom repetia, inclusive, os riscos que o teto de gastos corria.

"O Comitê reforça que a incerteza sobre o futuro do arcabouço fiscal do país e políticas fiscais que sustentem a demanda agregada podem trazer um risco de alta para o cenário inflacionário e para as expectativas de inflação", afirmou o Copom em junho, por exemplo.

No mês seguinte, foi promulgada pelo Congresso uma PEC de interesse do governo Bolsonaro para turbinar benefícios sociais em meio à corrida eleitoral até o fim daquele ano. O então presidente estava em segundo lugar e as medidas poderiam ajudar sua popularidade entre a população mais pobre tradicionalmente mais disposta a votar em Lula. A medida aumentou os gastos do governo em R$ 41 bilhões em 2022.

Conforme o tempo passava, novos comentários eram inseridos nos textos do BC. Em agosto de 2022, em meio ao crescimento das especulações sobre a perpetuação das novas despesas, o Copom considerou que o prolongamento delas poderia "elevar os prêmios de risco do país e as expectativas de inflação à medida que [tais medidas] pressionam a demanda agregada e pioram a trajetória fiscal".

Após a vitória de Lula, o que pode ser observado pelos textos do Copom é que os alertas feitos sobre o cenário fiscal se intensificaram.

Em 2022, o Copom fez referência às palavras "fiscal" e "fiscais" no máximo 5 vezes em cada ata do Copom até setembro. Em outubro, antes do resultado das eleições, foram 7. Em dezembro, após a vitória de Lula, as menções dobraram para 14; na mais recente (de fevereiro), foram 15.

Até então, o maior número havia sido em dezembro de 2020, quando o governo chegou a um rombo histórico de R$ 743 bilhões no ano devido às medidas para enfrentar a pandemia de Covid-19 e seus efeitos (foram 11 menções).

No documento do fim do ano passado, o Copom dizia acompanhar "os desenvolvimentos futuros da política fiscal e seus potenciais impactos sobre a dinâmica da inflação prospectiva". Disse que havia "muita incerteza sobre o cenário fiscal prospectivo" e que o momento demandava "serenidade na avaliação de riscos".

Falou ainda que o impacto de estímulos fiscais significativos sobre a inflação "tende a se sobrepor aos impactos almejados sobre a atividade econômica". E levantou o risco de reversão de reformas, que poderia "reduzir a potência da política monetária".

Com algumas variações, o Copom manteve e até subiu o tom de alertas na ata mais recente, divulgada em fevereiro —mas adicionou um trecho em que cita o pacote fiscal apresentado pelo governo para melhorar as contas públicas. O movimento foi interpretado pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) como uma mensagem mais amigável do que o observado até então.

"O comitê [...] reconhece que a execução de tal pacote atenuaria os estímulos fiscais sobre a demanda, reduzindo o risco de alta sobre a inflação", afirmou o Copom.

Embora possa se discutir o tom em cada momento, as atas mostram que a preocupação com o cenário fiscal é presente nos recados do Copom ao longo dos últimos anos.

Nas redes sociais, Gleisi disse recentemente que "as grandes economias controlam inflação sem aumentar juros, menos o Brasil", mas mais de 40 países aumentaram os juros ao longo de 2022, entre eles, os EUA, cuja mais recente alta foi neste mês.

O próprio Lula tem cometido uma série de imprecisões no debate. Neste mês, criticou o BC por "esse aumento de juro" —embora a taxa tenha sido elevada antes das eleições (em agosto de 2022). O percentual está desde então (após quatro reuniões do Copom) inalterado.

Lula também já afirmou duas vezes que a taxa de juros está em 13,5% (quando o correto é 13,75%). Também reclama de ter sido estabelecida uma meta de inflação de 3,7%, que ele considera exageradamente baixa (na verdade, a meta deste ano é de 3,25%; e o objetivo de 3,75% foi fixado para o ano de 2021).

As críticas desconsideram ainda que a pressão inflacionária no país tem diferentes fatores —entre eles, os que dependem do governo, como a decisão acerca da tributação de combustíveis, a implementação do pacote de medidas para melhorar as contas públicas e a apresentação do novo arcabouço fiscal que substituirá o teto de gastos.

> A nota divulgada [pelo Copom sobre a decisão de manter juros e que cita o cenário fiscal] está muito mais crítica ao governo do que acontecia no ano passado, quando o Banco Central não deu um pio sobre as façanhas orçamentárias de Bolsonaro para se reeleger

Gleisi Hoffman
presidente do PT, em rede social, em fev.2023

> O Comitê reforça que a incerteza sobre o futuro do arcabouço fiscal do país e políticas fiscais que sustentem a demanda agregada podem trazer um risco de alta para o cenário inflacionário e para as expectativas de inflação

Copom (comitê do BC)
em junho, no governo Bolsonaro, apontando o risco de medidas que comprometiam o teto de gastos

Câmara refrigerada abastecida com ovos de Páscoa no centro de distribuição da Americanas em Perus (SP) Eduardo Knapp/Folhapress

Americanas paga à vista para ter 'maior Páscoa do mundo'

Sob recuperação judicial, varejista espera vender 13 milhões de ovos

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO Vai ter Páscoa nas Americanas. Para isso, a rede de varejo precisou driblar a desconfiança da indústria, pagar pedidos à vista e de maneira antecipada e reduzir o volume de ovos de chocolate nas parreiras que começarão a ser abastecidas nas lojas da rede logo depois do Carnaval.

Serão 13 milhões de ovos de páscoa, dos quais quase metade da marca própria, a D'elicce, e mais os chocolates da linha regular, segmento importante de vendas da rede.

Sob recuperação judicial, a Americanas viu, em pouco mais de um mês, suas condições de crédito derreterem no mercado desde que um escândalo contábil bilionário foi tornado público.

Não cogitou, porém, conter a megalomania (autodeclarada) de ser a maior varejista de ovos de chocolate em todo o mundo.

"A grande boa notícia é a de que vai ter Páscoa na Americanas e vai ser um evento grandioso, como sempre foi. Vamos fazer a maior de todos os tempos", diz o diretor comercial da varejista, Aleksandro Pereira.

Segundo ele, em nenhum momento se discutiu a possibilidade de a empresa não ter a campanha de Páscoa.

"Obviamente que, quando aconteceu a recuperação judicial, precisamos de ajustes. A grande mudança no planejamento veio da modalidade de pagamento.

> "A indústria ficou um pouco preocupada se a gente ia fazer ou não. (...) Obviamente que, com a recuperação judicial, precisamos de ajustes
>
> **Aleksandro Pereira**
> diretor comercial da varejista

Os fornecedores também tinham dúvidas quanto à capacidade de a rede manter as compras que estavam previstas para atender à procura no feriado de Páscoa.

As negociações, que já vinham acontecendo desde os meses de novembro e dezembro do ano passado, tiveram de ser refeitas a partir da recuperação judicial.

A maioria dos fornecedores exigiu pagamento à vista ou antecipado.

Tradicionalmente, segundo a Americanas, o pagamento dos ovos de Páscoa eram feitos entre 15 dias a um mês após a data. A defasagem no pagamento aos fornecedores é justamente uma das principais queixas feitas contra a varejista, e os instrumentos para financiar esse atraso no pagamento está na origem do escândalo fiscal que levou a rede a pedir recuperação judicial.

Agora os ventos mudaram, e a nova dinâmica que por um lado exige o pagamento à vista por outro lado permitiu que a varejista conseguisse negociar descontos, mas o volume de ovos comprados ficou menor do que o planejado inicialmente.

"A indústria ficou um pouco preocupada se a gente ia fazer ou não, mas fazíamos contato diário", diz Pereira.

A expectativa da Americanas é bater o resultado de vendas do ano passado. Sob escrutínio de órgãos de controle, como a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), a empresa não divulga a projeção de crescimento, mas, segundo o diretor comercial da rede, a data pretende ser, para a varejista, a confirmação de que os negócios continuam.

A importância das vendas de Páscoa para a varejista foi citada até mesmo no pedido de recuperação judicial encaminha à Justiça do Rio de Janeiro no dia 19 de janeiro.

Oficialmente, a campanha de Páscoa nas lojas começa no dia 1º de março. Nas últimas semanas, os pedidos que serão despachados para as milhares de lojas da rede e para o ecommerce começaram a chegar a um centro de distribuição em Perus, na zona norte de São Paulo.

O galpão é refrigerado e é locado pela companhia apenas para atender a campanha de Páscoa.

A Americanas aposta suas fichas também nos ovos da marca própria, entre os quais se destacam os produtos licenciados (como as bonecas LOL ou da personagem Peppa Pig).

A data em que a Páscoa cai neste ano, 9 de abril, também é vista favoravelmente pelo diretor comercial da empresa, pela proximidade com a data em que os trabalhadores costumam receber os salários.

Aleksandro Pereira diz não ter observado grandes mudanças nos tamanhos dos ovos ou na variedade para a campanha deste ano. Em 2022, a indústria já havia registrado um maior interesse do consumidor por ovos menores e mais baratos.

O diretor comercial da Americanas destaca que a rede tem um portfólio de 120 tipos de ovos em todas as faixas de preços, que caibam em todos os bolsos. Em média, o reajuste de preços em relação a 2022 deve ficar na faixa de 10%. "Mas a Páscoa tem uma sazonalidade do dia a dia e isso varia conforme o giro. Se está vendendo mais, o preço cai."

Na sexta-feira (10), a Americanas divulgou um balanço de 30 dias da crise que vive —a existência de inconsistências contábeis em seus balanços foi divulgada no dia 11 de janeiro.

Em comunicado, a companhia diz que está operando normalmente, com lojas abertas e prateleiras cheias.

O que pode superar o Super Bowl na TV dos EUA? Quase nada

Bill Shea

NOVA YORK | THE NEW YORK TIMES A transmissão pela Fox americana do jogo entre o Kansas City Chiefs e o Philadelphia Eagles, no Super Bowl 57 deste domingo (12), quase certamente será o programa de qualquer gênero mais assistido na TV dos EUA neste ano.

A NFL (Liga Nacional de Futebol Americano) há muito tempo é uma vedete das transmissões, e a decisão anual continua com seu domínio inalterado, mesmo que a televisão em geral venha perdendo audiência há décadas.

O que poderia acabar com a audiência estratosférica do grande jogo anual? Conversamos com diversos especialistas do setor e o consenso foi simples: provavelmente nada.

Há muitos exemplos de eventos que poderiam atrair enormes audiências, mas ninguém vai vender publicidade para ser veiculada durante um ataque terrorista, uma catástrofe natural, ou algum outro evento trágico.

O Super Bowl é uma propriedade de entretenimento cujo objetivo é ganhar dinheiro, e é exatamente isso que ele faz.

Os comerciais de 30 segundos para o jogo deste ano na Fox aparentemente foram vendidos por mais de US$ 6 milhões de dólares, e em alguns casos por mais de US$ 7 milhões. A rede de televisão espera faturar US$ 600 milhões com o jogo.

A vitória de último segundo do Los Angeles Rams sobre o Cincinnati Bengals no Super Bowl 56, em 2022, teve uma média de 112,3 milhões de espectadores na NBC, com 99,1 milhões em TV tradicional e o restante via streaming e plataformas digitais.

A NFL mesma informou em um estudo posterior, realizado em parceria com a empresa de pesquisa midiática Nielsen, que o total de audiência foi superior a 208 milhões de pessoas nos Estados Unidos, mas esse não é um número que possa ser usado para calcular valores de vendas de anúncios.

O último programa de TV a conseguir audiência superior à do Super Bowl em um ano televisivo foi o episódio final da série "M.A.S.H.", em fevereiro de 1983.

O setor de televisão dos EUA mudou radicalmente desde então, com uma proliferação maciça de canais a cabo, o surgimento da internet e de outras opções de entretenimento alternativas, e a ascensão do streaming, que está matando os canais de TV por assinatura.

Além disso, o número de pessoas que assistem ao jogo em bares, restaurantes e outros locais só passou a ser incluída nos números da Nielsen a partir de 2020.

"É o programa de televisão mais visto todos os anos, entre os homens, mas também entre as mulheres (superando facilmente o Oscar etc.), e em quase todas as categorias demográficas que se possa imaginar.

> "Aposto US$ 100 mil que nada supera a audiência do jogo, salvo a chegada de alienígenas —se forem espertos, aterrissarão durante o Super Bowl
>
> **Patrick Crakes**
> analista do setor de mídia

A combinação entre o show do intervalo e a ênfase pesada em publicidade inovadora faz do jogo uma festa que interessa até a pessoas que não torcem por nenhum time.

Os índices de audiência importam mais que o número bruto de espectadores, na maior parte dos programas, porque os anunciantes querem divulgar seus produtos e serviços a audiências específicas medidas pela Nielsen.

O Super Bowl, que desde a década de 1980 vem sendo um grande painel publicitário tanto quanto um jogo de futebol americano, liderará em todas as categorias demográficas no domingo.

Patrick Crakes, um analista do setor de mídia e antigo executivo da Fox Sports, vê uma possibilidade de que o Super Bowl seja rebaixado ao nível de outras transmissões: a de ele acabar se transformando em um evento pago de streaming —o que parece mais possível agora que ligas inteiras, como a Major League Soccer, e até pacotes da NFL como o "Thursday Night Football" estão sendo transmitidos via streaming.

"Um ajuste no modelo de negócios mundial, dentro de uma década, poderia reduzir sua audiência para um nível parecido ao de outros eventos de elite", disse Crakes.

"Mas não importa o atrito que a audiência do Super Bowl venha a sofrer nos próximos 10 anos, estou disposto a apostar US$ 100 mil em que nada conseguiria superar a audiência desse jogo final, salvo a chegada de alienígenas —e mesmo assim, se eles forem espertos, aterrissarão durante o Super Bowl".

The Athletic, tradução de Paulo Migliacci

tec

Lidando com discursos perigosos

Não saber exatamente o que se está combatendo é receita para erros

Ronaldo Lemos
Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro

Desde a mudança de governo, um tema político tornou-se central: o combate à desinformação. Há todo um pacote de mudanças sendo gestado para combater esse fenômeno. As medidas incluem a criação de uma "procuradoria" de combate à desinformação na AGU e mudanças legislativas que perigam ser implementadas por medida provisória.

É preciso ter muito cuidado com esses esforços. O termo "desinformação" não tem nenhuma definição legal. Nem mesmo na sociedade há consenso. Não saber exatamente o que se está combatendo é receita para erros sucessivos.

Para clarear o debate, vale considerar, por exemplo, o trabalho da jornalista e pesquisadora Susan Benesch. Susan é uma ferrenha defensora da liberdade de expressão e autora do projeto "Discursos Perigosos". Nesse projeto ela mapeou processos de radicalização no mundo inteiro. Concluiu que sempre que um ato de violência eclode, ele é precedido de um processo discursivo que normaliza e até mesmo incentiva aquela violência.

Diferente de "desinformação", a definição de discurso perigoso é clara e direta: qualquer forma de expressão (fala, texto, imagens, vídeos) que aumente o risco de que a audiência apoie ou cometa violência contra um outro grupo.

Um dos casos mapeados por Susan é o genocídio ocorrido em Ruanda em 1994, quando milhares de Hutus massacraram cerca de 800 mil pessoas da etnia Tutsi, utilizando como arma machetes, o que demonstra o grau de motivação e radicalização quando a violência eclodiu. O discurso inflamatório contra os Tutsi foi construído ao longo de anos. Tanto que o Tribunal Criminal Internacional condenou os editores da rádio RTLM por incitação ao genocídio, justamente por conta da propagação de conteúdos que levaram à radicalização ao longo de anos.

O ponto principal de Susan é que discursos perigosos não dizem respeito somente ao conteúdo em si. Eles têm ao menos cinco elementos: o autor/falante do discurso, a mensagem, a audiência, a mídia utilizada e o contexto social e histórico em que são proferidos. Para lidar com o problema é preciso considerar todos eles.

Susan defende que a supressão de discursos, mesmo que perigosos, não é o melhor caminho para combater processos de radicalização. Uma das razões é que a censura na maioria das vezes não dá em nada. Ao contrário, empurra os discursos problemáticos para lugares cada vez mais profundos, longe do olhar das salvaguardas sociais que realmente importam, como escolas, professores, líderes religiosos, famílias e outros anteparos que deveriam funcionar como contenção contra a violência antes que ela aconteça.

Nesse contexto, o que fazer no Brasil? A primeira medida é amadurecer o debate. O problema não é "desinformação", mas discursos capazes de levar a violência e ruptura política e social. O método de combate não deve ser a censura. A censura foca em apenas um elemento: a mensagem.

O combate aos discursos perigosos deve abranger os cinco elementos apontados por Susan. Por exemplo, combatendo métodos de propagação de massa inautênticos, e o financiamento oculto de campanhas de radicalização. É preciso trabalhar para reduzir os incentivos à radicalização, reforçando anteparos sociais. Em sociedades democráticas, cala a boca não dá certo.

READER

Já era *Inteligência Artificial como ferramenta inacessível e para poucos*

Já é *IA que faz acadêmicos*

Já vem *IA que interpreta sonhos*

Criptos somem do Super Bowl, e surge Jesus

Plataformas de negociação haviam comprado os principais espaços da final do futebol americano em 2022

Thiago Bethônico

SÃO PAULO Onipresentes durante o Super Bowl de 2022, os anúncios de plataformas de negociação de criptomoedas desapareceram na transmissão deste ano. Enquanto isso, um tipo diferente de mensagem surgiu no evento deste domingo (12): comerciais promovendo Jesus Cristo.

Na última edição da final do campeonato de futebol americano, anunciantes de cripto pagaram US$ 39 milhões (R$ 204 milhões, em valores atuais) para ocupar os espaços na televisão, competindo num ambiente habitualmente ocupado por empresas de cerveja e de carros.

Em um dos anúncios, o humorista e ator Larry David promovia a FTX, companhia que colapsou em meio a um caso de fraude e ajudou a alimentar temores sobre o futuro da indústria de cripto.

Além da FTX, anúncios da eToro, Coinbase e Crypto.com foram transmitidos a milhares de residências americanas, num esforço de promover os criptonegócios a partir do maior jogo do futebol americano do mundo.

No Super Bowl deste ano, contudo, os comerciais de cripto não foram encontrados em lugar nenhum, como mostrou reportagem do The New York Times.

Entre anúncios de cervejas, comidas e aparições de celebridades, dois comerciais de Jesus Cristo apareceram. Eles fazem parte da campanha "He Gets Us", algo como "ele nos entende", em inglês.

Ao New York Times, a agência disse que a campanha visa aumentar a relevância de Jesus na cultura americana.

Um anúncio de 30 segundos, com imagens e vídeos de crianças brincando e se abraçando, foi veiculado após o primeiro quarto do jogo.

O mais longo está programado para o segundo tempo, mostrando uma série de fotos de pessoas discutindo e confrontando outras. Ao final do anúncio, aparece na tela a mensagem "Jesus amou as pessoas que odiamos".

De acordo com o jornal americano, desde sua introdução nacional em 2022, a campanha "He Gets Us" ocupou outdoors em cidades americanas e veiculou anúncios em diversos eventos esportivos.

Os vídeos conectam Jesus a questões contemporâneas como imigração, inteligência artificial e ativismo, para atingir "céticos espiritualmente abertos", não afiliados a nenhum ramo do cristianismo.

Os comerciais, de acordo com o New York Times, fazem parte de uma campanha multimilionária da organização sem fins lucrativos Servant Foundation.

Enquanto a ONG investe milhões para divulgar a mensagem cristã, o desparecimento dos comerciais de cripto mostram como a indústria vem passando por tempos difíceis.

Além da declaração de falência da FTX, seu fundador, Sam Bankman-Fried, foi preso em dezembro sob a acusação de usar bilhões de dólares em depósitos de clientes para financiar contribuições políticas, compras de imóveis luxuosas e operações comerciais em seu fundo de hedge. Ele se declara inocente.

Na final do ano passado, o presidente da FTX nos EUA, Brett Harrison, disse que os anúncios faziam parte da estratégia da companhia de tornar as moedas digitais "universalmente interessantes".

Os planos da FTX também incluíam a distribuição gratuita de criptomoedas coincidindo com o comercial.

Os US$ 39 milhões desembolsados por empresas da indústria na final de 2022 foram levantados pela Kantar, empresa de dados e consultoria.

O gasto extravagante era sinal de que os marqueteiros estavam confiantes com a recuperação econômica.

O público do Super Bowl é fortemente envolvido com os comerciais, num fenômeno cultural que, junto ao show do intervalo, pode ser de maior interesse que o próprio jogo para alguns espectadores.

Analistas diziam que o evento provavelmente será o programa mais assistido na televisão americana de 2023, considerando todos os gêneros.

Os comerciais de 30 segundos foram vendidos por mais de US$ 6 milhões (R$ 31,5 milhões), e em alguns casos por mais de US$ 7 milhões (R$ 36,7 milhões) . A rede espera faturar US$ 600 milhões (R$ 3,1 bi).

Com The New York Times

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO N.º 004/2023
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 013/2023 – SME

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços para o atendimento em psicomotricidade relacional para atender a Secretaria Municipal da Educação de Curitiba, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.
DATA/HORÁRIO ENVIO DE PROPOSTAS: 01 de março de 2023 das 08h30 às 09h30.
DATA/HORÁRIO ENVIO DE LANCES: 01 de março de 2023 das 09h35 às 10h.
O EDITAL está à disposição dos interessados no portal de compras: www.e-compras.curitiba.pr.gov.br
INFORMAÇÕES, contatar pelos fones: (0xx41) 3350-9867, 3350-9588 e 3350-3009.

Solange de Fátima Vidal Souza
Pregoeira

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230063

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230063, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 632023, até o dia 02/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 08 de Fevereiro de 2023. DORISLEIDE CANDIDO DE SOUSA - PREGOEIRA

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220044

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220044 de interesse da Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Material de Consumo – Descartáveis, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 23862022, até o dia 02/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 08 de Fevereiro de 2023. CIRÍACO BARBOSA DAMASCENO NETO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230055

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230055, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 552023, até o dia 02/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 08 de Fevereiro de 2023. MARCOS ALEXANDRINO ALVES GONDIM - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230011

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230011 de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Equipamentos de Jardinagem, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 1522023, até o dia 02/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 08 de Fevereiro de 2023. SIMONE ALENCAR ROCHA - PREGOEIRA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - Eu, Joel Herculano da Silva, diretor presidente do **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO DE LIMEIRA E REGIÃO**, entidade Sindical de Primeiro Grau, com cadastro CNES processo sob nº 24000.006500/92-41, inscrito no CNPJ sob nº 51.487.809.0001/20, com BASE TERRITORIAL nas cidades de: Araras, Artur Nogueira, Charqueada, Conchal, Cordeirópolis, Corumbataí, Engenheiro Coelho, Ipeúna, Iracemápolis, Leme, Limeira, Rio Claro, Santa Cruz da Conceição, Santa Gertrudes e Tujuguaba todas situadas no Estado de São Paulo, no uso e cumprimento de minhas atribuições estatutárias, convoco todos os trabalhadores associados integrantes da categoria profissional Grupo II, Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário, quites e em gozo de seus direitos sindicais para comparecerem na sede social da entidade, estabelecida na Rua Tenente Belizário, nº 41, Centro Limeira SP, para participarem da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, que se realizará no dia 24 de Fevereiro do ano de 2023, as 16h00min, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **A)** "Leitura, discussão, aprovação ou rejeição do Balanço e Relatório da Diretoria Exercício Fiscal Contábil 01.01.2022 a 31.12.2022, com o parecer do Conselho Fiscal, conforme previsto nos artigos 19º IV c/c 32º I e 63º do Estatuto Social da Entidade"; **B)** "Ratificação aprovação dos Balanços e Relatórios da Diretoria exercícios anteriores gestão encerrada aos 19.12.2022, bem como ratificação dos pareceres Conselho Fiscal"; Não havendo o numero legal de trabalhadores para realização da Assembleia em primeira convocação, não sendo preenchido o "quórum" legal previsto no estatuto social, realizar-se-á a presente Assembleia Geral Ordinária em segunda convocação, uma hora após, com qualquer numero de trabalhadores presentes e, com validade plena para todos os efeitos legais nos termos do Artigo 24º do E.S.. Para fins de publicidade do ato e cumprimento ao Artigo 72º do Estatuto Social, cópia do presente Edital de Convocação encontra-se disponibilizado no site da entidade e, afixado na sede social desta Entidade. Limeira, 13 de Fevereiro de 2.023. **Joel Herculano da Silva** - Diretor-Presidente.

FEDERAÇÃO INDEPENDENTE DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - A **Federação Independente dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de São Paulo (FITIASP)**, entidade sindical de segundo grau, portadora do CNPJ/MF nº 45.218.311/0001-60, com sede a Avenida Celso Garcia, 1.588 - Belém, São Paulo/SP, *por suas entidades filiadas*, o **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios e Alimentação de São Paulo - STILASP**, portador do CNPJ/MF nº 62.806.575/0001-53, com sede a Avenida Celso Garcia nº 1588 - Belém - São Paulo/SP; o **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Guarulhos - SINDALIG**, portador do CNPJ/MF nº 49.088.800/0001-03 com sede a Rua Arminda de Lima nº 304 - Centro - Guarulhos/SP; o **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Boituva/Porto Feliz e Região - SITIA**, portador do CNPJ/MF nº 55.146.096/0001-92, com sede a na Avenida do Trabalhador, nº 2841 - Centro Empresarial Portal Castelo Branco - Boituva/SP; o **Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores nas Indústrias Alimentícias de Mococa - SITIAMOC**, portador do CNPJ/MF nº 00.373.674/0001-31, com sede a Rua José Ribeiro 85 Jardim São José, Mococa/SP; o **Sindicato dos Trabalhadores Ativos e Aposentados nas Indústrias de Alimentação e Bebidas de Campos do Jordão/SP - STIACAMPOS**, portador do CNPJ/MF nº 43.441.664/0001-07, com sede a Avenida Frei Orestes Girardi nº 371, Vila Arbenessia, Campos do Jordão/SP; o **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Bebidas do Vale do Ribeira e Santos - STIABVALE**, portador do CNPJ/MF nº 58.255.811/0001-13, com sede a Rua do Comércio, nº 25 - salas 12/14, Centro, Santos/SP, o **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins de Sorocaba e Região - STI**, portador do CNPJ/MF nº 71.869.549/0001-65, com sede a Rua Piauí nº 105 - Centro - Sorocaba/SP; o **Sindicato dos Trabs nas Ind de Alim e Afins de Cruzeiro**, portador do CNPJ/MF nº 47.438.338/0001-93, com sede a Avenida Nesralla Rubez, 1348, Cruzeiro/SP e o **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Guaratingueta e Região**, portador do CNPJ/MF nº 48.554.075/0001-40, com sede a Avenida Rui Barbosa nº 122, Santa Rita, Guaratinguetá/SP, no uso de suas prerrogativas previstas no artigo nº 14º, XII c/c artigo 24º §2º do Estatuto Social bem como, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de Campanha Salarial, realizada em 22.07.2022, tendo em vista a proposta de negociação apresentada pelas entidades patronais, **Sindicato da Ind. de Massas Alimenticias e Biscoitos no Estado de São Paulo, Sindicato da Ind. de Produtos de Cacau, Chocolates, Balas e Derivados no Estado de São Paulo e Sindicato Ind. de Alimentos Congelados, Supercongelados, Sorvetes Concentrados e Liofilizados no Estado de São Paulo**, **CONVOCA**, os trabalhadores associados e não associados das Entidades Filiadas, das categorias profissionais massas e biscoitos, cacau, chocolates, balas e derivados, congelados, supercongelados, sorvetes concentrados e liofilizados, data base da categoria em 01 de setembro, para participarem da assembleia geral extraordinária, **a ser realizada no dia 16 de fevereiro de 2023, ás 10hs**, na sede social desta FITIASP bem como, na sede social das Entidades Filiadas, para deliberação da seguinte pauta: a) Analise da proposta apresentada pelas Entidades Patronais; b)Autorização para celebrar a Convenção Coletiva de Trabalho das categorias profissionais: massas e biscoitos, cacau, chocolates, balas e derivados, congelados, supercongelados, sorvetes concentrados e liofilizados, com data base em 01 de setembro e na impossibilidade desta, ingressar com procedimento de mediação e/ou com Dissídio Coletivo, perante o Tribunal Regional do Trabalho; e c) Deliberação sobre a proposta de decretação do estado de greve e a proposta de deflagração de greve. São Paulo/SP, 09 de fevereiro de 2023. **Paulo Viana - Presidente**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO n° 19/2023
PROCESSO SEI Nº 20.22.0001.0017026.2022-97
DATA E HORÁRIO DA LICITAÇÃO: 06/03/2023, às 14h
OBJETO: Aquisição de subscrições do sistema operacional Red Hat para datacenter virtualizado, servidor de aplicações *JBoss Enterprise* e servidor de aplicação *Red Hat OpenShift*, com suporte técnico e atualização de versões pelo período de 36 (trinta de seis) meses.
LOCAL DA LICITAÇÃO: Exclusivamente por meio do sistema eletrônico do Comprasnet - SIASG, na página **www.gov.br/compras**.
OBSERVAÇÃO: As interessadas em participar da presente licitação deverão obter o Edital e seus Anexos no período compreendido entre os dias 14/02/2023 e 03/03/2023, no endereço eletrônico **www.gov.br/compras** ou no Portal da Transparência do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, **http://transparencia.mprj.mp.br/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes**.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220189

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20220189, de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Contratação de empresa na prestação de serviços de mão de obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, para realização de serviços, sistemáticos e continuados, apoio administrativo e comercial na CAGECE, na Capital e Interior do Estado do Ceará. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 18812022, até o dia 02/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 08 de Fevereiro de 2023. NELSON ANTÔNIO GRANGEIRO GONÇALVES - PREGOEIRO

entrevista da 2ª

Divulgação

Sevgil Musaieva, 35
É editora-chefe do jornal digital Ukrainska Pravda desde outubro de 2014, depois de trabalhar para outras publicações. Nasceu em Juma, no Uzbequistão, e estudou jornalismo em Kiev, capital da Ucrânia. Ajudou a criar o portal CrimeiaSOS, após a invasão russa.

Sevgil Musaieva

Não há boa ou má hora para publicar notícias incômodas, mesmo em meio a uma guerra

Editora-chefe do Ukrainska Pravda afirma que leitores seguem se interessando por horóscopo e fofocas durante conflito na Ucrânia

MUNDO

Roberto Dias

MADRI Pravda é uma palavra maldita do jornalismo. Significa verdade, em russo, e era o nome do principal diário oficial, um instrumento de propaganda, da ditadura da União Soviética (1922-1991).

Ainda assim, foi o termo escolhido em 2000 para batizar uma publicação que surgiu com o objetivo de fazer uma cobertura séria da vida da Ucrânia, antiga república soviética.

O propósito de seu criador, Georgi Gongadze, era dar um novo significado ao termo. Nasceu o Ukrainska Pravda. Gongadze não teve tempo de acompanhar o progresso do jornal que dirigia. Acabou morto no mesmo ano. Funcionários do então governo ucraniano foram condenados pelo assassinato.

A situação do país só se complicou desde então, com as invasões russas e a guerra que nesse momento toma parte de seu território. No momento mais difícil da história da Ucrânia independente, quem lidera o jornal é Sevgil Musaieva, 35.

Ela aparece como uma das cem pessoas mais influentes do mundo na última edição da famosa lista da revista Time. Foi também a estrela de um congresso de jornalismo organizado na semana passada pelo grupo Prestomedia em Madri —o regresso a seu país incluía voar para a Polônia e depois passar dez horas na estrada até Kiev.

Suas descrições mostram que a tensão da guerra se soma às preocupações habituais do ofício fora de países em guerra, que incluem temas empresariais, como manter a viabilidade do negócio, e jornalísticos tradicionais, como apontar a corrupção dos políticos locais.

A audiência atual de seu jornal é de cerca de um terço da do pico, no início do confronto, há quase um ano. O site é banido na Rússia, mas mantém publicações em russo, distribuídas por diferentes caminhos. Sua voz transmite firmeza e tristeza —mas não desânimo.

*

A sra. esperava que a guerra de fato ocorresse? É uma pergunta difícil e ao mesmo tempo muito simples. Porque essa guerra não é algo que começou em fevereiro de 2022. Começou com a anexação da Crimeia [em 2014], quando a Rússia violou a lei humanitária e o sistema internacional de segurança. Quando a Rússia anexou a Crimeia, talvez não tenha havido resposta adequada para tamanha brutalidade. Como nós não mandamos essa mensagem a eles, continuaram essa violação, rotularam a Ucrânia como fascista, encheram nossa população de propaganda. Agora é uma questão de como e em que circunstâncias essa guerra vai terminar.

E como isso vai acontecer? Agora a Ucrânia luta, faz o possível para parar essa guerra. Isso não depende apenas do nosso esforço, mas também do esforço de todo o mundo civilizado. Não é apenas uma guerra pelo direito de a Ucrânia existir, é se o que vai vencer são a ditadura e a violação dos direitos humanos ou a democracia e o mundo livre. Esse é um momento crucial da história.

Como a guerra mudou seu trabalho, suas rotinas no jornal? Mudou muito, porque o Ukrainska Pravda é um jornal sobretudo político. Nós cobríamos a guerra, claro, mas era como 10% do jornal, agora é 90%. Nós focamos as violações da guerra, mas ao mesmo tempo cobrimos problemas de conduta das autoridades ucranianas, corrupção, política. A vida não parou, ela continua. Queremos que nossos leitores continuem consumindo informação independente, que estejam informados da conjuntura atual por diferentes perspectivas, não apenas a guerra, mas também problemas internos que toda democracia jovem tem.

Mesmo durante a guerra precisamos continuar o desenvolvimento democrático, lutar contra a corrupção, implementar reformas. Claro que houve uma grande discussão quando publicamos essas investigações, recebemos comentários do tipo "será que é um bom momento ou não", mas, para mim, não tem a ver com ser um bom momento ou um mau momento. Isso não é uma questão. O jornalismo é muito, muito importante.

Vocês decidiram publicar os nomes de soldados russos que estavam muito próximos de parentes e amigos de vocês. Como foi essa decisão? Ainda acho que foi a decisão correta. Era difícil imaginar qual seria a consequência. Claro que sonhávamos que essa decisão particularmente pudesse mudar a situação da guerra, mas isso não ocorreu. Um grande amigo, o fotógrafo Maks Levin, foi morto nessa guerra [Levin morreu em março do ano passado; segundo a ONG Repórteres sem Fronteiras, ele foi executado por soldados russos]. Ele disse um ano atrás que queria fazer a foto que pararia a guerra, e ele não conseguiu fazê-la. Mas todos na Ucrânia, todos os jornalistas sonham que algo vá acontecer e parar essa guerra. E algo que a gente possa fazer.

As pessoas se cansaram de notícias da guerra? [A audiência] está caindo, as pessoas estão cansadas. As pessoas infelizmente também consomem as notícias por canais anônimos do Telegram. Tentamos competir com eles, mas é impossível, dados os nossos princípios e as nossas regras. Mas quando há um ataque de míssil, quando há uma ameaça real, nossa audiência explode. As pessoas voltam para nós. Porque elas precisam ter 100% de certeza de que isso é real. Confiam em nós. Mas ao mesmo tempo, mesmo durante a guerra, querem ler horóscopos e fofocas. Isso é normal, é parte da psicologia humana. Mesmo durante a guerra, isso continua valendo.

Na Rússia vocês estão banidos. Chegam via Telegram? Sim, temos nossa versão russa, sei que as pessoas leem nosso noticiário pelas mídias sociais, Instagram, Twitter, Facebook e Telegram. E por isso é que continuamos nossa versão russa. Muitos de nossos colegas ucranianos decidiram fechar suas versões russas. Mas continuamos porque faz parte da nossa estratégia de informar, porque os russos estão sendo bombardeados por propaganda, mas ao mesmo tempo podem ler o Ukrainska Pravda e ter nossa visão da guerra.

> “A Ucrânia só tem uma chance de vencer essa guerra, que é dar informação verdadeira. Você vê as fotos, e nada pode ser pior do que ver as pessoas sendo mortas por soldados russos. E aí vê que é preciso apoiar os ucranianos

> Já investi 17 anos da minha vida no desenvolvimento da democracia ucraniana. Mas acho que isso é como ter um encontro marcado para sua geração. E, para a minha geração, o encontro marcado é tão difícil e desafiador. Não temos chance de não aceitá-lo

> Todos os jornalistas sonham que algo vá acontecer e parar essa guerra. E algo que a gente possa fazer

Como vocês se financiam? Lançamos nosso clube dos leitores. Realmente acredito no jornalismo independente. Cerca de 2.000 pessoas na Ucrânia e fora do país apoiam o Ukrainska Pravda, então recebemos dinheiro de nossa audiência. Claro que isso não é uma parte muito grande do nosso modelo de negócios, mas ajuda. No mês passado, foram cerca de US$ 10 mil [R$ 52 mil]. Temos doadores e anunciantes. Temos uma versão em inglês que está bombando, e os anúncios na versão em inglês valem mais.

Há um velho ditado que fala que na guerra a primeira vítima é a verdade. Quão morta está a verdade nesta guerra? É um pouco diferente, porque essa guerra é pela verdade. A Rússia usa armas de informação contra a Ucrânia, eles gastam milhões de dólares em interferência híbrida.

Como funciona? Usam muitos canais anônimos do Telegram, usam a TV estatal. Infelizmente nosso campo de informação estava sob influência russa desde o começo dos anos 1990, em regiões agora ocupadas. Então os canais russos dominaram e envenenaram o campo da informação. Para mim, a Ucrânia tem apenas uma chance de vencer essa guerra, que é dar informação verdadeira. A verdade dessa guerra é terrível. Você vê as fotos, e nada pode ser pior do que ver as pessoas sendo mortas por soldados russos. Quando você vê isso, entende onde está a verdade. Essas pessoas foram mortas, e elas não são fascistas. Então talvez tenha algo errado. E aí vê que é preciso apoiar os ucranianos.

A sra. tem 35 anos. Nasceu num país que se chamava União Soviética. Quanto sua vida mudou? Totalmente. Eu nasci no Uzbequistão. Depois minha família pôde vir para minha terra natal. Minha família foi expulsa da minha terra natal em 1944, nos anos de [Joseph] Stalin [ditador que comandou a União Soviética de 1924 a 1953]. Minha destinação se encontrou com meu destino, que é a Ucrânia. Nasci a milhares de quilômetros da Ucrânia e, por algum motivo, vim para a Ucrânia, cresci na Crimeia, decidi fazer a universidade em Kiev, e então a Rússia começou a guerra. Isso é difícil de viver, nessas circunstâncias.

Eu tinha 18 anos quando houve o primeiro sentimento democrático da Ucrânia [uma série de protestos conhecida como Revolução Laranja, em 2004 e 2005]. Eu tinha 27 quando o segundo movimento começou e agora tenho 35 no segundo ano dessa guerra. Já investi 17 anos da minha vida no desenvolvimento dessa democracia, e claro que isso me afeta de diferentes maneiras, a começar pela vida privada. Mas acho que isso é como ter um encontro marcado para sua geração. E, para a minha geração, o encontro marcado é tão difícil e desafiador. Ao mesmo tempo, é tão importante, de tanta responsabilidade, que não temos chance de não aceitá-lo.

O jornalista viajou a Madri a convite do grupo Prestomedia

Prefeitura intensifica remoção de barracas de sem-teto no centro de SP

Medida é defendida por Ricardo Nunes; pessoas em situação de rua reclamam da falta de auxílio

Tulio Kruse

SÃO PAULO A remoção de barracas em que vivem as pessoas em situação de rua em São Paulo, defendida pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB) durante a posse de novos subprefeitos na última terça-feira (7), na prática já tem sido intensificada na região central da cidade há semanas.

Tanto quem dorme nas praças e calçadas quanto quem trabalha próximo de regiões que concentram população de rua afirma que a rotina de limpeza e desmonte de ocupações mudou desde o fim de janeiro.

Na região da praça da Sé, por exemplo, a limpeza é diária e barracas são removidas todos os dias. A diferença é que, agora, colchões e cabanas são retirados e jogados no lixo. Ao anoitecer, novas barracas são armadas na praça, para serem removidas no dia seguinte.

Após a mudança na ação, o cenário já mudou e quase não há mais barracas, embora muitas pessoas ainda durmam na praça. Há cerca de dois meses, o largo da catedral estava tomado por abrigos de lona.

A prefeitura afirma que não houve mudança na rotina e que faz ações periódicas para acolher a população de rua.

Na terça, Nunes disse que a gestão tem oferecido alternativas à população de rua e questionou quem se mantém nessas condições. "A partir do momento em que ofereço condições da pessoa ir para um abrigo, ou hotel, ou receber o auxílio-aluguel, por que vai ficar na rua? Não podemos permitir que as pessoas montem barracas para fazer mendicância na rua", disse o prefeito.

Na rua Benjamin Constant, ao lado da praça da Sé, barracas em um trecho de calçada que ficou ocupado durante meses foram removidas há cerca de duas semanas e não voltaram. O mesmo ocorreu na praça Dr. João Mendes, atrás da catedral, onde, segundo relatos de moradores, a prefeitura retirou abrigos que ficavam ali permanentemente e fez uma pequena reforma nos canteiros. Há quem durma na grama e em pedaços de papelão, mas não há mais barracas.

O último censo da população de rua apontou 31.884 pessoas sem teto na capital em 2021. A prefeitura diz que tem mais de 20 mil vagas de acolhimento para a população de rua em diferentes modalidades, o que significa que não há vaga para cerca de 10 mil pessoas.

Pessoa em situação de rua dorme ao lado do Theatro Municipal, na região central de São Paulo Fotos Danilo Verpa/Folhapress

Funcionários da limpeza urbana lavam vias e calçadas no centro da cidade

> As últimas três vezes que eles vieram, em um mês, foram muito tensas. Tinha um varal de roupa aqui, por exemplo, e veio um funcionário da prefeitura e arrancou, dando risada da nossa cara
>
> **André Bruno, 42**
> vive na praça Marechal Deodoro há 20 anos

A praça Marechal Deodoro, em Santa Cecília, tem barracas que agora estão concentradas embaixo das pistas e alça de acesso ao viaduto João Goulart, o Minhocão. Elas não ficam mais ao ar livre nem é permitido que lonas sejam amarradas na parede de um prédio ao lado da praça, como ocorria —ali, em novembro, policiais civis encontraram um depósito de crack, que servia como espécie de entreposto do tráfico na região central.

No fim de 2022, a prefeitura iniciou uma reforma que cercou o local e moveu, por algumas semanas, quem dormia ali para o vão do Minhocão. Segundo André Bruno, 42, que vive na praça há 20 anos, as ações de limpeza e remoção de objetos ficaram mais intensas e truculentas no último mês.

Bruno relata que uma pessoa em situação de rua chegou a ser atingida por bala de borracha disparada por um GCM (Guarda Civil Metropolitana) durante uma ação de limpeza.

"As últimas três vezes que eles vieram, em um mês, foram muito tensas", conta. "Tinha um varal de roupa aqui, por exemplo, e veio um funcionário da prefeitura e arrancou, dando risada da nossa cara."

A poucos metros da sede da prefeitura, na praça do Patriarca, cerca de 15 pessoas vivem em sete barracas embaixo da marquise projetada por Paulo Mendes da Rocha.

Ali, a body piercer Rebecca Pacin, 29, conta que aguarda há mais de três meses por uma vaga em hotel social, mas até hoje não foi chamada. Ela diz que essa situação é a regra entre os moradores da praça.

"Estamos em frente a uma UBS [Unidade Básica de Saúde] e temos gestantes e cadeirantes aqui, então fica muito mais fácil resolver qualquer problema [de saúde]. Se sairmos daqui, vamos para onde?", reclama. Pacin diz que os moradores não foram informados sobre a necessidade de retirar as barracas, e que a disposição do grupo é de ficar ali. "A gente também tem o direito de não querer sair."

A Subprefeitura da Sé reúne oito bairros —Bela Vista, Bom Retiro, Cambuci, Consolação, Liberdade, República, Santa Cecília e Sé— e cartões-postais da cidade como a avenida Paulista e o Mercadão.

O novo subprefeito da região, coronel Álvaro Batista Camilo, já indicou que as ações de remoção devem ser graduais. A estratégia recebeu o apoio de 11 Conselhos Comunitários de Segurança do centro. Em nota conjunta, eles afirmam que as regras de civilidade urbana devem valer para todos e pede que Camilo "tenha todas as condições de realizar o resgaste do centro de São Paulo".

Questionada se houve ou haverá mudança na política de retirada das barracas, a prefeitura informou que as ações de zeladoria no centro ocorrem rotineiramente, assim como em outras regiões da cidade, e que não estão ligadas a nenhuma operação específica. A gestão municipal também disse que realiza ações constantes para abrigar e acolher as pessoas em situação de rua.

A prefeitura diz que cumpre as regras do decreto nº 59.246/2020, que "preserva o direito das pessoas que vivem em situação de rua com a necessidade de limpeza e manutenção do espaço urbano". Além disso, informa que as ações de retirada de objetos seguem a mesma lei e que podem ser recolhidos objetos que caracterizem o uso permanente de local público, "principalmente quando impedir a livre circulação de pedestres e veículos, tais como camas, sofás, colchões e barracas montadas ou outros bens duráveis que não se caracterizem como de uso pessoal".

Segundo a gestão Nunes, os bens duráveis retirados são inventariados e encaminhados ao depósito da subprefeitura, que se torna a fiel depositária. Os donos desses objetos devem ser notificados, no local e momento da apreensão, sobre o destino de seus pertences, e recebem um contralacre com a informação de que poderão retirá-los no prazo de 30 dias. Objetos perecíveis e deteriorados são descartados.

"A Smsub [Secretaria Municipal de Subprefeituras] repudia abusos e quando há denúncias, estas são averiguadas e arbitrariedades são punidas de acordo com a lei e de forma administrativa. Os profissionais que atuam no serviço diariamente são orientados sobre os princípios da lei e o respeito ao cidadão", diz a prefeitura.

A prefeitura informou que em agosto e setembro criou 200 vagas para a população de rua com prédios da Fundação Casa cedidos pelo governo estadual, e que outras 400 vagas serão entregues em 2023 por meio dessa parceria.

A Subprefeitura da Sé disse que o Serviço Especializado de Abordagem Social realizou 691 atendimentos na praça da Sé e arredores em janeiro de 2023. Desse total, 396 resultaram em encaminhamentos para os serviços de acolhimento. Também em janeiro, foram 896 atendimentos na praça do Patriarca e arredores.

Governo Lula prepara programa de câmeras em uniformes policiais

Raquel Lopes

BRASÍLIA O Ministério da Justiça e Segurança Pública do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende lançar o programa de câmeras em uniformes de agentes da polícia ainda no primeiro semestre deste ano. O foco da medida são polícias estaduais, mas há conversas para uma possível adesão da PRF (Polícia Rodoviária Federal).

O secretário de Acesso à Justiça, Marivaldo Pereira, avalia que essa é uma das políticas mais eficientes para redução da letalidade policial e para a proteção do próprio agente de segurança.

"As experiências verificadas no Brasil e no exterior foram bem-sucedidas no sentido de reduzir a letalidade policial, proteger os policiais e, mais ainda, tiveram impacto direto na própria instrução processual, uma vez que, ao invés de você ter apenas a declaração do policial, agora você tem áudio e vídeo do que aconteceu", disse.

Pereira diz que a experiência no estado de São Paulo, que lançou o programa, está se mostrado exitosa. A ideia é mapear práticas como essa e também outras para definir que política vai ser adotada.

O programa está sendo desenhado pelas secretarias de Acesso à Justiça e a Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública), ambas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, sob o ministro Flávio Dino.

"A ideia é mapear quais são as boas práticas e buscar mecanismos que incentivem os estados a implementar essa política. O caminho ainda está sendo elaborado. Por exemplo, [discute-se] se vai ser uma medida só, um modelo só", disse. "Pode ser que em um estado um modelo pode ser mais eficiente, em outro estado pode ser outro. Por isso a importância de mapear os modelos existentes e colocá-los à disposição", explicou.

A intenção de Pereira é que o programa já esteja pronto no primeiro semestre, assim como as primeiras implementações. As conversas com a PRF também estão em andamento.

A PRF disse, em nota, que tem um grupo de trabalho que estuda a eventual adoção de câmeras corporais nos uniformes dos agentes. Por gerar implicações práticas em diversas áreas da instituição, não há data definida para a conclusão dos estudos.

Pereira acrescenta que há vários formatos possíveis para a implementação dessa política, entre eles um que use o Fundo Nacional de Segurança Pública. Pelo fundo, há possibilidade de desde a aquisição centralizada dos equipamentos e a doação para os estados, como é feito com viaturas, até a realização de convênios.

Especialistas ouvidos pela **Folha** avaliam que a proposta de câmeras em uniformes de policiais é boa, mas o programa precisa ser bem desenhado e será necessário avaliar se todas as polícias devem ser contempladas.

Renato Sérgio de Lima, diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, disse que o programa de câmeras corporais na tropa em São Paulo, o Olho Vivo, é apontado com grande avanço na política de redução de mortes praticadas por policiais.

Na sua visão, o programa de São Paulo pode ser considerado um caso de sucesso porque, a partir do que foi visto nas câmeras durante as abordagens, foi possível mudar a cultura organizacional da corporação.

"Não é que a polícia vai reprimir menos, mas usa os meios adequados para preservar a vida das pessoas. Por exemplo, passou a usar menos armas de fogo para evitar mortes e aumentou o uso de armas de choque", explicou.

Como a **Folha** mostrou, o uso de armas de choque do tipo taser pela Polícia Militar de São Paulo cresceu 25% no primeiro mês no governo Tarcísio de Freitas (Republicanos).

> Não é que a polícia vai reprimir menos, mas usa os meios adequados para preservar a vida das pessoas
>
> **Renato Sérgio de Lima**
> diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Felippe Angeli, gerente do Instituto Sou da Paz, avaliou que não se pode confundir o instrumento com a metodologia. Ele acrescenta que é preciso ter uma política completa para reduzir a letalidade. Em São Paulo, por exemplo, o custo para a manutenção desse programa é alto e envolve um processo amplo de gestão, armazenamento e transmissão.

Angeli diz que é uma possibilidade interessante tirar o recurso do Fundo Nacional de Segurança Pública porque uma das críticas é que a maior parte dos pedidos de acesso ao fundo pelos estados é para comprar armas e viaturas.

"Associar o fundo a um programa de redução da letalidade de policial apoiado em câmeras é interessante. Mas a gente tem uma polícia que está extremamente politizada e, a depender do estado, tem que ver como a polícia vai receber isso", disse.

Barcos na praia de Abraão, na Ilha Grande (RJ); preço da travessia disparou após a Prefeitura de Mangaratiba intensificou a fiscalização sobre os barcos Fotos Eduardo Anizelli/Folhapress

Barqueiros relatam pressão de fiscais no trajeto a Ilha Grande

Prefeitura de Mangaratiba (RJ) nega lucrar com serviço, cujo preço disparou 200%

Bruna Fantti

RIO DE JANEIRO A praia estava lotada quando teve início uma perseguição envolvendo dois barcos no mar de Conceição de Jacareí, distrito de Mangaratiba e ponto mais próximo de Ilha Grande, que pertence a Angra dos Reis, um dos destinos turísticos mais procurados do estado do Rio de Janeiro.

Flagrada em outubro do ano passado, a ação foi descrita como cena de filme por um banhista e consistia na atuação de fiscais da Prefeitura de Mangaratiba, que buscavam o barco de um pescador local que transportava banhistas entre os municípios.

Barqueiros locais, que atuam há mais de 20 anos no distrito transportando passageiros até Ilha Grande, dizem ter dificuldade para conseguir regularizar suas embarcações após a gestão do prefeito Alan Campos da Costa, o Alan Bombeiro (PP), intensificar a fiscalização de táxis boat no cais. Isso, segundo eles, seria uma maneira de privilegiar os barcos ligados a empresas de turismo que atuam na região.

Eles ainda relatam que vêm sendo vítimas de perseguição por parte de fiscais municipais, com ameaças e extorsão. A prefeitura nega irregularidades.

A CCR Barcas tem a licença para explorar o transporte de pessoas no trecho, mas só oferece os trajetos que ligam Ilha Grande ao centro de Angra dos Reis ou Mangaratiba. A viagem custa R$ 20,50, leva cerca de 1h30 e é oferecida uma vez ao dia.

Já os barcos que saem do cais de Conceição de Jacareí estão disponíveis o dia todo e fazem o trajeto até Ilha Grande em 15 minutos. O preço, no entanto, disparou desde a ofensiva municipal, saltando de R$ 60 para R$ 180 — um aumento de 200%.

A reportagem entrevistou seis barqueiros, que pediram para não serem identificados com medo de represálias. Eles explicam como funciona o suposto esquema envolvendo fiscais da prefeitura. Eles têm permissão dos agentes públicos que fiscalizam o cais para realizar três viagens ao dia.

Caso façam mais viagens, são reprimidos com práticas que classificam como típicas de milicianos, como cobrança de taxas e ameaças com armas. Em dias de grande movimento, segundo os barqueiros, os fiscais não permitem nem as três viagens, privilegiando assim os barcos ligados a empresas de turismo.

No dia em que a reportagem esteve no cais, viu os fiscais controlando as viagens dos barqueiros e anotando os embarques.

Em nota, a Prefeitura de Mangaratiba afirmou que não lucra com o transporte entre os municípios e que seus agentes não trabalham armados.

A gestão diz ainda que não permite que embarcações irregulares explorem atividades comerciais e turísticas.

"Justamente por isso, acontecem as operações de fiscalização e o controle das atividades no cais. Quando algum prestador de serviço atua de forma ilegal e é flagrado, a prefeitura coíbe a atividade, autua se necessário, e dá todas as instruções para que o mesmo possa se regularizar."

Procurada sobre as denúncias, a 3ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo de Angra dos Reis informou que algumas reclamações de barqueiros já foram alvo de apuração e, na época, não foram encontradas irregularidades para o embarque no cais. No entanto, o Ministério Público disse que vai "colher novos dados sobre a situação atual, especialmente sobre a atuação de agências de turismo".

Apesar das imagens feitas por banhistas em outubro mostrarem a perseguição em mar, distante do cais, a prefeitura disse que "a fiscalização do translado para Ilha Grande fica a cargo do governo estadual e também da Marinha". "A prefeitura é responsável somente pela operação e fiscalização no cais municipal", explica.

Ainda sobre a filmagem, a prefeitura disse que foi apreender um táxi boat irregular, quando "um dos tripulantes empreendeu fuga com um dos agentes no interior do barco, ocasionando assim, uma perseguição para que o resgate do funcionário fosse feito". O agente da prefeitura foi deixado em uma praia, já em Ilha Grande, cerca de 30 minutos depois.

A regularização dos preços das passagens e da fiscalização de transporte entre municípios, por lei, é de exclusividade do governo do estado.

Procurada, a CCR Barcas não quis se manifestar a respeito das empresas de turismo que realizam o transporte.

A Agetransp (Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários, Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro) disse, em nota, que "regula e fiscaliza apenas o transporte aquaviário operado pela concessionária CCR Barcas".

Turistas embarcam no píer de Conceição de Jacareí, em Mangaratiba; barqueiros locais podem fazer três viagens diárias

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Ao longo de décadas, contou e marcou a história de Alagoas

LUIZ SÁVIO DE ALMEIDA (1942 - 2023)

Bruno Lucca

SÃO PAULO O historiador e sociólogo Luiz Sávio de Almeida era tão alagoano quanto se pode ser. Dizia não ter vindo do ventre, mas sim da terra. Aquela boa terra entre Pernambuco, Sergipe e Bahia.

A paixão nutrida pelo estado foi transformada no fruto do conhecimento. Durante mais de cinco décadas, Sávio, como era conhecido, contou a história de Alagoas e estudou seu povo.

Boa parte dessas análises foi feita em salas da Ufal (Universidade Federal de Alagoas), da qual era professor emérito.

A figura do estudioso, inclusive, se mistura à da instituição de ensino. Nas bibliotecas, é difícil não se deparar com uma obra de Sávio sobre o estado. Em incontáveis livros e artigos, ele narra a criação, cultura, matas e povo alagoano. É autor obrigatório em quase todas as faculdades.

Sávio nasceu em Maceió no dia 31 de março de 1942. Se graduou em ciências jurídicas e sociais pela Ufal, fez mestrado em educação pela Universidade Estadual de Michigan, nos Estados Unidos, e doutorado em história pela UFPE (Universidade Federal de Pernambuco).

Não deixou seu conhecimento somente no âmbito acadêmico. Sávio emprestou também seu talento para o jornalismo e as artes cênicas, com autoria de peças teatrais. Seus temas eram sempre as minúcias do povo alagoano e nordestino, além dos povos originários. Falava de fome, doenças, desigualdades, racismo. Nada escapava de seu olhar preocupado.

"Quando lembro de Sávio, vem à mente uma foto que nunca fiz: a daquele homem sentado em uma pracinha na Ufal à espera de colegas e amigos como quem partilhasse de um parlatório. Esse é um quadro vivo em minha memória e que eu situo como o lugar de encontro entre o intelectual e o homem em sua escutatória", diz Raquel Rocha, professora do Instituto de Ciências Sociais da Ufal.

No seu estado, ao qual doou seus 80 anos e 11 meses vividos, morreu na sexta-feira (10). A causa não foi divulgada.

Luiz Sávio de Almeida deixa saudosos colegas, encantados alunos e engrandecidas as Alagoas, além de sua amada esposa, Myrian Almeida, seis filhos e nove netos.

ANTONIO EDUARDO ZUCCOLO
Aos 68 anos, casado com Maria Amélia Lodo Zuccolo. Cemitério Municipal de São João Batista, Bebedouro (SP).

ACIR VESPOLI LEITE
Aos 74 anos, casado com Regina Marcia Saran Della Torre Leite. Crematório Vale dos Pinheirais.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Crise na Terra Indígena Yanomami

Governo precisa responder à emergência e desfazer estragos dos últimos 4 anos

Marcia Castro
Professora de demografia e chefe do Departamento de Saúde Global e População da Escola de Saúde Pública de Harvard

Em 1984, foi proposto um modelo para o estudo dos determinantes da sobrevivência de crianças nos primeiros cinco anos de vida. Destaco três pontos importantes do modelo.

Primeiro, sob condições ideais, cerca de 97% das crianças deveriam sobreviver até os cinco anos de idade. A morte durante essa etapa da vida é, em sua maioria, uma consequência do efeito acumulado de fatores adversos que progressivamente deterioram a saúde.

Segundo, há cinco categorias de determinantes próximos que afetam diretamente a sobrevivência. Aqui estão incluídos fatores maternos (como idade da mãe), contaminação ambiental (ar, comida, água, insetos), deficiências nutricionais, acidentes e formas de controle de doenças.

Terceiro, variáveis socioeconômicas modificam os determinantes próximos e, através deles, afetam a sobrevivência de crianças. Essas variáveis estão relacionadas aos pais, ao domicílio e ao contexto ecológico, político e institucional no qual a criança está inserida.

A crise humanitária na terra Yanomami, a maior do país e localizada em Roraima, exemplifica esse modelo. A crise não é resultado de um evento único, imediato. O quadro severo de desnutrição das crianças, o pior já reportado entre comunidades indígenas nas Américas, não aconteceu da noite para o dia. A crise que ganhou a atenção do Brasil e do mundo em janeiro é reflexo de sucessivas ações de negligência, negação de direitos e mudanças na legislação ambiental.

Ressalto alguns eventos nesse processo cumulativo que contribuíram para a crise e que afetaram os determinantes próximos que mencionei anteriormente.

A partir da década de 80, quando ouro foi descoberto na Terra Indígena Yanomami, atividades ilegais de garimpo resultaram em epidemias de tuberculose e malária. Além disso, o uso do mercúrio nas atividades de garimpo contamina rios, peixes, plantas e o ar. As consequências são inúmeras e podem ser fatais (leucemia, atraso no desenvolvimento, complicações neurológicas etc.).

Após o desmonte do programa Mais Médicos, mais de 80% dos médicos que prestavam atendimento à população indígena perderam seus empregos e não foram totalmente substituídos. Isso afetou a capacidade de vigilância e controle de doenças.

Durante os últimos quatro anos, mudanças na legislação ambiental favoreceram o desmatamento e a expansão do garimpo ilegal (de ouro e cassiterita). A terra yanomami é a terceira em área garimpada, ficando atrás das terras Kayapó e Munduruku, ambas no Pará. Além disso, é a que possui o maior número de pistas de pouso, 75 ao todo, 34% localizadas a menos de 5 km de uma área de garimpo.

A malária nessa área aumentou drasticamente. Em 2021, cerca de 46% dos casos de malária em localidades indígenas foram observados na terra Yanomami. Em Roraima, do total de casos de malária reportados em 2017, 0,1% eram em localidades de garimpo e 22,6% em localidades indígenas. Em 2021 esses percentuais foram 26,4% e 54,9%, respectivamente.

A expansão desenfreada do garimpo também trouxe a violência (homicídios e estupros) e afetou a organização social do povo yanomami devido a cooptação de jovens indígenas para trabalhar no garimpo.

A crise humanitária na Terra Indígena Yanomami é uma tragédia anunciada. Não faltaram estudos, relatos e ofícios de alerta enviados ao Ministério Público Federal, à Funai e ao Exército. Todos vergonhosamente ignorados.

O atual governo não só precisa responder a essa emergência de saúde, humanitária e ambiental, como precisa reverter os estragos dos últimos quatro anos. Tarefa hercúlea de reconstrução, já em curso, fundamental para a sobrevivência da floresta e dos povos indígenas.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | **TER. Vera Iaconelli** | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Juliano Spyer, Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Músicas na banda do Monobloco, que se apresentou no Ibirapuera
Adriano Vizoni/ Folhapress

Folia em SP tem multidões, hits e manifestações pró-Lula

Pré-Carnaval engrena com artistas de peso, público engajado e chuva adiada

ALALAÔ

SÃO PAULO O pré-Carnaval de São Paulo mostrou sua força neste domingo (12), com artistas de peso levando multidões às ruas antes do temporal que, desta vez, esperou para cair no final da tarde. Com mais gente nos cortejos de blocos, também aumentaram as manifestações políticas.

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições presidenciais sobre Jair Bolsonaro (PL) foi lembrada em declarações de foliões e celebrada aos gritos em momentos de exaltação coletiva. Igualmente festejada, a vacina contra a Covid-19 era apontada por muitos como a grande responsável por devolver à cidade os desfiles, interrompidos por duas edições por causa da pandemia.

Locomover-se chegou a ficar impossível na rua da Consolação, onde o enorme Acadêmicos do Baixo Augusta, fez o público se espremer. Trajes de todos os tipos compuseram o colorido espetáculo, mas o vermelho era predominante. Não por acaso, gritos de "Lula, Lula" foram entoados algumas vezes durante o percurso.

Ainda houve homenagens a figuras populares do país, como o Zé Gotinha, personificado pelo professor universitário Tiago Campos, 35. "O Zé Gotinha não morreu, tá vivíssimo e farreando com o povo que ajudou a vacinar", disse.

O bloco apostou no ritmo do Olodum para a sua festa. Famosas madrinhas e musas estiveram lá, como a atriz Alessandra Negrini e Márcia Daylin, primeira bailarina trans do Theatro Municipal. Durante o desfile, Marina Sena, Tulipa Ruiz e Céu deram voz aos maiores hits de Gal Costa, morta em 2022, como "Chuva de Prata", "Festa do Interior" e "Baby".

"O Carnaval é o momento em que precisamos para extravasar", celebrou Vinícius Ulisses, 30. Morador de Itaquera, na zona leste, ele atravessou a cidade para festejar a volta do Carnaval acompanhando o Bloco da Lexa. A cantora carioca levou seu funk para a avenida Marquês de São Vicente, na Barra Funda, na zona oeste.

Para Guilhermina da Silva, 28, a chegada do Carnaval reafirmava que havia chegado "o ano da liberdade", disse. "A gente abre o peito e vai. Eu, como uma mulher trans, estou livre novamente. Essa sensação me acompanha nos blocos porque sei que, lá na frente, estão me defendendo."

Com o céu claro no início da tarde, o paulistano teve a chance de acompanhar a estreia de Maria Rita, com seu Bloco da Maria, na festa paulistana. Por volta do meio-dia, ela deu início à programação no Ibirapuera. "Vamos nos hidratar, respeitar. Não é não. Não vamos ficar passando a mão nas meninas nem nos meninos", avisou a cantora.

A mensagem também veio logo na abertura do Monobloco, no Ibirapuera. "Eu peço licença para chegar. Para chegar, eu peço licença. Saravá para quem é de saravá. Bença para quem é de bênção."

Estava dado o recado para a festa, que seguiu ensolarada e quente por toda a cidade.

Bruno Lucca, Matheus Tupina, Patrícia Pasquini e Roberto de Oliveira

Do chorinho ao funk, Rio tem domingo agitado

RIO DE JANEIRO Nem o céu acinzentado deste domingo (12) ofuscou as cores e a animação do Cordão do Boitatá. Com o tema "a retomada da democracia", o tradicional bloco abriu os desfiles do dia no centro do Rio.

Aos 66 anos, Regina Oliveira disse que pular o Boitatá é tradição. "Foi horrível ficar tanto tempo sem colocar o bloco na rua por causa da pandemia. Estou tão feliz de poder matar essa saudade aqui com a minha família", contou orgulhosa.

O cortejo, que celebra seus 27 anos, fez uma homenagem a Pixinguinha. Formada por mais de cem músicos, a banda fez uma longa parada diante da Casa do Choro, na rua da Carioca, para tocar composições dele.

O centro do Rio foi tomado ainda pelo megabloco Carrossel de Emoções, que ficou grande demais para a orla da Barra da Tijuca, na zona oeste, e passou à avenida Presidente Antônio Carlos.

No trio, Thiago Abravanel e Pocah comandaram a festa, com repertório das marchinhas ao funk para agradar todo tipo de folião.

Aléxia Sousa

equilíbrio

Ana Paula Aoletta, professora de português, nota dificuldade de atenção dos alunos Karime Xavier/Folhapress

Falta de sono por uso de telas afeta aprendizado de crianças e adolescentes

Professores observam dificuldade de foco na sala de aula; médicos recomendam limitar o uso de aparelhos eletrônicos antes de dormir

Gabriella Sales

SÃO PAULO Manter a concentração dos alunos nas aulas de português tem sido um desafio para Vanessa Soares, professora da rede estadual de São Paulo há 12 anos. O problema não é, necessariamente, o desinteresse pela matéria. Ela não consegue competir com a sonolência e o uso de celulares.

"Vemos muitos alunos com muito sono, e, quando a gente pergunta, eles foram dormir duas horas da manhã jogando na internet, usando o celular. Os pais têm dificuldade de controlar", relata.

Soares ensina crianças e adolescentes de 11 a 14 anos na cidade de Quatá, no interior paulista. Ela notou, nos últimos anos, uma piora expressiva na capacidade de concentração dos alunos, que estão cada vez mais sonolentos em sala de aula.

A dificuldade já existia antes da pandemia, mas piorou após o período de isolamento. Um estudo canadense, publicado na revista científica Jama Pediatrics em novembro de 2022, identificou que o tempo de tela de jovens até 18 anos aumentou em média 52% durante a pandemia.

"No período do isolamento, alguns jovens passavam de 14 a 16 horas por dia usando telas", aponta o pediatra Gustavo Moreira, especialista do Instituto do Sono. "Estudos mostram que três horas por dia já têm um efeito negativo."

As consequências do uso excessivo de celulares, tablets e computadores ainda estão sendo estudadas. Oftalmologistas acreditam, por exemplo, que o hábito esteja ligado ao aumento do número de casos de miopia em jovens.

A relação da luminosidade das telas com a dificuldade de dormir, porém, é facilmente explicada pela ciência.

Letícia Soster, responsável pelo laboratório de Sono Infantil do Instituto da Criança e do Adolescente do Hospital das Clínicas da USP e membro da ABS (Associação Brasileira do Sono), aponta que o organismo humano tem uma série de mecanismos para determinar o ciclo de sono, incluindo fatores comportamentais e o gasto de energia.

Contudo, um fator importante para que o corpo entenda que está na hora de dormir é a ausência de luminosidade, difícil de conseguir quando se tem contato constante com celulares, tablets e computadores.

"O nosso olho não entende a diferença entre a luz do sol e a luz de telas", explica Soster. "A criança que usa telas no fim do dia tende a empurrar o horário do início do sono."

É por isso que no período letivo muitos têm dificuldade de se adaptar aos horários e os efeitos são percebidos em sala de aula.

"A privação de sono tem vários efeitos neurológicos", afirma o pediatra Gustavo Moreira. Para crianças e adolescentes, dormir menos de nove horas por dia pode causar alterações de humor, dificuldade de memorização e de concentração.

Especialmente na adolescência, fatores fisiológicos e sociais dificultam que essa meta seja alcançada. Moreira ressalta que, enquanto crianças tendem a ser mais matutinas, adolescentes são vespertinos: sentem sono mais tarde à noite e têm mais dificuldade para acordar cedo.

"O horário da escola, que começa às 7h, é muito cedo para o adolescente", reforça Soster. Segundo a neurologista infantil, experiências em outros países mostram que atrasar o começo das aulas pela manhã pode ajudar os alunos a melhorar o rendimento.

A privação de sono associada ao uso de telas em excesso causa dificuldades no aprendizado e diminui o foco dos estudantes em sala de aula. Além disso, professores e especialistas têm observado um comportamento imediatista e ansioso.

> **Para adolescentes, dez da noite é um bom horário para dormir. Já para crianças menores, nove horas da noite**
>
> **Gustavo Moreira**
> pediatra especialista do Instituto do Sono

Ana Paula Aoletta, professora de língua portuguesa em São Caetano do Sul, na região metropolitana de São Paulo, diz que em resposta ao comportamento dos alunos, os professores precisam dinamizar "muito" as aulas, pois "qualquer atividade ou explicação que se prolongue um pouco, eles começam a dispersar".

Aoletta é professora há 19 anos e já ensinou crianças e adolescentes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental em escolas municipais da região do ABC Paulista. A profissional relata que, ao mesmo tempo que os alunos têm o raciocínio mais lento e a atenção prejudicada, também demonstram certa impaciência e dificuldade de aguardar respostas.

A professora Vanessa Soares concorda. "Eles querem tudo muito rápido."

Os especialistas ressaltam que os pais precisam estabelecer limites em casa para garantir que os filhos tenham uma boa rotina de sono. "Para adolescentes, dez da noite é um bom horário para dormir. Já para crianças menores, nove horas da noite", diz Moreira.

Soster reforça que é importante manter também horários semelhantes no final de semana. "Atrasar de uma a duas horas o horário de dormir, no máximo."

Para garantir que as crianças respeitem esses horários, um elemento importante é reduzir o uso de aparelhos eletrônicos, atividades e alimentos estimulantes no período da noite. A partir das sete horas, é recomendado reduzir o tempo de tela, além de buscar desligar os celulares cerca de uma hora antes de ir para a cama.

"A família deve buscar incluir as crianças em atividades sem telas," sugere Moreira. "Os mais velhos podem ajudar a preparar o jantar ou colocar a mesa, por exemplo."

esporte

PRANCHETA DO PVC

Paulo Vinicius Coelho
pranchetadopvc@gmail.com

O Brasil descobriu tarde o campeão Carlo Ancelotti

Carlo Ancelotti tem 63 anos, é técnico há 28 e ganhou sua primeira Champions League há 20. Tite o apontou como referência há seis anos, pela capacidade de montar times de acordo com o elenco.

Kaká o elegeu o melhor treinador com quem trabalhou há 15 anos! Ancelotti foi campeão inglês, na época com o melhor ataque de todos os tempos, é o único a vencer as cinco grandes ligas da Europa, levantou taças por PSG, Bayern e Real Madrid com melhor ataque e defesa menos vazada, com o Milan sem nenhum dos dois polos como destaque.

É brilhante por ser simples. Não se trata de um inovador como Guardiola, não é agressivo na marcação por pressão como Klopp, não é revolucionário como Cruyff.

Seu mérito é o de ser uma esponja, consumir informações, adaptá-las ao que conheceu como jogador, beber de diferentes fontes. Foi treinado por Arrigo Sacchi, o mais revolucionário técnico da década de 1980, junto a Cruyff, e nem por isso usa todos os seus ensinamentos.

Nem os despreza.

Faz política, a ponto de citar Silvio Berlusconi e Florentino Pérez na entrevista pós-título mundial.

Conta-se que, em 2021, quando parecia decadente na direção do Everton, décimo lugar no Campeonato Inglês, foi consultado por um dirigente do Real Madrid sobre um possível sucessor para Zidane. Afirmou: "Eu!".

Foi contratado e não desapontou. Vinicius Junior melhorou sob seu comando, Rodrygo foi decisivo, Benzema virou protagonista.

A revolução brasileira não depende de Ancelotti e seria mais transformadora se viesse Guardiola. Mas a mudança de que o Brasil precisa passa pela parte da imprensa que descobriu, apenas depois da Copa do Mundo, que Ancelotti ganhou títulos na Itália, na Inglaterra, na França, na Alemanha e na Espanha, nessa ordem.

Passa pelo respeito às etapas de trabalho, por não esperar Ancelotti montar seu primeiro time para chamá-lo de retranqueiro, como já foi quando dirigia o Milan.

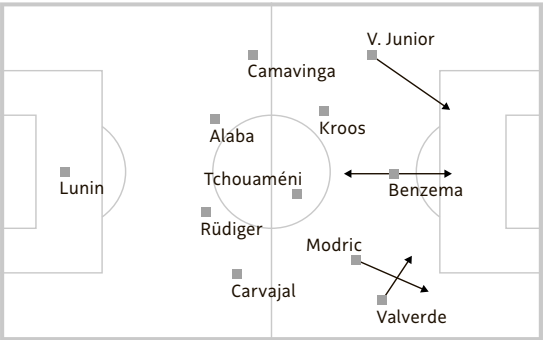
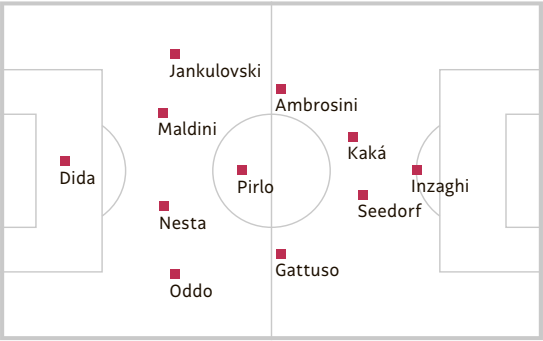
Seu sistema em formato de árvore de Natal tinha Kaká e Seedorf, dois meias logo atrás de Filippo Inzaghi, o único atacante, depois da venda de Shevchenko para o Chelsea. Só foi unânime depois de ganhar a Liga dos Campeões, numa final contra o Liverpool, em Atenas.

A maior sabedoria de Ancelotti é não transparecer que pode deixar o Real Madrid e ir morar no Rio de Janeiro, para dar sequência ao trabalho — e ao equilíbrio — que a seleção teve com Tite. Ancelotti é bom nome. Nada mais do que isso.

Se a negociação avançar e ele assumir a seleção, não será o primeiro estrangeiro, mesmo considerando que o argentino Filpo Núñez só se sentou no banco da seleção uma vez. O uruguaio Ramón Platero foi o técnico no Sul-Americano de 1925.

Inacreditável é perceber que Ancelotti é exaltado por quem condenou Tite, sem perceber que o técnico do Real Madrid foi a inspiração do ex-técnico da seleção.

Ancelotti é bom. A contratação será positiva, se acontecer. Mas não pode ser só o treinador. Nós, imprensa, dirigentes e torcida, precisamos mudar se queremos que algo mude de verdade.

O Real de Ancelotti, campeão do mundo

O Milan em sistema árvore de Natal

RONY NO ATAQUE

Abel mudou cinco peças na vitória do Palmeiras sobre o Água Santa, e foi a maneira de tirar Endrick, sem parecer castigo. Até porque Endrick não merece castigo. Crescer dói, e ele está crescendo a cada jogo sem gols. Giovani passou a ser o xodó. Palmeiras precisa dos dois.

DITO POPULAR

Disse o garçom corintiano, em São Paulo: "Se o Flamengo não foi campeão com Jesus, vai ser com esse Judas aí?". Não é Judas, e a graça não exclui dar chance para que Vítor Pereira prossiga seu trabalho. Se tentar desfazer o quarteto ofensivo, poderá perder qualidade.

ESPORTE AO VIVO | **16h45** Sampdoria x Inter — Italiano, STAR+ | **17h** Liverpool x Everton — Inglês, ESPN/STAR+ | **0h** Warriors x Wizards — NBA, BAND/TNT

Corinthians atropela Flamengo e conquista bi da Supercopa do Brasil

Equipe alvinegra de mulheres, acostumada a vencer, alcança feito que a de homens não tem

Marcos Guedes

SÃO PAULO O time feminino do Corinthians tem mais títulos da Supercopa do Brasil do que o masculino. A segunda taça conquistada pelo clube alvinegro em duas edições da competição em sua versão para mulheres foi obtida na manhã de domingo (12), com uma goleada por 4 a 1 sobre o Flamengo, no estádio de Itaquera, em São Paulo.

Os dois gols de Tamires e os dois de Millene —Daiane Santos descontou— construíram o placar, retrato da ampla superioridade da formação preta e branca, que mantém sua rotina de levantar troféus. Se a equipe de homens da agremiação do Parque São Jorge não ergue um desde 2019, aquelas chamadas de "Brabas" não param de comemorar.

O Corinthians reativou o futebol feminino em 2016 e já naquele ano levou a Copa do Brasil. Depois disso, triunfou três vezes no Campeonato Paulista (2019, 2020 e 2022), quatro no Brasileiro (2018, 2020, 2021 e 2022) e três na Copa Libertadores (2017, 2019 e 2021), sempre sob comando de Arthur Elias.

Agora, veio o bi da Supercopa do Brasil (2022 e 2023), competição vencida pelo time masculino em 1991, também em confronto com o Flamengo. Na ocasião, o torneio ainda era pouco prestigiado.

A partida deste domingo teve 25.779 espectadores na Neo Química Arena. Um público de ampla maioria corintiana que não precisou esperar nem um minuto para comemorar. Bárbara fez ótima defesa em chute de Gabi Portilho, mas Belinha pegou o rebote e deixou Tamires em ótima posição para marcar.

Alvinegras celebram gol na final Ettore Chiereguini/Agif/Folhapress

O Flamengo tentou reagir e teve momentos de perigo, mas viu sua situação se complicar em pênalti cometido por Bárbara em Vic Albuquerque. Millene converteu, aos 36. Ainda no primeiro tempo, aos 49, Vic Albuquerque ficou com sobra na meia-lua e tocou para Millene, que, na cara de Bárbara, concluiu com precisão.

A partida praticamente se resolveu antes do intervalo. Na volta, aos 12 minutos da etapa final, Gabi Portilho fez boa jogada pela direita e cruzou para Tamires concluir de pé direito. Ficou estabelecida a goleada, que não foi ameaçada pelo gol solitário rubro-negro, em cabeceio de Daiane Santos, aos 24.

Foi o jogo mais fácil do Corinthians na Supercopa, que, em sua versão feminina, reúne em mata-mata os quatro melhores de cada uma das duas divisões do Campeonato Brasileiro. A equipe alvinegra venceu o Atlético Mineiro por 1 a 0 e derrotou o Internacional por 2 a 1 antes de se impor sobre o Flamengo, que só mais recentemente passou a fazer maiores investimentos na modalidade.

À tarde, foi a vez de o time masculino preto e branco entrar em campo, pelo Paulista. A partida contra a Portuguesa foi realizada em Brasília, aonde o clube rubro-verde levou o duelo por questões financeiras. O Corinthians não conseguiu se impor, e o placar ficou em 0 a 0.

Em Diadema, também pelo Estadual, o Palmeiras derrotou o Água Santa por 1 a 0, com um gol de Rony, e manteve a liderança no torneio.

No clássico entre São Paulo e Santos, o clube paulistano se impôs e venceu em casa por 3 a 1, com gols de Calleri, Galoppo e Luan. O Santos teve dois jogadores expulsos, Lucas Pires e João Lucas, e, com dificuldades na temporada, está na lanterna do Grupo A .

Museu Pelé tem boom de visitações após morte do Rei

SANTOS O museu que leva o nome de Pelé em Santos, no litoral paulista, vive um boom de visitações desde a morte do craque, em 29 de dezembro.

Em janeiro, 11.349 pessoas passaram pelo local. O número é o segundo maior desde a inauguração do espaço, em junho de 2014, com 23.960 pessoas.

"Só no dia 30 de dezembro tivemos mais de 6.000 presentes, o dobro da média mensal de 2022, que é de 3.663, e o maior número já registrado em um só dia", disse Selley Storino, secretária de empreendedorismo, economia criativa e turismo de Santos.

No último ano, o Museu Pelé recebeu 29.308 pessoas, 7.708 delas em janeiro. Exceção feita a 2021, por causa da pandemia da Covid-19, o mês é sempre o mais movimentado, impulsionado pelo intenso volume de turistas. Mesmo assim, jamais havia sido ultrapassada a casa dos 10 mil.

A melhor temporada foi a inaugural, em 2014, quando 56.890 pessoas passaram pelo local. Desde então, houve queda.

O museu do Rei do futebol sempre enfrentou dificuldades financeiras, o que causou também problemas estruturais.

A expectativa, agora, é manter o fôlego e ainda mais vivos a imagem e os feitos de Pelé.

Klaus Richmond

RIHANNA FAZ SHOW DO INTERVALO DO SUPER BOWL DEPOIS DE 5 ANOS LONGE DOS PALCOS
Usando um macacão vermelho, Rihanna se apresentou em plataformas suspensas no intervalo do Super Bowl, disputado por Kansas City Chiefs e Philadelphia Eagles. O repertório incluiu hits como 'Where Have You Been' e 'Work'. Os Chiefs venceram a final da NFL por 38 a 35 Carmen Mandato/Getty Images via AFP

Fez-me rir, faz-me chorar

Lusa e Timão têm história na qual os maiores feitos são da Portuguesa

Juca Kfouri

Jornalista, autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

Portuguesa e Corinthians jogaram no Mané Garrincha. Nem para voltarem a se enfrentar no Canindé, em nome da nostalgia.

Sim, é claro, a grana prevalece: um milhão de reais.

Havia oito anos que não se enfrentavam no que já foi renhido clássico e no qual os lusos têm mais façanhas a contar.

Basta dizer que, em 2013, nem faz tanto tempo, a Lusa faz 4 a 0 no rival que tinha Tite no banco, Cássio e Gil em campo.

Verdade que em 1927 o alvinegro aplicou 10 a 1 no rubro-verde, mas, no profissionalismo, por duas vezes a Lusa marcou sete gols no Timão: 7 a 3, em 1951, e 7 a 0, em 1961.

Em 51, o Corinthians foi campeão; em 61, virou "Faz-me rir".

Em Brasília, o 0 a 0 fez chorar. Um horror.

Endrick batizado

Até demorou, mas surgiu um zagueiro de fazenda e experiente para tentar intimidar o menino Endrick.

A infrutífera tentativa coube ao beque Rodrigo Sam, 27, 11 anos a mais que a joia alviverde, já negociada com o octocampeão mundial Real Madrid por 60 milhões de euros.

Ao entrar no segundo tempo para ajudar a manter a vitória por 1 a 0 sobre o Água Santa, a invencibilidade e a liderança do Palmeiras no Paulistinha, Endrick recebeu ameaça de Sam e reagiu à altura.

Ao ser empurrado contra uma placa de publicidade na lateral do campo, o menino reagiu altivo, recusou a mão provocadora estendida em cínico pedido de desculpas e devolveu a entrada dura em seguida.

Mal-educado, violento, marrento? Não, apenas maduro, seguro de si, disposto a mostrar que ninguém vai se criar em cima de sua pouca idade.

Irá longe.

Imperdível

Nesta quarta-feira (15), em Londres, às 16h30, o City, vice-líder do Campeonato Inglês, a três pontos do líder Arsenal, embora com um jogo a mais, visita o rival para fazer o jogo adiado por causa da morte da Rainha Elizabeth 2ª.

A 16 rodadas do fim do torneio, ainda faltará o jogo entre os dois pelo segundo turno — os comandados por Pep Guardiola em busca do tricampeonato e o Arsenal atrás de sair da fila de 19 anos.

Tricampeões, desde o primeiro campeonato, em 1889, só o Arsenal, em 1935, o Liverpool, em 1984, e o Manchester United, por três vezes: em 2001, 2009 e 2014.

Em 2020 o Liverpool impediu o tri do City, e agora o obstáculo maior é o Arsenal, embora o United também esteja no páreo.

O melhor campeonato do Planeta Bola deve viver uma jornada imperdível nesta semana.

Majestoso recordista

O competente vizinho Sandro Macedo já vez a devida homenagem ao fenomenal LeBron James, novo recordista de pontos em temporadas normais da NBA ao quebrar o recorde do lendário Kareem Abdul-Jabbar, que durava 34 anos, com 38.387 pontos.

Imaginava-se que Jabbar ficaria triste com a quebra, e o que se viu foi o gigante no ginásio do Los Angeles Lakers para homenagear o novo recordista.

Mais. Ativista e escritor de mãos cheias, Jabbar escreveu longo texto recheado de elogios a LeBron, pela atuação dentro e fora das quadras.

E destacou, ao dizer que só se lembrava de sua marca quando alguém fazia referência: "Se eu tivesse de escolher entre manter meu recorde de pontuação intacto por mais cem anos ou passar uma tarde com meus netos, estaria no chão em segundos empilhando Legos e comendo biscoitos".

Quem é avó ou avô sabe quão verdadeira é a frase.

Viva!

As Brabas agora bicampeãs da Supercopa do Brasil! 4 a 1 nas flamenguistas.

FOLHA POR FOLHA

'Recuperei as fotos feitas nos ataques de 8 de janeiro exatamente um mês depois'

Pedro Ladeira

BRASÍLIA Exatamente um mês após o domingo dos ataques antidemocráticos em Brasília, vi pela primeira vez parte das fotos que eu havia feito naquele 8 de janeiro para a **Folha**. As imagens que eu imaginava perdidas são registro histórico de grande importância: mostram o Palácio do Planalto invadido e o confronto entre a polícia e os golpistas, em meio a uma espessa nuvem de gás lacrimogêneo.

As fotos tinham se perdido junto com o equipamento fotográfico que me foi roubado por bolsonaristas que participaram do protesto.

A sensação é que havia algum tipo de orientação para evitar que a imprensa cumprisse o seu papel e cobrisse o que acontecia nas sedes dos Três Poderes, o STF (Supremo Tribunal Federal), o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto. Vários jornalistas foram agredidos e impedidos de trabalhar. Fotógrafos tiveram cartões de memória e baterias arrancados das câmeras, outros perderam todo o equipamento em meio a agressões e ofensas.

Eu havia sido chamado às pressas pelo meu editor para tentar fotografar a invasão e depredação dos prédios públicos. Estava de folga naquele domingo e terminava um almoço de comemoração do aniversário do meu filho.

Ao chegar à Praça dos Três Poderes, vi um assustador campo de batalha. Golpistas que ocupavam a rampa do Palácio do Planalto usavam objetos retirados de dentro da própria sede do Executivo como escudo contra bombas de gás e balas de borracha disparadas pela tropa de choque da Polícia Militar. Na Praça dos Três Poderes, pessoas improvisavam picaretas para arrancar as pedras portuguesas do chão e atirá-las na polícia. Centenas de pedras eram atiradas enquanto os policiais revidavam com armamento não letal.

Fui tentando posicionar-me de forma segura em meio a esse caos, para fotografar tudo o que podia. Aproximei-me do Palácio do Planalto para tentar entrar, mas era exatamente onde o confronto com a polícia estava mais forte — não dava para chegar perto naquele momento.

Fotos do 8 de janeiro, recuperadas um mês depois, mostram vândalos que invadiram as sedes dos Três Poderes em Brasília em confronto com agentes de segurança Fotos Pedro Ladeira/Folhapress

Estava fotografando esse confronto dos golpistas com a tropa de choque quando um bolsonarista começou a apontar para mim e chamar outros vândalos, gritando que eu era jornalista e que estava lá para prejudicá-los. Tentei conversar, argumentar que estava apenas registrando os fatos, mas não havia conversa possível. Logo fui cercado e começaram as agressões verbais e físicas. Entre empurrões, tapas e chutes, eles avançaram para pegar minhas câmeras. Tentei resistir, mas eram muitos; eu estava sozinho e totalmente cercado. Um deles quebrou a lente grande angular que estava em uma das minhas câmeras e logo na sequência uma mulher conseguiu arrancar a outra câmera que estava com uma teleobjetiva das minhas mãos e saiu correndo.

Apenas 15 minutos depois que eu havia chegado, a minha cobertura estava encerrada e as fotos perdidas, além do prejuízo material do equipamento da **Folha**.

Passado um mês de tudo isso, no final da manhã do dia 8 de fevereiro, fui avisado por um colega fotógrafo que havia um anúncio na internet de uma câmera semelhante a que me foi roubada por um preço muito mais baixo do que o valor de mercado, o que geralmente acontece com equipamentos roubados. Ao ver as fotos do anúncio, tive certeza tratar-se da minha câmera, pois havia uma marca de uso —um arranhão bem característico— que aparecia de forma nítida nas imagens publicadas.

Ao longo do dia, dois amigos ficaram conversando com o vendedor, por meio de mensagens na plataforma de vendas, manifestando interesse em comprar o equipamento. Eles negociaram como e onde poderia ser a entrega e o pagamento. Enquanto isso, eu fui até a Polícia Civil para ver o que poderia ser feito. Quando consegui falar com os agentes do Decor (Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado), órgão à frente da investigação dos roubos e agressões aos jornalistas em 8 de janeiro, o delegado prontamente armou uma operação de tocaia para pegar o vendedor em flagrante no ato da venda.

Precisamente um mês depois dos ataques antidemocráticos, mais ou menos na mesma hora em que eu havia sido agredido e roubado, a polícia prendeu o rapaz que estava com minha câmera. Surpresa maior, os policiais recuperaram também o cartão de memória intacto com todas as fotos feitas naquele dia.

Fui tomado por uma felicidade incrível. Muito mais do que a perda dos equipamentos e a agressão sofrida, ter perdido as fotos históricas feitas naquele dia era o que mais me entristecia.

NICE REALIZA SUA 150ª PARADA DE CARNAVAL
Sob o tema "Rei dos tesouros do mundo", artistas desfilaram neste domingo (12) pelas ruas da cidade do sudoeste da França nos festejos de Carnaval, que seguirão até o dia 26 Valery Hache/AFP

MENSAGEIRO SIDERAL | *Salvador Nogueira*
folha.com/mensageirosideral

SpaceX quer lançar em março o maior foguete da história

A SpaceX está muito perto de realizar o primeiro teste orbital do veículo Starship, que a Nasa espera usar para levar tripulações à superfície da Lua a partir de 2025. Na última quinta-feira (9), a empresa conduziu com sucesso um teste de disparo estático do primeiro estágio do foguete.

Foram só 15 segundos de queima, enquanto o lançador era mantido preso à plataforma, em Starbase, instalação da empresa espacial americana em Boca Chica, no Texas. Mas é difícil subestimar mesmo um teste desses. Nunca antes na história dos foguetes tantos motores foram acionados juntos: 31 ao todo (o recorde anterior pertencia ao antigo foguete N1 soviético, com 30, seguido pelo Falcon Heavy, da própria SpaceX, com 27).

Para que se tenha uma ideia, o empuxo gerado por esses motores foi ligeiramente maior que o do primeiro estágio do Saturn V, foguete lunar desenvolvido nos anos 1960, era capaz de produzir, e um pouco menor do que o do SLS, novo foguete da Nasa testado com sucesso no ano passado na missão Artemis 1. Mas esse é o desempenho "meia bomba" do Starship, menos da metade da sua capacidade total.

Ainda assim, o que se viu foi um rápido episódio de fúria da natureza, conforme revoadas de pássaros se misturavam à pluma gerada pelo poderoso disparo, queimando metano e oxigênio líquidos em temperaturas criogênicas. Terminado o teste, plataforma e foguete estavam aparentemente intactos. Melhor resultado não se poderia esperar.

Vale destacar que o primeiro estágio do Starship tem 33 motores, o que significa que dois não se acenderam. Segundo Elon Musk, um foi desligado antes do teste por decisão dos engenheiros; o outro se desligou de forma autônoma no disparo. Ainda assim, o veículo conta com redundância, e Musk disse que 31 teriam sido suficientes para atingir a órbita, se fosse um lançamento.

Com o avanço, a expectativa é que um voo-teste até a órbita possa ser feito em março. Mas falta analisar os resultados do teste e decidir como proceder com relação aos dois motores não disparados. Também não há ainda autorização da FAA (agência federal de aviação americana) para o lançamento, mas Gnynne Shotwell, presidente da SpaceX, disse esperar que ela venha mais ou menos na mesma época em que estarão prontos para voar.

Caso atinja a órbita, o Starship se tornará o foguete mais poderoso já construído. Com a capacidade para ser reabastecido em órbita, e totalmente reutilizável (ao menos em princípio), ele poderia levar mais de cem toneladas à superfície da Lua ou a Marte, o que seria uma mudança radical nas capacidades de transporte espacial. A agência espacial americana conta com ele para as missões Artemis 3 e 4, que devem conduzir as duas primeiras alunissagens tripuladas do século 21.

Shotwell diz que a SpaceX espera realizar uma centena de voos antes que ele possa transportar humanos. Mas, para o primeiro teste, a ambição é bem mais modesta: "O objetivo de verdade é não explodir na plataforma. Isso é sucesso".

ACERVO FOLHA
Há 100 anos 13.fev.1923

Fenianos, Tenentes e Democráticos desfilam no fim do Carnaval do Rio

O Carnaval terminou com grande imponência no Rio de Janeiro nesta terça (13).

Cerca de 300 mil pessoas foram à região da av. Rio Branco, onde à noite desfilaram os três grandes clubes: Fenianos, Tenentes e Democráticos.

Todos os grupos levaram magníficas alegorias e fizeram brilhantes préstitos. À tarde, foi realizado o corso de automóveis.

A polícia efetuou prisões, a maioria por conflitos e embriaguez, mas as festas foram celebradas com ordem e entusiasmo.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Folha da Noite

O "CORNER" DO ALGODÃO

A fábrica de pérolas

Estúdio A24, por trás do sucesso de 'Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo' e do novo 'Pearl', empilha indicações ao Oscar e arrebanha um séquito de fãs ao redor de seus filmes

A atriz Mia Goth no cartaz do filme 'Pearl', de Ti West, da produtora A24 Divulgação

Pedro Strazza

SÃO PAULO Mesmo que se trate de um filme de horror, com mortes sangrentas e cenas de muito suspense, o clímax de "Pearl" é um longo monólogo.

A protagonista Pearl, vivida por Mia Goth, acaba de viver sua maior frustração na história. Ela retorna aos prantos à fazenda onde mora e desabafa sobre o mal que aflige tanto o seu coração. O que acontece a seguir é uma enorme confissão de Pearl à cunhada sobre a chacina cometida ao longo do filme, um lamento registrado numa tomada de quase dez minutos de duração no rosto da personagem.

Os louros da cena pertencem ao diretor Ti West, mas também a Goth, neta da atriz brasileira Maria Gladys, musa do cinema marginal. "Eu queria o desafio", diz a atriz, em entrevista por videoconferência. Ela conta que o monólogo surgiu de uma colaboração criativa dela com o cineasta, junto de quem escreveu o roteiro do novo filme.

"Ele teve essa ideia de ser uma cena feita em uma tomada, e eu lembrei que tinha assistido ao 'Fome', de Steve McQueen, que tem uma cena fantástica em que Michael Fassbender faz algo similar. Havia algo ali que era muito inspirador, e então nós construímos o momento a partir disso."

Filmada no último dia do set, em cinco ou seis tomadas, a cena se tornou uma das mais elogiadas do filme. Com a chegada da temporada de premiações, virou um dos principais argumentos para apontar que a atriz foi esnobada pelo júri do Oscar.

XODÓ DOS CINÉFILOS
É impressionante notar o status de queridinha de todas as produções da A24 —seja do público, da crítica ou de ambos, fato raro no 'ame ou odeie' da festa do Oscar

Dá para apontar muitos culpados —incluindo o eterno ostracismo do horror no prêmio, como Goth comentou na semana do anúncio—, mas é impossível dizer que a A24, estúdio que está por trás da produção, falhou em seu objetivo.

A produtora acumula 18 indicações no Oscar deste ano, número que não só é um recorde na sua história, como o maior na disputa entre as produtoras —em tese só perde para a Disney, que soma 22 nomeações com filmes produzidos desde que acoplou os antigos estúdios Fox à Pixar e depois à Marvel.

É impressionante notar o status de queridinha de quase todas as produções da A24 —seja do público, da crítica ou de ambos, fato raro no típico "ame ou odeie" da grande festa do cinema e da própria indústria de Hollywood.

Continua na pág. C2

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

PENTE FINO

O relatório do Tribunal de Contas do Estado (TCE) de São Paulo que motivou a abertura de uma investigação contra a gestão do MIS (Museu da Imagem e do Som) identificou irregularidades como conflito de interesse, impessoalidade de gestores e contratação de serviços sem cotação. E recomendou que R$ 2,3 milhões sejam devolvidos à Secretaria de Cultura.

LUPA A Organização Social (OS) Associação Cultural Ciccillo Matarazzo é quem gere o MIS, o MIS Experience e o Paço das Artes, todos localizados na capital. O documento da corte de contas, obtido pela coluna, é assinado por um agente de fiscalização do órgão. O processo ainda será julgado.

CONTA... O relatório aponta que, em 2020, o então diretor cultural da OS, Cleber Papa, contratou serviços de "curadoria, pesquisa e coordenação de produção" da empresa de sua mulher, Rosana Caramaschi. Ao todo, teriam sido realizadas nove transferências que totalizaram R$ 39 mil. Segundo o documento, não houve cotação de fornecedores.

... CORRENTE "É possível concluir que a relação comercial e pessoal existente entre o diretor cultural da entidade e a senhora Rosana, visto que ambos dividem o mesmo endereço residencial, macula o contrato em análise, pois fere os princípios da moralidade e da impessoalidade explícitos", afirma o tribunal de contas.

ÀS CLARAS Procurada, a Associação Cultural Ciccillo Matarazzo diz que não há irregularidades e que "todas as questões" já foram devidamente esclarecidas junto ao tribunal.

DE OLHO O TCE também constatou que houve conflito de interesse no aluguel do espaço do MIS Experience, situado em um imóvel cedido pela Fundação Padre Anchieta. Um termo de cooperação foi firmado em junho de 2019. Em dezembro de 2020, porém, houve uma mudança de cláusula que definiu um pagamento mensal de R$ 96 mil da Organização Social à Fundação pela utilização do local —valor superior ao que era previsto inicialmente, segundo o tribunal.

CURRÍCULO A corte aponta que o atual diretor do MIS, Marcos Mendonça, presidiu a Fundação Padre Anchieta até um mês antes de assumir o equipamento cultural, em 2019.

NÃO É BEM ASSIM Defensorias Públicas de 14 estados elaboraram uma nota técnica em que criticam o uso do órgão para defender os "interesses do feto" em ações judiciais. A manifestação ocorre após a Defensoria Pública do Piauí assumir a função no caso de uma menina de 12 anos que, vítima de sucessivos estupros, engravidou por duas vezes.

BEM ASSIM 2 Os órgãos afirmam que nomeações de um curador para o feto em ações que versam sobre aborto legal carecem de respaldo legal e constitucional no país. "Não é possível que o sistema de Justiça e, principalmente a Defensoria Pública, contribua sujeitando meninas a mais violências por meio de atuações discriminatórias", diz a nota.

PIPOCA

Fotos Mathilde Missioneiro/Folhapress

A atriz Ana Flávia Cavalcanti 1 recebeu convidados na estreia da série "Santo Maldito" (Star+), protagonizada por ela, no MIS (Museu da Imagem e do Som), em São Paulo, na semana passada. A cantora Assucena Assucena 2 e o ator Marcelo Serrado 3 prestigiaram a sessão

VIVA VOZ O Greenpeace Brasil vai lançar nesta segunda (13) uma petição pedindo que o governo federal, a Presidência da República e os governadores dos estados da Amazônia tomem medidas para a retirada de garimpeiros de dentro das terras indígenas do Brasil.

VIVA VOZ 2 "Não é só o mercúrio que contamina o solo, os rios e os animais. Há também os problemas sociais como os trabalhos forçados, a violência sexual, a disseminação de doenças e a cooptação e o aliciamento dos jovens originários", alerta o abaixo-assinado.

ALALAÔ O cantor e compositor Gilberto Gil vai se apresentar ao lado da ministra da Cultura, Margareth Menezes, no camarote Expresso 2222, um dos mais disputados do Carnaval de Salvador. O espaço, que é comandado por Gil e sua mulher, Flora Gil, volta a funcionar no edifício Oceania, em frente ao Farol da Barra.

ALALAÔ 2 Eles sobem ao palco no sábado (18). O show será transmitido em um telão na fachada do camarote, que é exclusivo para convidados.

PALCO A Natura Musical anunciará nesta segunda-feira (13) os 30 projetos que patrocinará em 2023. Entre os agraciados estão as cantoras Melly e Paige e a rapper Brisa Flow com a sua turnê "Abya Yala em Trânsito", que passará por México, Chile e Bolívia —este é o primeiro ano em que a plataforma fomenta iniciativas pela América Latina. A seleção foi feita entre cerca de 2.500 inscritos.

COXIA A peça "Dom Quixote", dirigida por Fernando Philbert e estrelada por Leonardo Bricio e Kadu Garcia, vai estrear no dia 24 de março no Teatro Renaissance, em SP. A adaptação e tradução é do imortal Geraldo Carneiro.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

As atrizes Mia Goth e Emma Jenskins-Purro em cena do filme 'Pearl', do diretor Ti West Christoper Moss

A fábrica de pérolas

Continuação da pág. C1

Isso inclui "Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo", atual favorito da categoria de melhor filme e líder de indicações; "Aftersun", eleito pela revista Sight and Sound como melhor filme do ano passado; e "A Baleia", que surpreendeu nas bilheterias americanas.

É um feito e tanto para um estúdio que foi fundado em 2012 e, em dez anos, já venceu um Oscar de melhor filme —por "Moonlight: Sob a Luz do Luar", em 2017. A A24 é figurinha marcada na premiação, com pelo menos um filme seu na lista desde 2015.

E a lista de hits só aumenta. Produções como "O Cavaleiro Verde", "Minari", "Joias Brutas", "Hereditário", "Lady Bird" e "O Lagosta" ganharam fãs graças à máquina de marketing do estúdio, que até abriu uma loja online.

No site oficial, moletons a US$ 80, cerca de R$ 415, roteiros, itens simbólicos das produções, como luvas com dedos que emulam salsichas, referência a "Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo", e até coleiras para animais de estimação a US$ 28, cerca de R$ 145 o preço de cada peça.

Segundo Goth, o sucesso está ligado à posição que o estúdio nutre com os realizadores. "Como uma produtora, eles lutam por diretores emergentes e confiam neles", afirma. A parceria é o norte maior da A24, que se especializou em apostar em projetos vistos como muito alternativos pelos estúdios mais tradicionais.

Essa sensação é dividida por Leonardo Amorim. Estudante de arquitetura e hoje com 25 anos, Amorim criou em 2021 a A24 Brasil, uma página dedicada aos filmes e séries da produtora. "Um grande apelo da A24 é que ela dá muita liberdade criativa a todos que estão envolvidos nos projetos dos filmes", afirma.

Ele diz que a produtora conserva um crivo sobre as suas produções e obras distribuídas que criou um status —e até uma marca própria.

"Ainda que o estúdio não produza tudo o que distribui, você acaba falando 'nossa, isso é a cara da A24'", ele conta.

A página nasceu durante a popularização dos perfis de redes sociais dedicados ao cinema e depois de ele perceber que não havia uma dedicada ao estúdio no país. A coisa cresceu rápido. Hoje, a A24 Brasil acumula mais de 80 mil seguidores no Twitter e 11 mil no Instagram, além de uma equipe de sete pessoas espalhadas pelo país e um site dedicado só para o assunto.

Amorim diz que o crescimento do perfil acompanha a percepção do público brasileiro. "Muita gente não conhecia a A24 e seguia porque achava que a página era sobre filmes", ele afirma.

O interesse dos brasileiros pelo estúdio é recente, posterior até mesmo ao Oscar de "Moonlight". Mas é um público barulhento. Nas redes sociais, são comuns as reclamações sobre a demora do lançamento dos filmes da A24 em relação aos Estados Unidos.

A questão é que a companhia não é uma distribuidora global e está voltada ao mercado americano, o que acrescenta partes à cadeia de lançamento de filmes com seu próprio selo em outros países.

Esse status de cult atingido agora pela produtora é algo natural aos olhos de Pedro Curi, o coordenador do curso de cinema e audiovisual da Escola Superior de Propaganda e Marketing, a ESPM, e especialista em cultura de fãs.

"A A24 se caracteriza por ser essa marca que começa com filmes mais autorais e acaba formando no Brasil um grupo de fãs bastante 'nichado' por promover essa curadoria de filmes", afirma. "Hoje em dia, é como se fosse uma marca de filmes mesmo, uma em que as pessoas já sabem que vai haver diretores, histórias e estéticas que dialogam com o que costumam gostar."

No Brasil, são várias as empresas que cuidam dos longas produzidos ou distribuídos pela A24. Suas experiências, em algum nível, acabam se equiparando.

Continua na pág. C3

Continuação da pág. C2

"Existe um público cativo e, claro, bastante exigente", diz Gabriel Gurman, diretor geral da Diamond Films Brasil, distribuidora parceira da A24 na América Latina. "Temos percebido, cada vez mais, que o brasileiro reconhece a relevância da A24 e enxerga nela um selo de qualidade. É um fato raro no mercado audiovisual."

Segundo o executivo, essa parcela da audiência está atenta à recepção dos filmes no exterior e a como a distribuição acontece lá fora, cobrando um tratamento equivalente dos títulos por aqui. Ele acrescenta que as duas empresas discutem suas estratégias de marketing.

A Paris Filmes, responsável pela distribuição no Brasil dos filmes "Men", de Alex Garland, e "Midsommar", de Ari Aster, tende a concordar. Segundo Marcio Fraccaroli, CEO da distribuidora, a produção contínua de títulos não convencionais e contundentes em proposta agradaram a um público bem específico.

Para chamar essas pessoas, a Paris se preocupou em posicionar os filmes como da A24, vendendo os títulos como produções de arte em vez de um terror mais tradicional.

Os resultados são variados. O caso emblemático é o de "Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo", maior sucesso financeiro da história da A24, que estreou nos Estados Unidos em abril e no Brasil no fim do mês de junho passado.

Na América do Norte, o filme passou dos US$ 70 milhões, cerca de R$ 363 milhões, ampliando o número de salas a cada semana. Em terras brasileiras, a carreira foi de R$ 3,8 milhões, com público de 180 mil e dois meses entre as maiores arrecadações da semana. Com o Oscar, o filme retornou às salas de cinema na semana passada.

Sobre os quase três meses de espera, Gabriel Gurman diz que a Diamond fez conscientemente a opção pela campanha mais longa, dado que o filme não era daquele formato mais conhecido das pessoas.

O desafio se impõe agora a "Pearl", que chega ao país sob acordo de subdistribuição entre a Universal Pictures e a Cinecolor. Tensão não falta. O longa é um prelúdio de "X - A Marca da Morte", também dirigido por Ti West, que foi lançado pela Playarte em agosto do ano passado, cinco meses depois do lançamento nos Estados Unidos. A bilheteria foi pífia, de R$ 916 mil e 50 mil espectadores em 267 salas.

Em público, perde até para "Aftersun", que é da A24 lá fora e da Mubi aqui. Lançado pela O2 Play, o longa de Charlotte Wells recentemente chegou a 57 mil ingressos vendidos no Brasil, ocupando menos de 50 salas. Procurados pela reportagem, a Mubi e a Playarte não responderam ao contato.

Mesmo assim, David Trejo, diretor geral da Cinecolor do Brasil, vê o cenário com otimismo. Além da empresa estar motivada pelo entusiasmo das redes, ele não vê a distribuição de "X" como obstáculo e acredita que o filme pode furar a bolha. A divulgação, inclusive, mira fãs de terror, da franquia, de Mia Goth e, sim, da produtora A24.

> "
> A A24 se caracteriza por ser essa marca que começa com filmes mais autorais e acaba formando no Brasil um grupo de fãs bastante 'nichado' por promover essa curadoria de filmes. Hoje em dia, é como se fosse uma marca de filmes mesmo, uma em que as pessoas já sabem que vai haver diretores, atores, histórias e até mesmo estéticas que acabam dialogando com aquilo de que elas costumam gostar
>
> **Pedro Curi**
> professor da ESPM

'Pearl' é conteúdo extra para um DVD de filme de terror

CRÍTICA
Pearl
★★☆☆☆
Estados Unidos, 2022. Dir.: Ti West. Com: Mia Goth, Emma Jenkins-Purro, David Corenswet.
18 anos. Nos cinemas

Ieda Marcondes

Quando os indicados ao Oscar deste ano foram anunciados, fãs de terror protestaram a omissão de Mia Goth na categoria de melhor atriz pelo seu trabalho em "Pearl", sequência de "X - A Marca da Morte", também dirigida por Ti West. Apesar do seu talento inegável, Goth não alcança o mesmo patamar das injustiçadas Toni Collette no filme "Hereditário" ou Lupita Nyong'o, que trabalhou em "Nós".

Passado em 1918, durante a pandemia da gripe espanhola —pano de fundo que não serve qualquer outro propósito ao roteiro fora a alusão ao coronavírus—, "Pearl" é permeado de referências anacrônicas como "O Mágico de Oz", clássico com Judy Garland que só seria lançado duas décadas depois, ou os melodramas coloridos do cineasta alemão Douglas Sirk dos anos 1950.

Se diretores como Robert Eggers, de "O Farol" e "O Homem do Norte", brilham na pesquisa histórica e na atenção aos detalhes, West misturou tudo com um jeitão mais ou menos antigo num pastiche dissimulado. Da fonte dos créditos à fotografia, que emula o Technicolor da era de ouro de Hollywood, não há coesão com o período retratado.

É com essa aleatoriedade que beira ao desleixo que West dirige e assina o roteiro desmilinguido de "Pearl" —este último em parceria com Goth, que também consta como produtora na ficha técnica.

A sensação de incompletude é tamanha que, duas décadas atrás, "Pearl" poderia ser só um conteúdo extra de uma edição especial do DVD do filme "X - A Marca da Morte".

Caberia ao diretor abordar alguma faceta diferente de Pearl e não só confirmar o que já foi inferido ou fazer acenos à obra antecessora em prol do fan service —o homem-sanduíche que circula pela cidade com a frase "não aceitaremos uma vida que não merecemos", mote de Maxine no original, não acrescenta nada mesmo ao universo.

A displicência de "Pearl" é, em parte, compensada pela vivacidade de Goth, que tenta —e quase consegue— servir um banquete com as sobras que estão na geladeira.

É verdade que o Oscar esnoba o gênero, mas Goth terá oportunidades melhores para ser reconhecida pelos integrantes da Academia.

Mesmo no "hagsploitation", subgênero marcado pelo arquétipo maldoso da velha louca, há mais nuance nos papéis de Joan Crawford e Bette Davis em "O que Terá Acontecido a Baby Jane?" do que em "Pearl", produzido pela prestigiada A24. Ti West parece fascinado pela estética da mulher insana com um machado na mão.

Como "Babilônia", dirigido por Damien Chazelle, "Pearl" tenta prestar uma homenagem à sétima arte, mas lembra o espectador que ele poderia estar gastando seu tempo com filmes melhores. Talvez seja uma boa ideia pôr a dica em prática quando "MaXXXine", capítulo final da franquia encabeçada por Goth, for lançado nos cinemas do Brasil.

REP Festival tem invasão de cobras e pererecas

Chuva transformou o maior evento de rap do país num lamaçal, com ambulantes escapando dos sapos aos chutes

Vailma dos Santos

RIO DE JANEIRO As chuvas deste sábado, no Rio de Janeiro, transformaram o REP Festival, o maior evento de rap do país, num imenso lamaçal. Os shows, que aconteceram numa fazenda em Guaratiba, na zona oeste da cidade, atrasaram ou foram cancelados. Imundas, as pessoas xingavam a organização do evento, chegando a avistar cobras e pererecas saltitantes na lama.

Em suas apresentações, artistas como Djonga ou MC Maneirinho repetiam a todo momento que estavam lá por respeito ao público. Já Borges MC preferiu xingar diretamente os organizadores. Racionais MC's, Matuê, Teto e WIU cancelaram as apresentações, sem que o público fosse informado dessas ausências.

Na manhã deste domingo, o REP Festival informou, em nota nas redes sociais, o cancelamento de todos os shows previstos para o dia. Entre as atrações programadas, estavam shows de Emicida, Gloria Groove e Ludmilla.

"A decisão da organização se dá pensando na segurança e na mobilidade do público, dos artistas e da equipe técnica e operacional. O público que comprou o ingresso para o segundo dia de festival será devidamente ressarcido. O contato deverá ser feito pela plataforma Ingresse", diz a nota. Com o sinal de internet fraco, as pessoas descobriram, durante a noite, os cancelamentos dos shows pela repercussão que tomava as redes sociais. Todos os shows atrasaram, com intervalos de quase uma hora. Impaciente, a plateia engrossava o coro de xingamentos à organização do REP Festival.

Devido aos cancelamentos, o público não sabia qual atração sucederia a outra. Por consequência, os shows que começavam passaram a não corresponder aos horários anunciados. Mesmo com as dificuldades, os artistas conseguiram fazer boas apresentações.

Principalmente, MC Poze do Rodo, que entrou no palco às 5h30 deste domingo, desfilando os sucessos "Frio e Calculista", "Essência de Cria" e "Me Sinto Abençoado". Também nas primeiras horas da manhã, o rapper Orochi entrou em cena, entoando "Sereia", do seu último disco "Vida Cara", "Hino dos Mlks" e também "Amor de Fim de Noite".

No meio da noite, a multidão avistou uma cobra no meio do lamaçal, o que ocasionou uma correria. Algumas pessoas quase foram pisoteadas. Muitas passaram mal, sem acesso a alimentação. Não era permitido entrar com comida no local dos shows, e os quiosques, que vendiam lanches, tinham filas imensas.

A apresentação de MC Cabelinho foi prejudicada pela falta de estrutura do evento. Com a chuva forte, o rapper preferiu não ir até a passarela, onde poderia ficar mais próximo do público, que acabou tendo uma visão pouco nítida do que ocorria no palco. Cabelinho dizia a todo momento estar fazendo o seu melhor. Ele cantou seus principais hits, como "Fogo e Gasolina" e "Né Segredo".

No escuro, se ouvia a indignação de algumas pessoas que pagaram mais de R$ 700 por um ingresso. Um certo pânico tomou conta do ambiente. Quem passava mal era levado para contêineres montados no terreno da propriedade.

Vendedores de bebida posicionados no meio do público chutavam pererecas, na tentativa de espantar os animais que pulavam nas pernas das pessoas. Sem estrutura adequada, a organização do evento cobria os aparelhos de som com capas de chuva. Os dois telões ao lado do palco pifaram, dificultando a visão do público. MC Maneirinho tomou choques do microfone e cantou sem o retorno durante toda a sua apresentação.

Na volta para a casa, mais confusão. Sem sinal de internet para pedir o serviço de carros por aplicativo, as pessoas, todas sujas de lama, marcharam a pé pela avenida que dava acesso ao local do evento.

Na tarde de domingo, a página Biodiversidade Brasileira, no Twitter, identificou as espécies de cobra que compareceram ao festival. Ao todo, eram duas, um filhote de jiboia e a outra, uma cobra d'água.

Público do REP Festival, no Rio de Janeiro, enfrenta lamaçal depois da tempestade que caiu na cidade na noite de sábado para domingo, levando ao cancelamento do evento Duda Dello Russo/Twitter

Os integrantes da banda Paramore, que lança o disco 'This Is Why' Zachary Gray/Divulgação

Banda Paramore lança 'This Is Why', um disco político que traz o melhor do grupo

CRÍTICA
This Is Why
★★★★☆
Artista: Paramore. Gravadora: Warner Bros. Records. Disponível nas plataformas digitais

Guilherme Luis

A banda Paramore interrompeu seu hiato de quase seis anos. O novo disco "This Is Why", lançado no fim da semana passada, marca o retorno do grupo que despontou nos anos 2000 durante o auge do sucesso do emo e do pop punk. O grupo liderado pela vocalista Hayley Williams trará sua nova turnê ao Brasil com três shows em março.

É um álbum que chega rodeado de expectativas. "After Laughter", de 2017, foi o último projeto lançado pelo trio formado por Williams, Zac Farro e Taylor York e surpreendeu os fãs na época ao trazer canções mais dançantes, eletrônicas e coloridas que as dos primeiros discos da banda.

O novo "This Is Why" aposta numa mistura das várias facetas da banda e resgata o que havia de melhor nos projetos antigos — com toques de frescor.

Exemplo é o single que dá título ao álbum. Primeira do disco, a faixa alterna um refrão explosivo com uma melodia tímida nos versos. Ao escolher a canção para marcar a volta, é como se os três quisessem provar que não são mais os mesmos de anos atrás.

"The News" é feita para bater cabeça. Numa das letras mais politizadas do disco, Williams canta quase com raiva sobre a angústia que sente com a conduta da mídia. "A todo segundo nosso coração coletivo quebra/ todos juntos, as cabeças balançam/ ligue e desligue as notícias", diz no refrão. Ela ainda cita uma "guerra do outro lado do planeta", numa provável referência ao conflito em curso na Ucrânia.

Dá para notar que o trio quer mesmo investigar a sociedade. Williams cravou que este é o disco mais político da carreira do grupo em entrevista ao Entertainment Weekly.

Ficar trancafiada em casa durante a pandemia parece ter inspirado os versos de Williams. Na mesma entrevista, ela conta que quis expressar nas novas letras o que vinha sentindo nos últimos tempos. "O álbum reflete a ansiedade que todos nós estivemos enfrentando. Mas temos esperança de que o disco e nossos shows sirvam para as pessoas se sentirem libertadas."

Ansiedade parece ser o tema de "Figure 8", uma das mais belas do disco. Na faixa, Williams compara a desolação da infinitude com a maneira como se sente. "Uma vez que você me deixa/ não sei como parar/ perdi meu caminho/ rodando numa infinita figura em forma de oito", ela canta.

Em comunicado publicado no Instagram na semana passada, o Paramore aqueceu os fãs com uma prévia curiosa do novo disco. Dizem na publicação que o projeto é feito para pessoas que têm agorafobia, o medo que surge com situações que podem causar pânico, ou para quem já sentiu sensações como resignação, superioridade e desconexão.

Não é a primeira vez que Williams faz músicas sobre saúde mental. Nas letras de "Petals for Armor", disco solo lançado no hiato do grupo, ela fala de traumas, depressão e do divórcio conturbado que teve com o músico Chad Gilbert.

A cantora alfineta agora um homem do seu passado em "Big Man, Little Dignity". "Eu deveria desviar o olhar porque sei que você nunca vai mudar/ continuo achando que agora vai terminar diferente, mas não/ grande homem, pouca dignidade/ sem ofensa, mas você não é íntegro", ela canta.

É um pop rock suave, do tipo que poderia estar no álbum "After Laughter", em que Williams cantava sobre temas delicados com músicas leves. "Running Out of Time", um desabafo sobre a incapacidade de lidar com a correria do dia a dia, também parece um descarte daquele disco.

O pop rock que deixou a banda famosa no passado aparece agora em "You First", faixa que brinca com a dualidade entre bem e mal que as pessoas carregam. O refrão agitado lembra o que de melhor o grupo fez em discos como "Riot!", de 2007, e "Brand New Eyes", lançado em 2009.

Há até baladas, como a tristonha "Liar", que faz o ritmo do disco cair vertiginosamente. "Crave" até eleva a sonoridade de novo, mas não explode.

A melodia volta a cair depois com vocais baixos à la Billie Eilish em "Thick Skull", a última faixa do álbum. A canção ganha força depois do primeiro refrão — de forma semelhante à ótima "All I Wanted", lançada pelo grupo em 2009.

O Paramore lança agora um disco que pode soar saudosista e novo ao mesmo tempo. Como escreveram no Instagram, "This Is Why" é feita para quem sente nostalgia por coisas que nunca experimentou nem sabia que queria.

O ovo, a galinha ou Clarice?

É preciso lidar com dúvidas existenciais de qualquer espécie

Bia Braune
Jornalista e roteirista, é autora do livro 'Almanaque da TV'. Escreve para a TV Globo

“E se?” Toda narrativa, inquietação existencial ou baita perrengue começa a partir de uma pergunta assim. “E se?” Minha amiga Clarice, por exemplo, não teve a menor dúvida. “E se eu criasse duas galinhas dentro de um apartamento? Ninguém disse que não pode, então pode.” Pronto. O mundo se abriu à aventura doméstica.

Quando soube, fiquei horrorizada. Anos de traumas envolvendo lendas urbanas, os sapatos plataforma da banda Kiss e pintinhos que eram dados de brinde em feiras de filhotes. Dos vários que cuidei, o último acabou mastigado pela cachorra do vizinho.

“Um dos olhinhos chegou a saltar da órbita, você tinha que ter visto.” Não, obrigada. “Era um globo ocular imenso!” Por favor, vamos adiante. Clarice Lispector não tinha problema com galináceos, pelo contrário. Escreveu para crianças “A Vida Íntima de Laura”, divertida biografia de uma emplumada. Num conto famoso, até dedicou a nação chinesa ao ovo.

Uma admiração replicada pela outra Clarice, minha obstinada amiga. Para agradar aos filhos e a si própria, abrigou as avezinhas. Tanta gente com bichos bem mais estranhos em casa, virando celebridade no YouTube. Por que não? Devidamente instalados, os pintos foram batizados pelas crianças: Fuxiqueiro e Empresária.

Transitavam por todos os cômodos, alimentados com moscas e besouros, mas a gourmetização logo os fez passar à ração especial, à granola orgânica e aos farelos de pão caseiro com fermentação lenta. Davam expediente, andando pelo teclado e fazendo figuração nas reuniões pelo Zoom.

Quando Clarice caiu em si, já recebia spam de chapéus para galinhas, fraldas com suspensório e coleiras para passear com galos. As plantas, reviradas. O sofá da sala em frangalhos. E a maior concentração de caca por metro quadrado.

O jeito foi fazer a reintegração de posse de Fuxiqueiro e Empresária, de volta à fazenda original. Ele, coitado, teve fim trágico, atacado por um gambá. Ela segue bem.

As crianças sofreram, mas Clarice —sempre inquieta, incansável— agora prospecta adotar até uma calopsita.

Já a Clarice Lispector, essa pensou além: “Você é perfeito, ovo. A você dedico o começo. A você dedico a primeira vez”.

Pergunto-me, então, o que veio antes nesse tão debatido começo. O ovo, a galinha ou a inquietação? Nossa e de tantas Clarices. De saber, de questionar, de tentar. “E se?”

Marcelo Martinez

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | **TER. Manuela Cantuária** | QUA. Hmmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Série de suspense com o ator Bruno Gagliasso ganha novos episódios

Operação Maré Negra
Amazon Prime Video, 18 anos
A primeira temporada desta série de suspense era baseada no caso real do submarino artesanal que atravessou o Atlântico com três toneladas de cocaína a bordo. Os cinco episódios da segunda temporada contam uma história ficcional, e o protagonista Nando, antes vivido por Alex González, agora é feito pelo ator chileno Jorge López. Mas Bruno Gagliasso, que encarna o traficante João, e Leandro Firmino, intérprete de Walder, seguem no elenco.

Dancin' Days
Globoplay, 12 anos
A primeira novela para a faixa das nove escrita por Gilberto Braga foi exibida pela Globo em 1978 e marcou época. Sônia Braga faz uma ex-presidiária que, quando não está se jogando nas discotecas, tenta reconquistar a filha, vivida pela atriz Gloria Pires.

Coliseu
History, a partir de 18h30, 18 anos
O canal reprisa os quatro primeiros episódios da série sobre a história do Coliseu de Roma e depois exibe um episódio inédito.

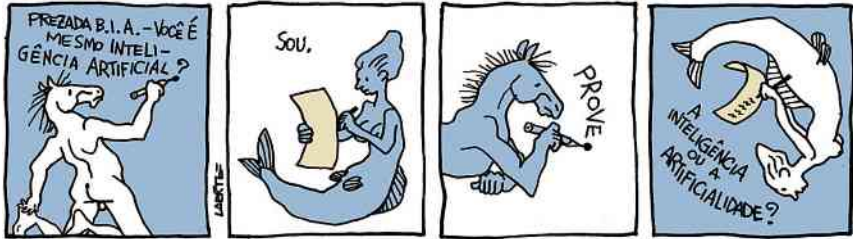
Sem Censura
TV Brasil, 21h, livre
O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, conversa com Marina Machado sobre as medidas que o governo vem tomando para enfrentar e punir os atos golpistas do dia 8 de janeiro.

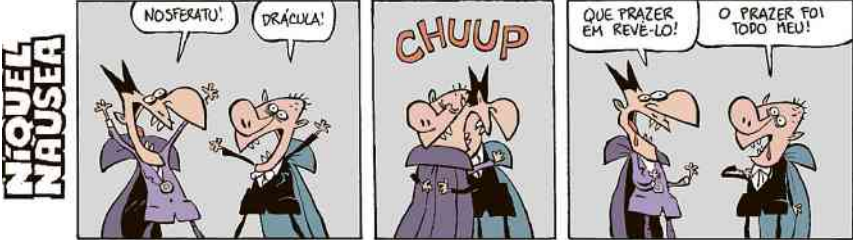
Amigos, Sons e Palavras
Canal Brasil, 21h15, livre
Gilberto Gil conversa com o antropólogo Hermano Vianna e o advogado e colunista deste jornal Ronaldo Lemos sobre a inteligência artificial.

Roda Viva
Cultura, 22h, livre
Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central desde 2019, vem sendo muito atacado por Lula. Nesta segunda, ele é sabatinado por uma bancada que inclui a jornalista Alexa Salomão, deste jornal.

Amor ao Quadrado
Globo, 23h55, livre
Um cupido desmotivado e prestes a se aposentar treina um atrapalhado cupido aprendiz. Telefilme produzido pela TV Globo de Brasília e dirigido por Renê Sampaio.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

Vida Besta *Galvão Bertazzi*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

FÁCIL

		5					9	2
4				9	8	7		3
			7	2			5	
				8	7			
9		1				3		8
			2	1				
	5			3	2			
1		7	8	4				6
3	8					5		

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

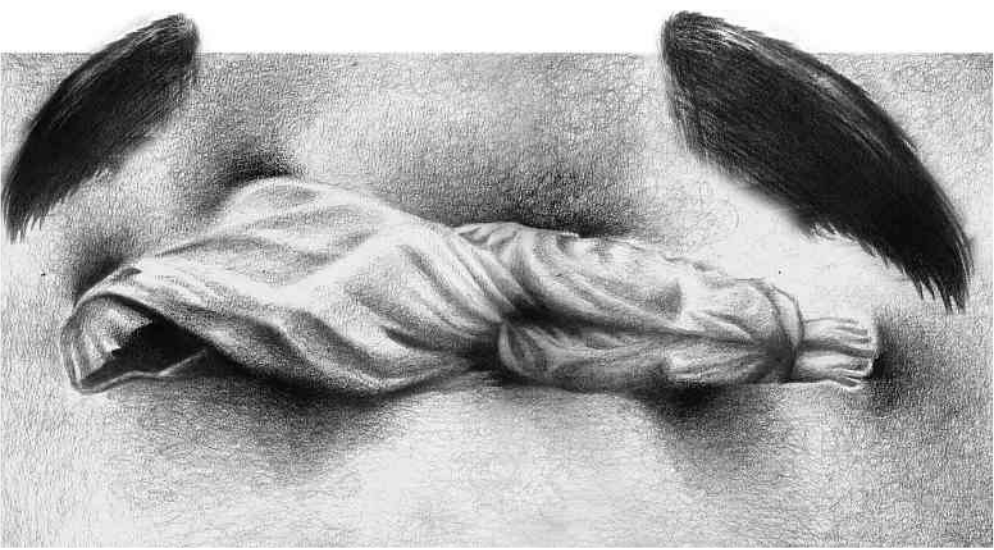
SOLUÇÃO

7	1	5	3	6	4	8	9	2
4	2	6	5	9	8	7	1	3
8	3	9	7	2	1	6	5	4
2	4	3	9	8	7	1	6	5
9	7	1	4	5	6	3	2	8
5	6	8	2	1	3	4	7	9
6	5	4	1	3	2	9	8	7
1	9	7	8	4	5	2	3	6
3	8	2	6	7	9	5	4	1

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Uma unidade elétrica / Comissão Técnica **2.** (Leñas) Famosa estação de esqui da Argentina / Colocar à vista ou à mostra **3.** Plantação de mate / Interjeição usada ao telefone para se avisar que se está na escuta **4.** O som que imita a voz do carneiro / O jornalista, escritor e produtor musical carioca Motta, de "Noites Tropicais" **5.** (de) À procura de **6.** No lugar em que / (Red.) A peça do banheiro própria para as dejeções humanas **7.** Digno de consideração **8.** Um fruto que contém bastante água / Procedimento fraudulento por parte de alguém em relação a outrem **9.** Aplicar compulsoriamente **10.** Temer / As iniciais do ator norte-americano Travolta, de "Hairspray - Em Busca da Fama" **11.** Modo através do qual se administra um remédio / Preço **12.** Elemento metálico usado em ímãs / Parte do corpo que vai do pulso à ponta dos dedos **13.** Zona Aérea / O deus do tempo, segundo a mitologia grega, pai de Zeus.

VERTICAIS
1. A língua falada em Kiel e Mainz / A parte posterior do pescoço, a nuca **2.** Diz-se que não está para peixe quando nada dá certo / Senhor / Exprime espanto **3.** Um clube holandês de futebol / Pôr um pouco de açúcar **4.** Meio de identificação de uma pessoa / O que transforma musa em música **5.** Repassar / Medo angustioso **6.** Prefixo: fora de, tirado de / Máquina elétrica e automática para limpar pratos ou roupas **7.** Pregador para cabelo / Separam K e O **8.** Parte extrema e fina de uma garrafa / A nota musical G / O compositor e músico Nogueira (1941-2000) **9.** Em botânica, parte grossa da árvore, a que sustenta a copa, distinta das raízes e dos ramos / Mais alguns.

HORIZONTAIS: 1. Ampere, CT, **2.** Las, Expor, **3.** Erval, Alô, **4.** Mé, Nelson, **5.** Atrás, **6.** Onde, Vaso, **7.** Honrado, **8.** Coco, Dolo, **9.** Impor, **10.** Recear, JT, **11.** Via, Valor, **12.** Ítrio, Mão, **13.** ZA, Cronos. **VERTICAIS: 1.** Alemão, Cerviz, **2.** Maré, Nhô, Eita, **3.** PSV, Adocicar, **4.** Antenome, Ic, **5.** Reler, Pavor, **6.** Ex, Lavadora, **7.** Passador, LMN, **8.** Colo, Sol, João, **9.** Tronco, Outros.

Ricardo Cammarota

O homem de carne e osso

Chamar ser humano de 'animal racional' me parece excessivamente afobado

Luiz Felipe Pondé

Escritor e ensaísta, autor de 'Notas sobre a Esperança e o Desespero' e 'Política no Cotidiano'. É doutor em filosofia pela USP

A humanidade não está adaptada ao progresso. Evoluiu na escassez e na hostilidade do meio ambiente. O progresso é uma doença evolucionária.

A crença na sua capacidade de mudar o mundo para melhor pode ser um dos maiores enganos da história da adaptação da espécie. O sucesso temporário da técnica nos faz delirar acerca de nossa autonomia racional, moral e política.

Não se trata de nostalgia do passado —o mundo nunca foi um paraíso.

Trata-se de constatar que as dificuldades às quais os humanos estavam submetidos podem ter funcionado como controle dos seus delírios e falta de noção de limites.

Uma vez tendo vivido por centenas de milhares de anos num meio ambiente que lhe era hostil, os humanos ficavam constrangidos em seu poder imaginativo e destrutivo. Com isso não me refiro apenas a riscos ambientais evidentes, refiro-me também à própria noção de progresso técnico, moral e político infinito.

A definição de animal racional para o ser humano me parece um tanto excessivamente afobada, afinal a frágil e recente razão não é algo facilmente aprendido.

Pelo contrário, eu suspeito mesmo que nos seja antinatural, por isso, tamanho esforço para agirmos de forma racional.

Faço aqui minhas as reflexões do filósofo espanhol Miguel de Unamuno (1864 -1936) na sua obra capital — traduzida no Brasil— "Del Sentimiento Trágico de la Vida en los Hombres y en los Pueblos", da Alianza Editorial.

Tomando como referência filósofos importantes da tradição ocidental, Unamuno levanta a hipótese que mesmo eles, figuras conhecidas pela capacidade racional de articulação de conceitos e ideias, criaram sistemas apenas para manifestar seus humores fisiológicos e suas obsessões irracionais.

Por exemplo, a ideia hegeliana de que o real seja racional é incrivelmente inconsistente. Reconstruindo o real a partir de conceitos pensados, Hegel (1770-1831) cria um mundo que não existe, como se este fosse um Lego de peças abstratas.

O real tem pouco de racional, e aquilo que nele o é dura pouco tempo e depende de exterioridades incontroláveis pela razão.

Limites biológicos, fisiológicos, políticos, sociais, históricos, psicológicos, e por que não, cosmológicos impõem fracassos os mais variados à sustentação racional do mundo.

Empresas pouco devem à meritocracia, vitórias em eleições pouco devem a históricos de boa gestão, decisões humanas pouco levam em conta qualquer forma de coerência moral de comportamento, a vida afetiva é um caos submetido a todas as mais diversas variáveis contingentes.

Impulsos religiosos irracionais condicionam muito mais o dia a dia do que supostas informações científicas.

Aliás, falando em ciência, esta está muito longe de se caracterizar pela pureza do método em si —como crê o senso comum—, sendo muito mais objeto de vaidades, políticas institucionais, oportunidades de ascensão nas carreiras dos profissionais, assim como de financiamento em pesquisas.

A intenção kantiana de afirmar a existência de uma razão pura organizando o conhecimento caduca na sua crítica da razão prática —nome técnico para sua ética— diante do fracasso da sua crença de que seres humanos possam mesmo ser éticos a partir de imperativos racionais.

Não é à toa, diz Unamuno, que Kant (1724-1804) se desesperou diante da fraqueza de sua crença na racionalidade da moral.

Se não for Deus a regular a ética, de nada adiantam seus imperativos racionais.

Para Unamuno, Hegel e Kant —os pais do discurso filosófico da modernidade, segundo Habermas (1929)— nada mais eram do que obsessivos a sonhar com um mundo limpinho em que a irracionalidade humana seria varrida da face da Terra.

Segundo o filósofo espanhol, o caráter visceral humano permanece sendo a causa eficiente e definitiva do comportamento dos homens.

São o "homem de carne e osso" e sua irracionalidade profunda, conceito central na filosofia de Unamuno, que determinam tudo mais.

A modernidade, com sua tara manifesta pela ideia de gestão racional de tudo, é um surto psicótico em que a deusa razão nada mais é do que um fantasma nu a nos guiar para lugar nenhum.

| SEG. Luiz Felipe Pondé | **TER. João Pereira Coutinho** | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti